

Politécnico do Porto
Escola Superior de Hotelaria e Turismo

Mariana Ferreira Amideo Carneiro Torres

Turismo de Contrabando: Estudo de Caso no Norte de Portugal e Galiza

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Gestão do Turismo
Orientação: Prof. Doutor Pedro Manuel da Costa Liberato

Vila do Conde, dezembro de 2020

Politécnico do Porto
Escola Superior de Hotelaria e Turismo

Mariana Ferreira Amideo Carneiro Torres

Turismo de Contrabando: Estudo de Caso no Norte de Portugal e Galiza

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Gestão do Turismo
Orientação: Prof. Doutor Pedro Manuel da Costa Liberato

Vila do Conde, dezembro de 2020

Mariana Ferreira Amideo Carneiro Torres

Turismo de Contrabando: Estudo de Caso no Norte de Portugal e Galiza

Dissertação de Mestrado

Mestrado em Gestão do Turismo

Membros do Júri

Presidente

Prof.^a Doutora Susana Sofia Pereira da Silva

Escola Superior de Hotelaria e Turismo – Instituto Politécnico do Porto

Prof. Doutor Pedro Manuel da Costa Liberato

Escola Superior de Hotelaria e Turismo – Instituto Politécnico do Porto

Prof.^a Doutora Clara Maria Laranjeira Sarmento e Santos

Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto – Instituto
Politécnico do Porto

Vila do Conde, Dezembro de 2020

AGRADECIMENTOS

Ao meu professor orientador, Professor Doutor Pedro Liberato, por toda paciência, orientação e incentivo, por toda a disponibilidade demonstrada e toda a força. À Professor Doutora Dália Liberato, por toda a ajuda e todas as palavras de apoio e incentivo.

Ao meu pai, que nunca me deixou baixar os braços e nunca me deixou desistir, pelo apoio e por me ter demonstrado que na vida, nada se consegue sem luta. Pela confiança que mostrou ter em mim a vida toda e por me apoiar em todas as decisões. Olharei para ti sempre como um exemplo a seguir.

À minha mãe, um obrigada especial, porque mesmo não estando entre nós, foi a estrela que sempre me guiou em todos os momentos e me deu forças para continuar e fazer um bom trabalho. Sei que és quem me guia, e sempre guiará.

À minha família, à Joana e os meus irmãos, à minha avó, aos meus avós, à minha madrinha e aos meus primos, ao Zé e aos pais, que nunca me deixaram desistir e que sempre tiveram uma palavra amiga e motivacional que me ajudou a concretizar todos os objetivos que tinha para este trabalho e me ampararam quando eu estava a cair.

Aos meus amigos, os de sempre, é um orgulho ser vossa amiga, nunca me deixaram desistir e quando pensava nisso, mostravam-me que eu era capaz. Por toda a energia e felicidade que transmitiram quando alcançava algum objetivo.

Obrigada a todos que, de alguma maneira, me ajudaram a cumprir uma das etapas mais importantes na minha vida.

RESUMO ANALÍTICO

A temática da presente investigação incide sobre o turismo de contrabando na região Norte de Portugal/Galiza. O turismo de contrabando é um tipo de turismo realizado na zona raiana e que tem como principal objetivo mostrar aos turistas a forma como o contrabando era praticado e todas as implicações que eram apresentadas no momento da travessia de Portugal para Espanha, assim como os costumes e tradições. O turismo de contrabando tem um enorme potencial, mas não é, por ora, devidamente valorizado.

Objetivo- O objetivo geral deste estudo consiste em compreender se o turismo de contrabando é um dos principais fatores de desenvolvimento dos destinos de fronteira Norte de Portugal/Galiza, analisar a real potencialidade deste tipo de turismo e perceber se pode ser uma das principais fontes de turismo desta e outras regiões transfronteiriças de Portugal. A presente investigação pretende ainda averiguar que rotas têm sido realizadas para promover o turismo de contrabando, assim como entender o papel da população e se esta tem um papel ativo. O objetivo deste estudo passa, finalmente, por perceber quais são os principais constrangimentos do turismo de contrabando.

Metodologia- Na presente investigação, optou-se pela utilização de uma metodologia qualitativa, sendo o principal instrumento de recolha de dados selecionado a entrevista semiestruturada. Assim, foram realizadas dez entrevistas, três das quais, a representantes das principais entidades turísticas, localizadas no Norte de Portugal.

Limitações e Implicações- Durante a realização deste projeto, surgiram algumas implicações. Primeiramente, e em virtude da falta de documentos referentes ao contrabando e ao turismo de contrabando em Portugal, houve uma dificuldade acrescida na investigação destes temas. Os documentos encontrados sobre o contrabando foram escassos, sendo importante para o turismo de contrabando a criação de documentos que explorem o contrabando, uma prática muito usada e conhecida no nosso país.

Numa fase posterior, os problemas surgidos relacionaram-se com a recolha de dados, nomeadamente as entrevistas. De início foi muito difícil encontrar quem se disponibilizasse e quem tivesse conhecimentos suficientes sobre os dois temas centrais do estudo (contrabando e turismo de contrabando). Assim, e devido à situação em que nos encontramos, e após uma seleção e contacto com os entrevistados, o problema

identificado foi a marcação das entrevistas. Devido à situação pandémica, em virtude da Covid-19, os entrevistados revelaram menos disponibilidade, o que impossibilitou uma rápida marcação das entrevistas, num horário que fosse vantajoso para as partes, o entrevistado e o entrevistador. Posto isto, outro constrangimento resultou do facto de haver poucas pessoas que conhecessem o turismo de contrabando, tendo-se tornado difícil obter respostas concisas às questões colocadas durante as entrevistas. Os entrevistados conseguiram desenvolver o tema do contrabando e o tema do turismo, mas nunca os dois em simultâneo.

Devido a estes acontecimentos as entrevistas foram realizadas através da plataforma Zoom, à exceção de uma, realizada presencialmente, antes do confinamento. A pandemia impossibilitou a deslocação a diversas localidades da zona raiana, tendo sido apenas possível a deslocação antes do confinamento ao Espaço Memória e Fronteira, situado em Melgaço, e à Eurocidade Chaves-Verín, local onde foi feita uma recriação da rota usada tradicionalmente pelos contrabandistas em Vilarelho da Raia. Estas deslocações teriam sido uma mais valia no estudo, pelo facto de se poder conhecer na primeira pessoa o que era o contrabando e ouvir as memórias da população raiana.

A Covid-19 também impossibilitou a realização de rotas do contrabando e a aplicação de questionários durante as mesmas, bem como a aplicação de entrevistas a turistas e a outros stakeholders e a antigos contrabandistas. A realização destas rotas teria sido interessante, durante a noite, visto que era nesta altura do dia que os contrabandistas faziam a maior parte das travessias, com os produtos contrabandeados habitualmente.

O turismo de contrabando é um tipo de turismo que em Portugal é pouco realizado e pouco estudado. Assim, a recolha de informação sobre o tema foi um pouco limitada, tendo sido necessário recorrer a alguns documentos que tinham como foco lugares localizados fora de Portugal.

Originalidade/valor- Este estudo vem enriquecer o tema do contrabando em Portugal, assim como turismo a que este está ligado e as suas principais potencialidades a valorizar, numa perspetiva estratégica.

Palavras-chave: Turismo de contrabando; Contrabando; Fronteira; Turistificação; Rotas Turísticas.

ABSTRACT

The theme of this research focuses on smuggling tourism in the Northern region of Portugal/Galicia. Smuggling tourism is a type of tourism carried out in the border area and whose main objective is to highlight how smuggling was practiced and all the implications that were presented at the time of the crossing from Portugal to Spain, as well as customs and traditions. Smuggling tourism has enormous potential but is not well valued.

Objective- The overall objective of this study is to understand whether smuggling tourism is a strategic tourism product in the border of Portugal/Galicia border destinations. Also, to evaluate the real potential of this type of tourism and understand if this can be an important tourism product in the region, understand which routes have been carried out to promote smuggling tourism, as well as understand the role of population and whether they have an active role. The aim of this study is also to understand its main application constraints.

Methodology- In the present research, it was decided to use a qualitative methodology, and the main data collection instrument selected was the semi-structured interview. Thus, the interviews were conducted, in which three were made to representatives of the main tourist entities, located in the North of Portugal.

Limitations and Implications- During the development of this project, some implications appeared. First, and due to the lack of documents relating to smuggling and smuggling tourism in Portugal, there was an increased difficulty in investigating these issues. The documents found on smuggling were scarce, and it is important for smuggling tourism to create documents that explore smuggling, a practice widely used and known in our country.

At a later stage, the problems arising related to the collection of data, in particular the interviews. At first it was very difficult to find who was available and who had sufficient knowledge on the two central themes of the study (smuggling and smuggling tourism). Thus, and due to the situation in which we are, and after a selection and contact with the interviewees, the problem identified was the marking of the interviews. Due to the situation, due to the Covid-19, the interviewees were overloaded with work, which made it impossible to quickly schedule the interviews, at a time that was advantageous

for both, the interviewee, and the interviewer. Having said that, another embarrassment resulted from the fact that there were few people who knew about smuggling tourism, and it became difficult to obtain concise answers to the questions posed during the interviews. The interviewees were able to develop the theme of smuggling and the theme of tourism, but never the two at the same time.

Due to these events, the interviews were conducted through the Zoom platform, except for one, conducted in person, before confinement. The pandemic made it impossible to travel to several locations in the border area, and it was only possible to move before the confinement to the Memory and Border Space, located in Melgaço, and the Eurocity Chaves-Verín, where a re-creation of the route used formerly by smugglers in Vilarelho da Raia was made. These trips would have been an asset in the study because it was possible to know in the first person what was smuggling and listen to the memories of the population of the border. Covid-19 also made it impossible to carry out smuggling routes and the application of questionnaires during them, as well as the application of interviews to tourists and other stakeholders, as well as to former smugglers. The completion of these routes would have been interesting at night, since it was at this time of day that smugglers made most of the crossings, with the products usually smuggled.

Smuggling tourism, a type of tourism that in Portugal is little accomplished and little studied. Thus, the collection of information on the subject was somewhat limited and we were forced to look for documents that focused on places located outside of Portugal. Moreover, as we have already mentioned, it is a little studied theme, and how the study focuses on Northern Portugal/Galicia, it was difficult to find people who could answer to all the questions, in an holistic perspective.

Originality/Value- Since this theme is a little in-depth and undervalued topic, there is a little data that allows us to analyze smuggling tourism. Therefore, this study enriches the theme of smuggling in Portugal, as well as tourism that is linked to this theme and its main added value.

Keywords: Smuggling Tourism; Smuggling; Border; Turistification; Touristic Routes.

Índice

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO ANALÍTICO	5
ABSTRACT	7
Índice	9
Lista de quadros	11
Lista de ilustrações	11
Lista de siglas	12
INTRODUÇÃO	13
Objetivo da dissertação	13
Estrutura da dissertação	13
CAPÍTULO 1- CONTRABANDO	16
1.1 Importância do contrabando	20
1.2 Contrabando e Contrabandistas	21
1.3 Hierarquia do Contrabando	23
1.3.1 Pequeno Contrabando	24
1.3.2 Grande Contrabando	26
1.3.3 Quadrilhas	28
1.3.4 Mochileiros, Contrabandistas Galegos, Contrabandistas de Aluguer e Contrabandistas de Camião	29
1.3.5 A Mulher contrabandista	31
1.4 Guarda Civil e Guarda Fiscal	34
CAPÍTULO 2- EMIGRAÇÃO	41
2.1 Emigração para o Brasil	42
2.2 A Emigração antes da II Guerra Mundial	43
2.3 A Emigração após a II Guerra Mundial	44
2.4 Ditadura de Salazar e a Emigração	46
CAPÍTULO 3- FRONTEIRA	51
3.1 Fronteira	51
3.2 Turismo Transfronteiriço	54
3.3 Turismo de Fronteira	55
CAPÍTULO 4- HISTÓRIA DO CONTRABANDO	58

4.1 Início do Contrabando.....	58
4.2 I Guerra Mundial	58
4.3 Estado Novo e a Guerra Civil Espanhola.....	61
4.4 Início de uma nova era no contrabando	70
CAPÍTULO 5- TURISMO DE CONTRABANDO	72
5.1 Patrimonialização do contrabando.....	72
5.2 Iniciativas	74
5.3 A Literatura e o Contrabando	74
CAPÍTULO 6- ROTAS DE CONTRABANDO.....	78
6.1 Objetivo das rotas de contrabando.....	78
6.2 Rota do Contrabando em Vilarelho da Raia	80
CAPÍTULO 7- ENQUADRAMENTO EMPÍRICO METODOLÓGICO	83
7.1 Método qualitativo	83
7.2 A Entrevista	84
7.3 Análise das entrevistas	86
7.3.1 Contrabando.....	87
7.3.2 Turismo de Contrabando	88
7.3.3 Fatores de Desenvolvimento dos Destinos da Raia Norte	89
7.3.4 Potencialidades do Turismo de Contrabando	90
7.3.5 Principal Fonte de Turismo	91
7.3.6 Rotas e Iniciativas Desenvolvidas.....	92
7.3.7 Constrangimentos do Turismo de Contrabando	93
7.3.8 Futuros Projetos	94
7.3.9 Papel da População Raiana.....	95
7.3.10 Papel Ativo e Fundamental da População Raiana.....	96
7.3.11 Balanço Turístico	97
CAPÍTULO 8- CONCLUSÕES FINAIS.....	100
8.1 Conclusões do estudo teórico	100
8.2 Conclusões do Estudo Empírico.....	107
APÊNDICES	122
Apêndice A – Guião da Entrevista	122

Lista de quadros

Quadro 1- Emigração	43
Quadro 2- População portuguesa residente em alguns países europeus, 1981-2010	45
Quadro 3- Entrada anual de português em França (1957-1974)	48
Quadro 4- Cronologia e Sentidos dos Produtos Contrabandeados.....	59
Quadro 5- Museus dedicados ao Contrabando em Portugal.....	73
Quadro 6- Museus dedicados ao Contrabando em Espanha	74
Quadro 7- Descodificação das Principais Rotas do Contrabando.....	78
Quadro 8- Entrevistas Realizadas.....	85
Quadro 9- Categorias Integrativas das Entrevistas.....	86
Quadro 10- Fundamentação do guião da entrevista.....	86
Quadro 11- Síntese dos resultados das entrevistas	98

Lista de ilustrações

Figura 1- Batela	17
Figura 2- Contrabandista	22
Figura 3- Apreensão da Guarda Fiscal a uma mulher contrabandista	26
Figura 4- Réplica de colete usado no contrabando.....	30
Figura 5- Mulher Contrabandista.....	32
Figura 6- Guarda Fiscal.....	35
Figura 7- Fato Guarda Civil Espanhola.....	37
Figura 8- Fato Guarda Fiscal Portuguesa	38
Figura 9- Emigrantes portugueses a sair de Portugal com destino à França.....	41
Figura 10- Emigração clandestina	47
Figura 11- Fronteira Portugal/Espanha.....	52
Figura 12-Fronteira Norte de Portugal/Galiza	56
Figura 13- Antigo Contrabandista.....	60
Figura 14- Produtos Contrabandeados	62
Figura 15- Um dos meios de transporte utilizado pelos contrabandistas	67
Figura 16- Contrabandista	69
Figura 17- Rota 1: Galegos - Caminho da Fontañera- atravesso para a Pitaranha- Fuente Escura- Casiñas- San Pedro	79
Figura 18- Rota 2: Santo António das Areias- Fonte do Bolgão- Relva- Vale de Carvão- Pego Ferreiro- Tintos- Cancho da Crença- Frontañera.....	80
Figura 19- Rota 3: Porto da Espada- Registo- Penha da Gaia- Galegos- Pomar Velho ou Caminho da Fontañera- Fontañera	81
Figura 20- Rota 4: Vilarelho da Raia-Oímbra	82
Figura 21- Rota 5: Tourém-Rubías	82

Lista de siglas

CEE – Comunidade Económica Europeia

EFTA- European Free Trade Association/Associação Económica de Comércio Livre

FAUP- Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto

GF – Guarda Fiscal

GNR – Guarda Nacional Republicana

ISCET- Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo

ISCSP- Instituto Superior de Ciências Sociais e Política

JE – Junta de Emigração

PIDE-DGS – Polícia Internacional de Defesa do Estado-Direção Geral de Segurança

PIP – Polícia Internacional Portuguesa

PSP – Polícia de Segurança Pública

PVDE – Política de Vigilância e de Defesa do Estado

SNE- Secretariado Nacional de Emigração

UNWTO – United Nations World Tourism Organization

UTAD- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

INTRODUÇÃO

A presente investigação foi desenvolvida no âmbito do curso de Mestrado em Gestão do Turismo da Escola Superior de Hotelaria e Turismo, tendo por base os conhecimentos que foram adquiridos ao longo do percurso académico.

O tema da presente investigação incide sobre o turismo de contrabando no Norte de Portugal/Galiza. O facto deste tema não estar bem explorado em Portugal, tem um potencial acrescido. Além disso, a escolha do tema foi baseada no interesse pessoal, por curiosidade e vontade de conhecer a população raiana e os seus antigos e novos costumes. Todo o mundo do contrabando ainda está por conhecer, os estudos são poucos e a vontade da população raiana de partilhar com pessoas que não conhecem também é significativa. A população raiana esteve envolvida no contrabando com orgulho e fez desta uma profissão nobre aos olhos da restante população.

Objetivo da dissertação

O objetivo geral deste estudo consiste em compreender se o turismo de contrabando é um importante fator de desenvolvimento dos destinos de fronteira Norte de Portugal/Galiza, analisar a real potencialidade deste tipo de turismo e perceber se este pode ser uma das principais fontes de turismo desta e outras regiões transfronteiriças de Portugal. A presente investigação pretende ainda averiguar que rotas têm sido realizadas para promover o turismo de contrabando, assim como entender o papel da população e se esta tem um papel ativo. O objetivo deste estudo passa, finalmente, por perceber quais são os principais constrangimentos do turismo de contrabando. A metodologia utilizada foi a qualitativa, onde a entrevista semiestruturada foi utilizada como instrumento de recolha.

Estrutura da dissertação

A estrutura do trabalho de investigação encontra-se dividida em nove capítulos.

Numa primeira parte é apresentada a introdução, com exposição do objetivo do estudo e a sua estrutura.

No primeiro capítulo é realizada uma descrição pormenorizada da definição de contrabando, do ponto de vista de diversos autores ligados ao tema. Além disso, é

exposto, neste capítulo, a importância do contrabando e a sua hierarquia, assim como o papel da Guarda Civil e da Guarda Fiscal face ao tema.

No segundo capítulo, é abordada a definição de emigração. Muitos portugueses, durante a ditadura de Salazar, foram obrigados a emigrar para França em busca de melhores condições de trabalho, de forma a conseguirem sustentar a família. O capítulo está dividido em diferentes épocas históricas, começando pela emigração para o Brasil, seguindo-se a emigração antes da II Guerra Mundial, a emigração após a II Guerra Mundial, assim como a explicação do que é a Junta Nacional de Emigração e em que é que consistia. No terceiro capítulo, são evidenciadas a definição de fronteira, de turismo transfronteiriço e de turismo de fronteira.

No quarto capítulo podemos encontrar descrita a história do contrabando em Portugal, com especial ênfase para as principais dificuldades que os contrabandistas enfrentaram e os períodos da história onde o contrabando teve mais impacto. Também é evidenciado o papel do contrabando na I Guerra Mundial, na Guerra Civil Espanhola e no Estado Novo e existe um subtítulo reservado para o contrabando nos dias de hoje. Posto isto, é ainda abordado o papel do contrabando em países como o Egipto e a Líbia, os métodos usados e os tipos de contrabando que estão presentes nestes países atualmente.

O quinto capítulo refere-se ao tema principal deste estudo, o turismo de contrabando. Poderemos encontrar a definição de turismo de contrabando, e a abordagem atual, pela população raiana, ao contrabando. Também a patrimonialização do contrabando é desenvolvida e, iniciativas associadas, embora em reduzido número, também estão descritas. Concluindo o capítulo, é apresentado o facto de alguns autores terem usado o contrabando como principal tema dos seus livros, sendo evidenciados alguns excertos, mais conhecidos.

No sexto capítulo são descritas as rotas do contrabando, ou seja, quais as rotas usadas pelos contrabandistas para passar os produtos, e as rotas que hoje são recriadas com o intuito de mostrar aos turistas, este mundo, sendo apresentados os objetivos das rotas de contrabando. Neste capítulo é ainda evidenciada a rota de contrabando de Vilarelho da Raia, rota muito conhecida no Norte de Portugal/Galiza.

No sétimo capítulo é apresentado o processo metodológico utilizado no presente estudo, a análise pormenorizada dos dados recolhidos nas entrevistas, incluindo alguns excertos das mesmas.

Em conclusão, no último capítulo, são apresentadas as conclusões do trabalho teórico e empírico e as limitações do estudo. Também são apresentadas algumas propostas para futuras investigações.

CAPÍTULO 1- CONTRABANDO

O contrabando é definido como a circulação clandestina de bens e produtos através da fronteira, sendo elemento fulcral para a compreensão dos processos de identificação nacional operados na raia. Muitos vêm o contrabando como uma forma de viver, ao contrário os representantes de Estado que o vem como uma fraude (Freire , Rovisco, & Fonseca, 2009). É definido como um fenómeno local onde vigoram os interesses da comunidade, mas era considerado ilegal aos olhos das autoridades, sendo que por outro lado, aos olhos da população raiana era mais uma atividade tradicional da fronteira (Medina García, 2004).

Este surgiu como um comércio oculto que estabelecia relações comerciais entre as populações, mas também como uma oposição ao poder, sendo que desde a Idade Média que o contrabando e os contrabandistas eram perseguidos pelas autoridades de ambos os lados da fronteira (Medina García, 2008). Segundo Cunha (1999), o contrabando é uma atividade que existe desde sempre, constituindo assim um modo de vida para a população raiana e um rendimento extra do trabalho de campo para os habitantes.

Entendemos por contrabando a passagem ilegal de mercadorias através dos limites de um país, sem que seja aprovada e fugindo aos pagamentos alfandegários. Este era visto pela população como uma atividade aceite e honesta. Para as famílias mais ricas, era visto como algo que roubava a mão de obra que era necessária para desenvolver as atividades no campo (Conceição Cabanas, 2009). Além disto, é considerado uma rede de apoio à população e à economia familiar, ao contrário da economia monetária, mercantil e capitalista (Peres de Castro, 2003).

Contrabando é definido como um conjunto de trocas clandestinas de bens/produtos, entre a população dos dois lados da fronteira, independentemente de os produtos serem legais ou não (Rovisco, 2009), e tirando proveito das virtudes da fronteira, está constantemente em mudança devido ao facto dos produtos que são contrabandeados estarem sempre a mudar e a deixarem de interessar. O contrabando era, assim, considerado uma profissão de risco, esforço e sacrifício (Gonçalves, 2006-2007), que constituía um negócio ilícito de importação e exportação entre dois países, que passavam pelo café, produtos de primeira necessidade e minério. Nestas

organizações era obrigatória a convivência com os guardas de forma a que fosse mais fácil a passagem do material contrabandeado (Silva, 2009).

Segundo Godinho (2009), o contrabando era o conjunto de atividades quotidianas que geravam solidariedades de grupo e cumplicidades coletivas. O contrabando é um termo cujo étimo se encontra no castelhano *contrabando* e que é original da palavra italiana *contrabbando*. Em castelhano esta palavra significa mandato ou aviso oficial comunicado por uma autoridade a uma coletividade, “através de um pregoeiro ou da afixação de editais”. Assim, no Dicionário da Língua Portuguesa, vemos este termo explicado como o uma troca clandestina de mercadorias consideradas como comércio proibido e indevido.

Figura 1- Batela



Fonte: Elaboração Própria, fotografada no Espaço Memória e Fronteira, em Melgaço (04/02/2020)

Designa-se por contrabando a transação ilegal de produtos no território que está demarcado por uma fronteira político-administrativa, que foi praticada até 1993, entre a fronteira de Portugal e Espanha. Este foi sempre gerado pela existência da raia,

permitindo que a população mais carenciada sobrevivesse à crise e que constituía um negócio ilícito de importação e exportação entre dois países, que passava pelo café, produtos de primeira necessidade e minério. Nestas organizações era obrigatória a convivência com os guardas, de forma a que fosse mais fácil a passagem do material na fronteira. Uma componente da cultura da fronteira, o contrabando dava oportunidades à população, tornando-se um recurso basilar da fronteira, que passava ilegalmente produtos como gado, tabaco, medicamento, pão, etc., estando isto dependente da oferta e da procura e das diferenças de preços (Silva, 2009). Além do contrabando ser uma atividade económica importante, tornou-se uma forma de vida na fronteira e, acabando por se tornar uma estratégia de subsistência das pessoas face às imposições dos dois Estados (Valcuende del Río & Cáceres Feria, 2009).

Pacheco (2016), define contrabando como uma atividade ilegal onde se importam e exportam produtos ilegais para outro país que não o de origem e que “foge” ao pagamento das taxas alfandegárias. Este era praticado essencialmente pelos lucros que eram possíveis obter com ele, e pelo facto de que com o contrabando era apenas preciso passar os produtos uma vez para cobrir uma semana inteira de trabalho no campo. Deste modo, o contrabando é justificado pelas dificuldades económicas que as populações passavam, pois estes encontravam neste uma forma de sobrevivência, como já foi referido anteriormente (Simões, 2016).

Podemos ver esta prática como uma forma de resistência quotidiana que começa com uma motivação económica, que estão representados na fronteira (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009). Em termos de interesses económicos, o contrabando é visto como algo que afeta a política fiscal do Estado e, em termos políticos, o contrabando é a perícia dos contrabandistas profissionais, que é vista como o principal recurso para quem queria fugir à repressão franquista que se fazia sentir durante a Guerra Civil e os anos 40 (Medina García, 2009). O contrabando era, também, visto como uma atividade respeitada, prestigiada, e como um meio de sobrevivência (Carretero, 2018).

Segundo Hernández-Ramírez (2017), o contrabando era uma atividade clandestina que a população portuguesa via com alguma desconfiança. Assim, o contrabando era definido como algo que viola as leis e os deveres de pagamentos das quotas de importação e exportação da circulação de mercadorias (Zysman Quirós,

2009), e que permitia a subsistência dos agregados e rendimentos extra a quem mais precisava (Alves Pacheco, 2016). O contrabandista, tornava-se aos olhos dos Estado um ladrão e criminoso, mas aos olhos da população o contrabando era visto como uma profissão digna e respeitada. Além do mais, a população viu que, estar junto à fronteira só trazia vantagens para o contrabando, sendo o trabalho agrícola escasso e mal pago. O contrabando tornou-se, assim, um complemento necessário para as famílias raianas, melhorando o seu nível de vida e problemas do quotidiano como doenças (Aguilar, 2020).

O contrabando é definido como uma atividade ilegal que não cumpre deveres fiscais e que tem como objetivo reforçar, como já foi dito, os rendimentos familiares (Freire & Fonseca, 2009) e, é, também, algo que permitiu a sobrevivência de famílias e que impediu a sua desvalorização, constituindo uma forma socialmente tolerada de mobilidade social ascendente. Este serviu para muita gente escapar à miséria que se fazia sentir nos grupos sociais com menos acesso à propriedade (Godinho, 2009). Segundo Luís Cunha, (2006), o contrabando é visto como um ato de defraudação do interesse público, que reside no pagamento dos impostos devidos e que deve ser punido e combatido, sendo que aos olhos da justiça portuguesa é um delito muito grave.

Apesar de todas as vantagens que a população raiana tirou desta atividade, foram geradas poucas riquezas e, assim, eram várias as pessoas que andavam em busca de negócio ou oportunidades que estivessem ligadas ao contrabando (Gonçalves, 2006-2007). Maria Dulce Simões considera, assim, que o contrabando é uma estratégia de subsistência dos habitantes locais face às imposições que são criadas pelo Estado, e aponta aos contrabandistas valores como a confiança e a lealdade uns com os outros para o sucesso do negócio (Antunes Simões, 2006).

O contrabando converteu-se desde cedo num dos pilares da economia portuguesa, principalmente no Norte de Portugal e Galiza, estando estruturado em toda a raia luso-espanhola e sendo também bastante lucrativo (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009). Esta era uma atividade praticada em locais restritos, como rotas, tendo características suas, como a confiança, e os contrabandistas mantinham relações bastante próximas, como de familiaridade ou amizade, que contribuíam para o sucesso na atividade, acabando o contrabando por ser uma herança familiar (Lavado Piedade, 2006). Tornou-se um negócio de sucesso pelo facto de ser proibido (Conceição Cabanas, 2009), e um dos recursos económicos mais importantes

na raia, impulsionando os contactos entre as populações tanto a nível económico como cultural (Ferreira, Monteiro, Neves, & Aguiar, s. d.).

Entre 1936 e 1945, em Portugal e Espanha, o contrabando passa a ser visto como uma atividade comum, tolerada e até honrada pela população segundo a perceção comunitária, sendo assim, para a comunidade, uma prática estrutural e secular e como algo que ajuda a população da raia a sobreviver (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009).

1.1 Importância do contrabando

A importância do contrabando reflete-se nos momentos mais significativos dos percursos familiares, pessoais e comunitários, na altura em que os produtos mais contrabandeados eram o café, o gado, os ovos e a farinha. Quando havia uma alteração nos produtos contrabandeados, também havia alterações na compra, transportes e venda dessas mesmas mercadorias e, por vezes, eram reajustadas as hierarquias sociais das aldeias (Freire, Rovisco, & Fonseca, 2009). O sucesso do contrabando depende da altura que é escolhida para o realizar, sendo que a noite era o momento mais oportuno para o fazer; o local da transação, onde os escolhidos eram sempre os que tinham menos vigilância por parte da guarda; e a cumplicidade que existia entre a população para a execução do contrabando.

Ao longo do tempo, do ponto de vista económico, o contrabando ganha importância no início de vida das famílias e na superação das dificuldades que estas sentiam. Do ponto de vista da legitimidade moral, quer agentes da GNR como da Guarda Fiscal faziam parte do contrabando em vez de o vigiar como suposto pois os próprios contrabandistas eram seus familiares ou amigos. Do ponto de vista político, o contrabando acaba por ser uma atividade que confronta as autoridades locais, cujo objetivo era a sobrevivência da sua família e não o derrubar do Estado como muitos pensavam, e embora muitas vezes estes fossem vistos como a oposição que não cumpria as regras estipuladas. Por outro lado, o contrabando era também visto como oposição política pois transportava jornais e materiais políticos para Espanha com o objetivo de lesar o Estado (Freire & Fonseca, 2009).

Existem dois ingredientes importantes para o sucesso do contrabando: a confiança recíproca e o saber prático. Independentemente do lado da fronteira, os contrabandistas tinham de ser capazes de confiar uns nos outros, comportando-se de acordo com os seus compromissos e responsabilidades. Em relação ao saber prático, este era transmitido de geração em geração ou conquistado pela experiência, e dizia respeito à orientação das suas decisões e ações quotidianas, no que dizia respeito aos produtos, ao rio, à meteorologia, aos trilhos, aos animais e às pessoas (Gonçalves, 2006, 2007).

A importância do contrabando apenas é compreendida através das narrativas dos antigos contrabandistas, devido à clandestinidade, o que se reflete no difícil acesso à obtenção de dados para a economia nacional, quer para a população raiana (Aguar, 2020).

1.2. Contrabando e Contrabandistas

Segundo Gomes (2015), os contrabandistas eram homens que conseguiam transportar as mercadorias entre caminhos difíceis até à fronteira luso-espanhola e que trabalhavam sozinhos, mas com a ajuda da mulher e dos filhos, se tivessem. Estes últimos estavam atentos ao caminho e aos guardas fiscais, informando os pais ou maridos qual era o caminho que os guardas iam seguir após saírem do posto ou do quartel. Se por algum motivo os contrabandistas se apercebessem que tinham sido avistados pelos guardas fiscais, ou largavam a mercadoria que transportavam, fugiam ou escondiam-se para evitar serem presos ou apanharem uma multa. Para distinguir a capacidade dos contrabandistas era necessário olhar para os produtos contrabandeados. Por exemplo, os que se cingiam ao consumo local, tinham uma menor rede de contactos. Noutros casos, quando o produto era proveniente de lugares mais distantes, os contrabandistas acabavam por consultar a sua estrutura social local e ligação ao exterior (Godinho, 2009). Assim, ao longo dos anos, os contrabandistas foram considerados e designados pela população local como “trabalhadores transfronteiriços” (Medina García, 2008).

Figura 2- Contrabandista



Fonte: Elaboração Própria fotografada em encenação teatral a 07/03/2020

Homens, mulheres e crianças, eram as pessoas que praticavam o contrabando, iniciando-se desde pequenos (começavam por volta dos 13 anos), (Alves Pacheco, 2016) usados para passar produtos baratos de Espanha, e serem vendidos em Portugal mais tarde por um preço mais elevado (Aguiar, n. d.), existindo pessoas, maioritariamente homens, que eram contrabandistas profissionais, ou seja, dedicavam-se exclusivamente ao contrabando (Cunha, 1999).

Foi possível distinguir dois tipos de contrabandistas: os pequenos contrabandistas que, como já foi dito, usam o contrabando para assegurar o bem-estar da família; e os médios/grandes contrabandistas que utilizavam o contrabando como principal forma de enriquecer rapidamente, conseguindo acumular grandes quantias de bens num pequeno período de tempo graças à corrupção do Estado Novo (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009). Dentro da categorização dos contrabandistas podemos encontrar os que contrabandeiam para terceiros, tendo um pagamento fixo dependente do tipo de mercadoria que traziam; os que contratam pessoas para a função atrás referida; os pequenos contrabandistas, isto é, os que passavam cabritos ou pacotes

de café; e os grandes contrabandistas, ou seja, mediadores, que contrabandeavam armas, joias, obras de arte ou drogas ilegais (Godinho, 2009).

Os contrabandistas estavam sempre na corda bamba entre a liberdade e a prisão e, além de correrem sempre o risco de perderem estes dois corriam também o risco de perder o dinheiro que já tinham ganho ou até mesmo a mercadoria. Este era considerado um herói para a comunidade pois estava em constante teste à sua liberdade e à sua resistência física e emocional, mas também fazia de tudo para conseguir ultrapassar todas as dificuldades que atravessavam no seu caminho. Atuava tanto sozinho como em grupo, fazendo com que, ao longo da raia, pudessem contar com vários apoios, resultando na passagem de produtos possíveis de vender do outro lado da fronteira, e aumentando os seus lucros e diminuindo, assim, os riscos que poderia passar sem essas ajudas. Os grupos eram formados por homens ou mulheres sendo os homens quem liderava e as mulheres só o faziam quando enviuvassem ou se os maridos fossem capturados pelo Estado (Lavado Piedade, 2006).

1.3. Hierarquia do Contrabando

Podemos distinguir 3 níveis de hierarquia no contrabando: os patrões, os criados e os que não tinham nem patrões nem criados, podendo distingui-los pela sua situação económica e recursos (Conceição Cabanas, 2009). As pessoas que lideravam esta hierarquia, eram os comerciantes. Estes controlavam toda a rede de contrabandistas assim como os próprios mecanismos de escoamento de mercadorias e consequente relação com a guarda fiscal; os próprios guardas fiscais constituíam a segunda linha na hierarquia, e beneficiavam do contrabando por conta própria, organizado por um grupo que era constituído por familiares ou amigos; os homens e mulheres que contrabandeiam por conta própria, fazem parte do último estrato (Simões, 2009). Os líderes eram escolhidos pelas suas características físicas, etárias ou intelectuais, bem como pela capacidade que estes tinham para lidar com diferentes situações e tinha como dever proteger o grupo que chefiava e acordar um valor a pagar pelos produtos que queria passar pela fronteira (Lavado Piedade, 2006).

Podemos distinguir como “patrões do contrabando” os lugar-tenentes, os homens de confiança (estes eram extremamente leais), os capatazes, os condutores, os bateleiros, os transportadores, os informadores, os fornecedores, os intermediários e os clientes. Sem este conjunto de pessoas eram impossível praticar o

contrabando. Para além disto, era fulcral que houvesse meios logísticos como barcos, carros ou camiões; meios de comunicação; armazéns e esconderijos. Para que o contrabando fosse bem-sucedido, era importante encobrir a sua atividade e, para ser possível, eram necessários também meios financeiros. Isto fez com que o mercado negro e a candonga atingissem grandes proporções, fazendo com que se multiplicassem os postos de câmbio (Gonçalves, 2006, 2007). Estes eram responsáveis por criar e manter ligações com os compradores, as autoridades e os fornecedores e por vezes também acompanhavam as mercadorias no seu transporte (Alves Pacheco, 2016).

Os sócios, também denominados de patrões, estavam bem economicamente, o que ajudava quando faziam transações de mercadorias, e as suas principais funções, quando os grupos eram numerosos, era organizar e contactar os fornecedores das mercadorias em que estes tinham interesse. Os chamados criados, eram aqueles que não tinham possibilidades económicas e eram compostos por muitas pessoas. Estes não ganhavam muito, mas o que ganhavam com este trabalho era superior ao que ganhariam no trabalho de campo, e eram contratados especificamente para assegurar que a mercadoria que era contrabandeada chegava ao seu destino (Conceição Cabanas, 2009).

1.3.1. Pequeno Contrabando

Definimos o pequeno contrabando como um complemento da agricultura ou do pequeno comércio (Lavado Piedade, 2006). Este era visto como uma forma económica de resistência quotidiana, pois quando os recursos disponíveis pelo Estado não são os suficientes para conseguir a sobrevivência da família, as pessoas vão à procura de outros meios que consigam garanti-la através do contrabando e, desde cedo converteu-se num dos pilares da economia portuguesa, estando estruturado em toda a raia luso-espanhola e sendo também bastante lucrativo (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009).

O pequeno contrabando acaba, assim, por ser uma manifestação das relações sociais que existiam na fronteira, enquanto que o grande contrabando era controlado pelos habitantes locais e, era considerado uma atividade ilegal e imoral que estava diretamente ligado à exploração dos mais necessitados (Cáceres Feria & Valcuende del Río, 2009). Os ganhos dos pequenos contrabandistas eram insuficientes para a cobrança

dos guardas fiscais, sendo que por vezes o volume das apreensões por inexistência de pagamento, mas bastava para mostrar serviço às instâncias superiores. Assim, para que os guardas conseguissem “fechar os olhos” nestas situações, os contrabandistas principais cediam mercadorias para pagamento aos guardas fiscais (Gonçalves, 2006, 2007).

Podemos definir contrabando de sobrevivência, o tipo de contrabando praticado por pequenos camponeses dos dois lados da fronteira, e que constitui uma forma de resistência, e que recorre ao contrabando como forma de ter algo que garantisse a reprodução social das atividades domésticas (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009). Este tipo de contrabando, também conhecido como contrabando de bens de primeira necessidade, tinha como principal objetivo arrecadar o maior valor monetário para conseguirem ajudar a ultrapassar as dificuldades sentidas no dia-a-dia (Reis de Castro, 2019). Estes contrabandistas, também chamados de contrabandistas de barriga trabalham por conta própria e usam o contrabando como forma de sobrevivência (Conceição Cabanas, 2009).

O contrabando de subsistência era praticado pelas classes mais baixas, sendo um complemento à agricultura. Era também com este tipo de contrabando que os contrabandistas conseguiam sustentar as suas famílias pois os ganhos de uma semana de contrabandando, equivaliam aos ganhos de um mês de trabalho do campo. Quando o contrabando de subsistência deixou de existir, o contrabando era apenas uma atividade para quem não tinha mais nada para fazer, os chamados viciados (Conceição Cabanas, 2009). O contrabando familiar, também chamado de contrabando de subsistência, era praticado por mulheres e crianças, que iam ao lado oposto da fronteira comprar bens de primeira necessidade às lojas e, por vezes, trocavam batatas por feijões ou milho (Domingues & Rodrigues, 2009).

1.3.2 Grande Contrabando

O contrabando de grande escala era praticado por pessoas que tinham um grande poder económico, e que eram obrigados a fazê-lo de uma forma mais clandestina, utilizando meios de transporte como o burro, o cavalo e o carro (Reis de Castro, 2019). O contrabando organizado é um tipo de contrabando que gerou bastantes receitas na região e ajudou muitas pessoas a tornarem-se empresários e comerciantes, e praticado geralmente durante a noite e poderia prolongar-se durante dois ou três dias, e às vezes chegava a semanas, dependendo de vários fatores. O grande contrabando tem como principal objetivo conseguir um elevado número de capitais para que se consiga investir em meios de defesa contra a concorrência e a fiscalização por parte dos guardas. Era desempenhado por grandes e pequenas sociedades, era visto com desconfiança e inveja devido ao facto de, nos meios rurais, as pessoas conseguirem enriquecer com bastante rapidez (Conceição Cabanas, 2009). O grande contrabando era praticado por pessoas influentes e bem-sucedidas que desempenhavam tarefas como informadores e condutores de camiões pesados. Estes tinham à sua disposição inúmeros recursos, o que fazia com que conseguissem passar produtos desde Lisboa até Madrid (Aguiar, n. d.).

Figura 3- Apreensão da Guarda Fiscal a uma mulher contrabandista



Fonte: Elaboração Própria fotografada em encenação teatral a 07/03/2020

O contrabando de gado foi introduzido nesta região pelas mesmas pessoas que contrabandeavam o café, tratando-se sobretudo na importação ilegal de gado bovino,

caprino e ovino que muitas vezes não estavam nas melhores condições e na exportação de novilhos. Para além destes dois tipos de contrabando, esta região ajudou as pessoas que queriam emigrar de forma ilegal e, introduziu, também, a importação de tabaco americano e carne e peixe congelado, bacalhau e fruta, intercalando com o contrabando de café e gado (Rovisco, 2009). Este tipo de contrabando era muito difícil de controlar devido ao elevado número de gado, e para contornar isto, os contrabandistas utilizavam cães para guiar os gados, o que fazia com que estes deixassem um rasto por onde passavam e, devido ao volume do gado, os carreiros já não serviam, vendo-se assim os contrabandistas obrigados a utilizar os caminhos (Pinheiro Campanha Baptista, 2004).

Alguns dos contrabandistas campestres, que tinham as suas próprias regras, tiveram um papel muito importante na entrada de refugiados políticos em Portugal e, alguns destes colaboravam juntos nos negócios. Para que o processo de contrabando fosse bem-sucedido, as pessoas envolvidas nesta atividade dispunham de lugares de apoio e casas perto da fronteira, de modo a tornar possível a vigilância com o intuito de escaparem à presença policial. Dois pontos que são fundamentais para explicar a transformação da comunidade campesina na fronteira são: a possibilidade de obter uma fonte económica com a entrada de pessoas nos seus territórios; e, a “alteração da consciência política de um certo grupo de camponeses com a chegada de um grupo significativo de antifranquistas e espanhóis”. Mesmo sabendo o risco de serem multados e castigados, alguns camponeses contrabandistas optavam por arriscar e cobrar pelos seus serviços prestados aos refugiados. Neste mundo, também podemos encontrar os refugiados políticos, onde se encontram em pequenos grupos de homens dentro do contrabando, e que se favorecem politicamente e economicamente com a atividade de passar clandestinamente refugiados para Portugal (Godinho, 2009). No “contrabando a cavalo”, os contrabandistas iam montados no próprio animal, tornando o percurso mais rápido e permitindo que os animais também saltassem muros se fosse em algum momento necessário para fugir aos guardas (Pinheiro Campanha Baptista, 2004).

O contrabando tradicional era normalmente praticado por mochileiros ou cargueiros sendo muito difíceis de serem apanhados pela vigilância da fronteira. O contrabando não profissional era praticado esporadicamente e sem nenhum apoio por parte das quadrilhas, ao contrário do contrabando tradicional (Conceição Cabanas, 2009). Este tipo de contrabando era praticado por comerciantes de rua, em grupos de

cinco ou dez pessoas, que tanto compravam como vendiam dos dois lados da fronteira e deslocavam-se a pé e com animais de carga (Domingues & Rodrigues, 2009).

1.3.3 Quadrilhas

Eram chamados de *quadrilhas* ou *maltas* os grupos constituídos por um ou dois contrabandistas experientes que trabalhavam em conjunto e que tratavam da compra e venda de café por um conjunto de jovens contratados “a frete”, ou seja, estes eram contratados exclusivamente para transportar as cargas apenas para Espanha e não para Portugal. Por exemplo, o café era comprado legalmente no lado português da fronteira e era levado e vendido em Espanha em locais previamente combinados (Rovisco, 2009). No mundo do contrabando quem possuía cavalos para fazer a travessia eram chamados de *patrões*, pois tinham condições para trabalhar por conta própria e podiam contratar a frete os homens necessários para os cavalos que possuíam, e os que não possuíam estes animais eram chamados de *criados* (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009).

As quadrilhas eram grupos de pessoas com funções próprias e a sua estrutura era bastante flexível, adaptando-se às diferentes ocasiões ao longo do tempo, tanto na fronteira como no sítio onde residiam. As posições dentro destas quadrilhas dependiam de diversas variáveis como a idade e a experiência, onde existia um patrão que era a pessoa que comandava o grupo e era um modelo igualitário que todos deveriam seguir. Cada pessoa tinham uma função consoante a sua personalidade, conhecimento do território onde atuavam e das suas habilidades consoante as mercadorias que transportavam. As mini-quadrilhas eram grupo mais sólidos que duravam mais tempo que por vezes tinham um nome próprio. Este tipo de contrabando esteve em funcionamento até aos anos 70, altura em que os meios de transporte e formas de contrabandear mudaram (Medina García, 2004).

1.3.4. Mochileiros, Contrabandistas Galegos, Contrabandistas de Aluguer e Contrabandistas de Camião

Segundo Garcia Medina (2005), os “*mochileiros*” são as pessoas a quem devemos atribuir a maior importância na história do contrabando, pois estes faziam parte das quadrilhas e tinham como principal objetivo a integração social. Estes habitavam nas aldeias raianas por isso tinham um enorme conhecimento dos caminhos a percorrer e dos hábitos dos guardas e vendiam as suas mercadorias ao dobro do preço que as adquiriam. Foram raras as vezes que estes homens foram apanhados pelos guardas devido ao sigilo, mas quando eram apanhados, eles preferiam largar a mercadoria que levavam do que ser apanhados pelos guardas em flagrante delito. Este tipo de contrabandista tinha a vantagem de conseguir circular com a mercadoria às costas por carreiros e muros, conseguindo-se esconder dos guardas com bastante facilidade (Pinheiro Campanha Baptista, 2004). O contrabando praticado pelos “mochileiros” esteve ativo até ao início dos anos 70, altura em que começaram a existir contrabandistas que optavam por carros ou motas para se deslocarem (Medina García, 2009).

Muitas vezes tornava-se habitual os guardas civis apreenderem apenas as mercadorias e não os contrabandistas. A relação entre estes e os contrabandistas de café era bastante boa pois este tipo de contrabando trazia vantagens para os dois lados assim, o Estado português permitia a entrada e saída de café de Portugal (Rovisco, 2014). Os contrabandistas estavam sempre acompanhados por animais que os ajudavam a identificar os movimentos dos guardas e de quem os quisesse importunar. Alguns destes homens acabaram por ser conhecidos pelos animais que viajavam com eles. A passagem de mercadorias de forma ilegal pelos rios das fronteiras constituía um enorme perigo para os homens, essencialmente no inverno, pois muitos dos mochileiros não sabiam nadar e quando o nível da água subia, estes afogavam-se ou voltavam para trás (Medina García, 2005).

Figura 4- Réplica de colete usado no contrabando



Fonte: Elaboração Própria, fotografada no Espaço Memória e Fronteira, em Melgaço (04/02/2020)

Os *contrabandistas galegos* criaram uma rede de tráfico de emigrantes, denominados por “carneiros”, onde cobravam 600 pesetas por pessoa. Esta rede funcionou durante um bom tempo sem problemas, os contrabandistas alimentavam bem os emigrantes enquanto os ajudavam a atravessar o Minho até a França. À medida que a rede de contrabandistas crescia, esta colonizava cada vez mais territórios e poder. Nesta época, um dos produtos mais contrabandeada era a sucata que era introduzida sem grandes inconvenientes entre Vigo e o Norte de Portugal. Mais tarde, a passagem deste produto tornou-se mais difícil e, para continuar a passá-lo, os contrabandistas fabricaram um colete de sucata para colocar debaixo da roupa (Carretero, 2018).

Os contrabandistas de aluguer tentavam subornar os guardas, dependendo do estado económico em que se encontravam os contrabandistas e também do valor das mercadorias que eram transitadas (Conceição Cabanas, 2009). Estes para conseguirem passar os produtos com sucesso tinham de ser corajosos, para conseguirem enfrentar os

problemas que poderiam aparecer na travessia e, capazes de executar os trabalhos que lhes eram propostos com sucesso (Rovisco, 2014).

O contrabando de caminhão era maioritariamente praticado em caminhos de terra, contando por vezes com a ajuda dos guardas fiscais, que eram sempre pagos para o serviço (Domingues & Rodrigues, 2009). Também existia um contrabando intitulado por “contrabando de carro” que era considerado o mais exigente. O risco deste meio de transporte era maior, mas acabava por ser compensado pelo volume das cargas (neste caso era o gado, o tabaco, o café e a maquinaria) que eram levadas, ainda que se fossem apanhados pelos guardas fiscais, pois as pontes que existiam eram todas vigiadas, o prejuízo era maior (Pinheiro Campanha Baptista, 2004).

1.3.5. A Mulher contrabandista

As mulheres participavam também no contrabando, em particular na venda dos produtos e na sua distribuição enquanto os homens compravam e transportavam os produtos. Apesar disto, é conhecido que muitas mulheres também os compravam e transportavam (Medina García, 2004). Estas eram quem ajudava nas cargas e algumas chegavam a ocupar cargos importantes nas rotas de contrabando e até de emigração. Além disto, muitas das mulheres entregavam-se ao pequeno contrabando, por conta própria, de ovos, galinhas, café e outras mercadorias, recorrendo ao vestuário para disfarçar os produtos contrabandeados (Gonçalves, 2006, 2007). Estas eram chamadas de “*pisqueiras*” e pastavam as suas vacas onde passavam a mercadoria, como açúcar, sabão, azeite e arroz, com bastante facilidade e, após algum tempo, começaram a contrabandear quilos de café, fósforos e tecido (Carretero, 2018).

O contrabando praticado por mulheres era um pouco diferente do contrabando praticado pelos homens. As mulheres tratavam da venda e da distribuição dos produtos, enquanto os homens as iam buscar aos pontos de compra e levavam até aos pontos de venda. Posto que as mulheres iam buscar os produtos aos mochileiros a Portugal, enquanto muitos dos homens vendiam eles próprios as mercadorias pela fronteira. Havia, também muitas diferenças entre as mulheres contrabandistas, muitas eram donas dos produtos que compravam em Portugal, enquanto outras vendiam novamente os produtos que lhes davam (Medina García, 2009). As mulheres contrabandistas ajudavam

os contrabandistas a circular em por toda a região sem terem problemas com a guarda, o que tornava a estratégia familiar bastante importante (Reis de Castro, 2019).

Figura 5- Mulher Contrabandista



Fonte: Elaboração Própria fotografada em encenação teatral a 07/03/2020

As *mulheres do carreiro* (Rovisco, 2009), são conhecidas como as mulheres que foram obrigadas a entrar no mundo do contrabando pois os seus maridos adoeceram, emigraram ou morreram, e estas tinham de procurar ajuda económica através do contrabando, mas também praticavam-nos como extra nas economias da família (Alves Pacheco, 2016). Pertencem a uma faixa etária que nasceu em 1940 e que começaram a contrabandear depois de se casarem. Os contrabandistas do sexo feminino começaram a contrabandear, maioritariamente, produtos como o café, e mais tarde introduziram outros produtos como o azeite, laranjas, rebuçados, pão, chocolates, bebidas alcoólicas e perfumes/cosmética (Rovisco, 2009).

Como é possível constatar, o papel da mulher no contrabando era fulcral, visto que estas sempre foram astutas e conseguiam contrabandear com bastante facilidade nas suas saias ou longas tranças no cabelo quando se tratava de produtos pequenos, os mais diversos produtos, como peças de vestuário, perfumes, ou até mesmo galinhas e café. Em Melgaço, as mulheres contrabandeavam o volfrâmio, produto adquirido nas minas e posteriormente vendido a um dos mais conhecidos contrabandistas, chamado Mareco. Aqui as mulheres também tiveram um papel muito importante na passagem clandestina de pessoas até França (Aguiar, 2016).

As mulheres também praticavam o contrabando embora de forma diferente dos homens pois a atividade destas estava ligado à subsistência doméstica. Em relação ao pequeno contrabando, as mulheres ganharam um papel de destaque pois traziam os produtos utilizados pelas pessoas que compravam no dia-a-dia, pois conheciam bem as rotas, conseguindo passar pelos guardas sem problema. As mulheres ganhavam bastante dinheiro até ao fim da prática do contrabando, o que fazia com que fossem vistas de forma errada porque a população achava que estas ganhavam a vida de forma desrespeitosa. As mercadorias mais contrabandeadas pelas mulheres eram, assim, produtos têxteis e produtos decorativos (Valcuende del Río & Cáceres Feria, 2009). As mulheres só lideravam os grupos de contrabandistas se enviavassem ou se os maridos fossem capturados pelo Estado (Lavado Piedade, 2006).

As mulheres muitas vezes ficavam responsáveis por irem a Espanha buscar calçado e o que quer que fosse útil para juntarem ao seu enxoval. Estes produtos eram utilizados para consumo próprio, como por exemplo bens alimentares, calçado ou roupa, e eram vendidos na aldeia onde estas habitavam ou noutras aldeias próximas (Conceição Cabanas, 2009). Ademais, eram responsáveis por transportar bens de luxo, como pasta de dentes, perfume, sapatos e vestuário, que serviam para ser vendidos em grandes lojas ou nas próprias aldeias da raia, tornando-se uma espécie de vendedora ambulante (Pinheiro Campanha Baptista, 2004). Além disto, o percurso e volume das mercadorias variava consoante a frequência e duração das viagens, passando as fronteiras em grupos com familiares, não criando uma estrutura como era possível ver no contrabando praticado pelos homens. Quando algumas mulheres trabalhavam para homens contrabandistas, entre a época de 70 e 80, eram alvos de denúncias aos guardas, por parte de outras mulheres que tinham inveja, dependendo assim o sucesso das travessias

das rotinas das autoridades, da forma como estas ocultavam as mercadorias, e do facto de algumas mulheres serem apanhadas pela guarda civil ou pela guarda fiscal (Alves Pacheco, 2016). Foi até esta altura que as mulheres contrabandeavam tudo o que lhes desse mais dinheiro e em especial o café (Alves Pacheco, 2016).

Para garantir o sucesso das travessias, os contrabandistas contratavam espias que, como o próprio nome indica, eram incumbidas de descobrir as rotinas da Guarda Fiscal e da Guarda Civil para que as passagens de mercadorias fossem bem sucedidas, sendo este trabalho tão perigoso como o dos próprios contrabandistas (Alves Pacheco, 2016).

1.4. Guarda Civil e Guarda Fiscal

O Estado português criou, no século XIX, um corpo especial de ordem pública que estava organizado de forma militar, e que tinha como propósito fiscalizar os impostos e os rendimentos públicos denominado por Guarda Civil, representando o poder central em todo o país, mas principalmente na fronteira (Reis de Castro, 2019). A sua estrutura sofreu poucas alterações desde a 1ª República até ao Estado Novo (Alves Pacheco, 2016). As suas funções passavam por, além de controlar a entrada e saída de mercadorias ou pessoas do país de forma ilegal, evitar e reprimir o contrabando; vigiar as alfândegas e os armazéns; proteger o comércio legal; e, fiscalizar (Reis de Castro, 2019). Estes cobravam à carga ou ao mês aos contrabandistas, sendo constante a sua presença discreta e vigilante na casa dos mesmos, durante o despacho “contabilizado” das cargas. Apesar disto, nem todos os guardas fiscais alinhavam na colaboração com os contrabandistas (Gonçalves, 2006, 2007). O papel dos guardas fiscais consistia em combater e controlar a clandestinidade, apreendendo as pessoas que vissem a praticarem atividades ilícitas como o contrabando (Castro, 2018), sendo que os seus postos se localizavam maior parte das vezes perto das fronteiras, defrontando os postos dos Carabineiros, a guarda civil espanhola (Sarmiento, 1994).

Figura 6- Guarda Fiscal



Fonte: Elaboração Própria fotografada em encenação teatral a 07/03/2020

A Guarda Fiscal integrava uma “rede social de organismos administrativos e coercivos”, sendo importante que se criassem boas relações entre estes e os representantes de Estado na fronteira luso-espanhola. Assim, as relações com os guardas eram bastante distintas: tanto havia bastante cumplicidade entre as pessoas dos dois lados da fronteira, como essas relações se tornavam, por vezes, divergentes (Simões, 2009). O comportamento do guarda fiscal era bastante organizado sendo melhorado constantemente. Estes dividiam-se em rondas, vigias, patrulhas e sentinelas que eram

feitas a pé ou a cavalo em grupos de 2 pessoas, depois evoluíram os meios de transporte para jipe (Conceição Cabanas, 2009), e estas vigias eram feitas nas pontes, linhas de comboio, e com operações stop (Pinheiro Campanha Baptista, 2004). O aumento dos quartéis na raia luso-espanhola mostra-nos a importância do controlo do contrabando e da forma como esta se fazia sentir por todo o país (Neto, s. d.).

Chamados de “caribineros” os guardas civis e de “guardinhas” os guardas fiscais, vigiavam a fronteira o melhor que podiam, e dependiam do Ministério das Finanças. Estes tentavam apreender o maior número de produtos que eram contrabandeados, numa vigilância que era maioritariamente feita a pé e por patrulhas de duas pessoas. Os produtos apreendidos eram catalogados e posteriormente leiloados, no qual os guardas que os tinham apreendido recebiam sempre uma verba do valor do leilão (Domingues & Rodrigues, 2009). Apesar disto, podemos observar que muitas das vezes os guardas deixavam passar as pessoas, apreendendo apenas as suas mercadorias pois estas eram essenciais para os resultados propostos pelo Estado (Alves Pacheco, 2016).

A relação entre os contrabandistas e a Guarda Fiscal portuguesa é vista de uma forma positiva, sendo que o contrabando era útil tanto para os próprios contrabandistas como para a Guarda Fiscal ou para o Governo Português, pois era permitida a saída de elevadas quantidades de café e a entrada de divisas no país (Rovisco, 2009). As autoridades acabavam por interpretar dois papéis: o de cúmplices do contrabando e o de vigiar o contrabando, pois tanto ignoravam o que se passava à sua volta como eram intermediários e aliados da atividade. Era essencial os contrabandistas terem total conhecimentos das rotas a percorrer para não correrem o risco de serem apanhados em flagrante, mas também era muito importante saberem quem deveriam subornar (Lavado Piedade, 2006). A principal consequência da intervenção política foi a criação do mercado negro (sítio onde se vendia e comprava todo o tipo de bens) e, foi também o que fez com que houvesse um crescimento exponencial do contrabando (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009). De forma a escapar às detenções da Guarda Fiscal, os contrabandistas passavam grandes quantidades de uma só vez pois os guardas não tinham capacidade de apreender um número tão elevado de mercadorias. Visto estarem em grande desvantagem face aos contrabandistas, muitas vezes para os conseguirem apanhar, os guardas abatiam os seus cavalos para tornar mais fácil a apreensão (Conceição Cabanas, 2009). Entre 1880 e 1890, o contrabando foi facilitado

devido à existência de uma abertura na fronteira pois os guardas que a fiscalizavam não tinham experiência; pela falta desses mesmos guardas, o que levava a que a fronteira e os seus caminhos não fossem vigiados com tanto rigor; pelo facto dos guardas não conhecerem os caminhos que era utilizados pelas pessoas que praticavam o contrabando, pelas suas técnicas que usavam em concordância com a população raiana; e, pelas relações de amizade e familiaridade que existiam entre os contrabandistas e os próprios guardas (Sena, 2010).

Figura 7- Fato Guarda Civil Espanhola



Fonte: Elaboração Própria, fotografada no Espaço Memória e Fronteira, em Melgaço
(04/02/2020)

Na raia húmida, ou a separação coincidente com o rio Minho, a convivência com a Guarda Civil era importante, pois eram estes os responsáveis por toda a fiscalização e repressão que existia contra o contrabando (Alves Pacheco, 2016). Os guardas passavam fome o que fazia com que fossem os próprios a propor aliança com os contrabandistas. Se esse pacto não se concretizasse, os guardas prendiam os contrabandistas e aplicavam-lhes uma multa, sendo esta o dobro do valor da mercadoria transportada (Carretero, 2018). Como forma de evitar e controlar o contrabando, a Guarda Civil acorrentava as embarcações durante a noite (Valcuende del Río & Cáceres Feria, 2009). Durante as suas fiscalizações, os carabineiros recorriam por vezes às armas de fogo para a sua própria defesa, para defesa de colegas ou para defesa dos interesses da Nação (Alves Pacheco, 2016).

Figura 8- Fato Guarda Fiscal Portuguesa



Fonte: Elaboração Própria, fotografada no Espaço Memória e Fronteira, em Melgaço
(04/02/2020)

Os guardas fiscais eram vistos pelos habitantes das aldeias raianas como pessoas de fora da comunidade, mesmo se habitassem no mesmo local. Além disto, os guardas eram vistos como uma organização cruel que tirava aos mais fracos a única oportunidade de ajudarem as suas famílias (Conceição Cabanas, 2009). Os melhores guardas eram os que já tinham sido contrabandistas pois conheciam os caminhos por onde estes passavam, sendo mais fácil apanhá-los em flagrante, e era do conhecimento de todos que alguns guardas, após a apreensão das mercadorias, ficavam com estas para si, para usufruto próprio (Conceição Cabanas, 2009).

Entre 1915 e 1922, durante a I Guerra Mundial, houve uma enorme descida nas forças da Guarda Fiscal. Quando os contrabandistas eram capturados pela Guarda Fiscal, e a sua mercadoria era apreendida, estes tentavam escapar através de caminhos de fuga que só eles conheciam.

Para os guardas que tentavam controlar estas ilegalidades, tornava-se ainda mais difícil de prender aqueles que dispunham de espias ao longo da fronteira (Reis de Castro, 2019). Entre os anos 30 e 40, existe um aumento da necessidade de segurança e justiça por consequência do comércio ilícito (contrabando), o que fez com que houvesse a necessidade de aumento do número de guardas fiscais como forma de combater o contrabando e a emigração ilegal. Na década de 90, devido ao contrabando de azeite, houve também uma necessidade de aumentar o número de guardas fiscais perto da raia (Castro, 2018). Podemos ver que a cumplicidade com a Guarda Civil era importante para o sucesso do contrabando, facilitando a fluidez com que os produtos circulados entre os dois lados da fronteira. Isto só deixava de acontecer quando os inspetores de Madrid estavam presentes e, quando isso acontecia, a mercadoria saía de circulação durante uns dias, mas quando voltava todos os habitantes do lado da fronteira espanhola podiam contar com produtos como a penicilina (Portugal trazia este produto do Brasil), café, sabão, azeite ou bacalhau (Carretero, 2018). Os fluxos comerciais foram dinamizados devido a uma rede de conveniências e de colaboração que resultaram das relações económicas entre guardas fiscais, carabineiros, comerciantes e grupos formados por contrabandistas (Simões, 2009). Apesar disto, os guardas fiscais evitavam apreender bens de primeira necessidade pois sabia que eram necessários para a sobrevivência da população, muitas vezes familiares deles (Pinheiro Campanha Baptista, 2004). Nos anos 50 e 60, além de fiscalizarem a fronteira por causa do contrabando de mercadorias,

fiscalizavam-na devido ao elevado número de emigração ilegal que se fazia sentir (Alves Pacheco, 2016).

Na segunda metade do século XX, a Guarda Fiscal vê os seus vencimentos melhorados pela recém-implementada República. Isto deve-se ao facto de os políticos republicanos quererem ver combater o dinheiro fácil que poderia advir do contrabando, devido à proximidade que os Guardas Fiscais tinham com os contrabandistas (Cunha, 2006). É importante verificarmos que nos centros de poder de ambos os Estados ocorreram queixas relativas à falta de profissionalismos de alguns membros da Guarda Civil, sendo estes acusados de se unirem aos contrabandistas e de corrupção. Assim, o contrabando também é visto como uma atividade necessária para o mantimento da Guarda Civil espanhola e a Guarda Fiscal portuguesa (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009).

Podemos concluir que as autoridades portuguesas foram mais tolerantes do que as espanholas pois havia uma maior tolerância por parte das autoridades portuguesas em relação ao contrabando; a Guarda Civil espanhola começou com sessões de tortura para castigar aqueles que passavam ilegalmente produtos na fronteira; e, o facto de existirem muitos mais presos portugueses ou espanhóis pela Guarda Civil, do que presos por parte da Guarda Fiscal Portuguesa (Rovisco, 2009). Foi em 1993 que a Guarda Fiscal foi oficialmente extinta, fruto da entrada de Portugal na União Europeia e consequente Acordo de Livre Circulação de Pessoas e Bens (Almargem, s. d.).

CAPÍTULO 2- EMIGRAÇÃO

A emigração pode ser definida como um elo de ligação entre o país de partida e o país de chegada (Fernandes Alves, 2003). É também vista como uma relação entre um indivíduo ou um agregado familiar que se desloca para fora da sua residência em busca de um trabalho permanente, tendo sido reconhecido como um grande problema internacional (Salt & Stein, 1997). Assim, a emigração ilegal é encarada como uma ameaça à soberania do Estado, visto que os emigrantes prejudicam esta soberania ao quebrarem o controlo que o Estado tem nas fronteiras (Koser, 2010). A emigração era um fenómeno essencialmente de origem rural e da juventude masculina, em que a principal razão da emigração se baseava em proporcionar às famílias rurais um rendimento adicional (Monteiro, M. Pedreira, Telo, Garrido, & Barreto, 2020).

Figura 9- Emigrantes portugueses a sair de Portugal com destino à França



Fonte: Imagem retirada de (O Emigrante- Mundo Português, 2020).

Desde metade do século XX que a emigração é um dos fenómenos mais importantes que podemos observar em Portugal (Peres de Castro, 2003), tendo-se

começado a notar mais na história de Portugal devido à Grande Depressão e à Segunda Guerra Mundial (Pestana da S. F. Sena, 2011). Muitas das travessias eram feitas a pé (Peres de Castro, 2003), sendo que a principal razão para o fazerem baseavam-se no facto de não quererem participar no regime salazarista (Simões Galvanese, 2013). Porém, durante toda a história portuguesa, houve vários momentos que fizeram com que a emigração se fizesse sentir mais. Destacamos quatro marcos bastante impactantes: a partir de 1950, o fim da II Guerra Mundial, a Guerra Colonial, a adesão de Portugal à CEE e a “reedificação do mercado de trabalho global com a criação de acordos de comércio global” (Góis & Marques, 2016). O Brasil era o destino preferido dos emigrantes no início século XX. Assim, no final da década 20, o país foi obrigado a fazer grandes alterações na emigração, nomeadamente: a proibição da emigração para a América; nos anos 30, o governo português implementa medidas restritas no que diz respeito à emigração; e, devido à II Guerra Mundial, os sistemas migratórios usados são alterados (Portugal-América), começando o sistema migratório a alargar-se até África (Góis & Marques, 2016). Segundo Pereira (2014), a emigração é considerada um sinal de descontentamento por parte da mão-de-obra, sendo que os trabalhadores não podem exprimir o seu descontentamento: as greves são proibidas.

Os emigrantes eram, na sua maioria, explorados com preços exorbitantes para a travessia, e muitas vezes assaltados, ficando sem o seu dinheiro e os seus pertences, assim como as suas identificações, o que resulta numa dívida que eram obrigados a pagar a quem os está a transportar para o outro país. Além de tudo, são sujeitos a viagens em condições precárias e abusos psicológicos que resultam, muitas vezes, na morte. Os custos das travessias variavam muito consoante a nacionalidade e a etnia do emigrante (Salt & Stein, 1997).

2.1. Emigração para o Brasil

No início do século XVIII, o Brasil tornou-se o país de eleição dos emigrantes que procuravam melhores oportunidades, contando com o apoio de familiares que já tinham emigrado no passado e que já se tinham estabelecido nas principais cidades do império brasileiro. Este tipo de emigração, conhecida como “emigração dos caixeiros”, a população do Norte de Portugal procurava fazer carreira no comércio, durante a primeira metade do século XIX. Com o crescimento da economia, os salários no Rio de Janeiro

eram três ou até quatro vezes superiores aos de Portugal, devido ao alargamento das plantações de café, e pelo facto dos trabalhos mais pesados serem reservados aos escravos (Monteiro, M. Pedreira, Telo, Garrido, & Barreto, 2020).

No quadro 5, está discriminada a quantidade de portugueses que emigraram para o Brasil entre 1836 e 1889:

Quadro 1- Emigração

Anos	Legal	Clandestina (estimativas)	Total (estimativas)
1836-1838	3201	-	-
1840-1844	3974	-	-
1845-1849	4296	-	-
1850-1854	7715	-	-
1855-1859	9996	3332	13 328
1860-1864	5414	1805	7219
1865-1869	4783	1594	6377
1870-1874	12 561	4187	16 748
1875-1879	12 132	4044	16 176
1880-1884	16 401	5467	21 868
1885-1889	19 867	6622	26 489

Fonte: M. Pereira (2020)

Em 1828-1829, 40% dos portugueses que emigraram para o Brasil, preferiram o interior para se poderem dedicar à agricultura, designando-se, assim, este tipo de emigração como “emigração agrícola”. Muitos açorianos foram contratados durante a expansão da cultura do café com contratos desiguais, sendo obrigados a reembolsar o custo gasto nas viagens (Monteiro, M. Pedreira, Telo, Garrido, & Barreto, 2020).

As autoridades portuguesas tentaram parar esta corrente migratória para o Brasil, que procuravam dificultar os acordos estabelecidos pelos angariadores, aumentando as questões burocráticas e melhorando as condições das viagens. O resultado foi um aumento da emigração ilegal, visto ser um meio mais rápido e evitando que se gastasse dinheiro desnecessariamente na obtenção dos documentos necessários e no pagamento do serviço militar (Monteiro, M. Pedreira, Telo, Garrido, & Barreto, 2020).

2.2. A Emigração antes da II Guerra Mundial

Em 1890-1891, com a crise internacional, a emigração sofre uma quebra devido aos ritmos da economia do Atlântico, pelo que, antes a II Guerra Mundial, 39 515 pessoas

emigraram legalmente e 5927 pessoas que usaram a clandestinidade para o fazer. Nos quatro primeiros anos da República houve um pico na emigração, tendo este sido o ponto mais alto de todos os tempos, até à data, devido à prosperidade económica. Os países escolhidos nesta altura pelos emigrantes foram o Brasil, os Estados Unidos e a Argentina, devido à riqueza dos países e às promessas que a quem vinha de fora (Monteiro, M. Pedreira, Telo, Garrido, & Barreto, 2020).

2.3. A Emigração após a II Guerra Mundial

A emigração começou após a II Guerra Mundial, onde França procurava trabalhadores para reconstruírem o país e onde estes auferiam bons salários e faziam horários mais reduzidos. Assim, e devido às regras necessárias para a obtenção de um passaporte serem muito difíceis de cumprir, as pessoas tinham de ter a sua situação militar regularizada e trabalho certo no país para onde iam. Muitas das pessoas optaram por emigrar clandestinamente. Esta passagem clandestina era feita de várias formas, mas a mais utilizada eram a pé devido à grande vigilância nos vários pontos da fronteira. Muitas vezes era difícil manterem-se no país para onde iam, mas o facto de viverem com outras pessoas que também tinham emigrado ajudava-os a ultrapassarem as dificuldades vividas (Aguiar, 2016).

Podemos dividir a emigração durante o Estado Novo em três partes: a primeira refere-se ao período que se prolonga até ao fim da II Guerra Mundial e que é caracterizado pela construção de um dispositivo que controla a emissão de passaportes segundo vários critérios como o género, idade, nível de instrução e classe socioprofissional; a segunda parte remete para a criação da Junta de Emigração, entre o fim da II Guerra Mundial e o início dos anos 60, onde era controlado o número de saídas de cada região, de forma a controlar a saúde de todos os emigrantes; por fim, a terceira parte dirige-se aos períodos entre os anos 1960 e 1974, onde se verificam vários acordos entre o Estado Português com França, Espanha, Argentina, Brasil, de forma a controlar a emigração juntamente com a “maximização do retorno económico dos emigrantes” (Dias & Anica, 2017).

No quadro 6, é possível verificar a população portuguesa residente nos principais países europeus entre 1981 e 2010.

Quadro 2- População portuguesa residente em alguns países europeus, 1981-2010

	1981	1985	1990/1	1995	2000/1	2010
Andorra	1.204	1.731	3.951	6.885	6.748	13.100
Alemanha	109.417	77.000	92.991	125.100	133.726	113.208
Bélgica	10.482	9.500	16.538	23.900	25.600	29.802
Espanha	24.094	23.300	33.268	37.000	42.000	142.520
Luxemburgo	28.069	-	39.100	51.500	58.450	79.800
Reino Unido	-	-	-	30.000	58.000	102.000
Suíça	16.587	30.851	85.649	134.827	134.675	221.641
Total	189.953	142.382	271.497	409.212	459.173	605.526

Fonte: Góis & Marques (2011)

É em 1968 que se verifica uma maior adesão das mulheres à emigração, em que número de mulheres é superior ao número de homens (Pestana da S. F. Sena, 2011). Na segunda metade dos anos 40, a emigração ganha um novo foco, os Estados Unidos da América e a Venezuela, onde era favorecido o escoamento da população e a entrada de capitais através das colónias portuguesas nesses países (Paulo, 1998). A emigração afetava bastante os países de onde as pessoas saíam pois desfavorecia as atividades económicas do mesmo, havendo também uma diminuição da natalidade do país, sendo que muitos dos que emigravam eram mulheres e crianças (Fernandes Alves, 2003). Concluindo, a emigração era vista como um movimento que instabilizava a libertação de uma população que se quer submetida (Pereira, 2014).

1,275,000 foi o número que emigrações legais feitas entre 1950 e 1988 sendo o destino França ou Alemanha (B. Baganha, 2015). Devido à oferta de bons salários e à falta de mão-de-obra em França, milhares de portugueses emigraram para o país, onde um ano antes o governo francês facilitou a entrada de emigrantes clandestinos (Pereiro, 2009). Os países de eleição dos emigrantes portugueses deixaram de ser o Brasil e outros países da América Latina, tendo dado lugar a países europeus como a França, a Alemanha e a Suíça (Monteiro, M. Pedreira, Telo, Garrido, & Barreto, 2020).

A entrada de Portugal, em 1959, para a EFTA (European Free Trade Association/Associação Económica de Comércio Livre) e a modernização das estruturas económicas contribui para o crescimento económico de Portugal. Assim, com a redução

do número de trabalhadores, há um aumento nos salários agrícolas e industriais, sendo que este aumento não é compensado por um aumento dos preços das produções agrícolas que são fixados pelo Governo em níveis muito mais baixos (Pereira, 2014).

Os emigrantes para conseguirem concluir o seu percurso com sucesso, contratavam passadores e, estes, depois de terem passado as fronteiras de Espanha e França, obtinham um bilhete de comboio que os levava a Paris (Peres de Castro, 2003). A travessia entre Portugal e França é feita com bastante dificuldade e medo (Vieira, 2017). Para alguns contrabandistas, atravessar a fronteira não constituía algum tipo de risco ou esforço devido às pontes internacionais, mas atravessar a fronteira pelo rio já era um problema visto que estes andavam durante dias por terrenos incertos (Izacara Palacios, 2017). A emigração é, assim, vista como um problema aos olhos do Estado Português (Pereira, 2014). Com a emigração vinha também a tensão entre as pessoas e os países (o de origem e o de chegada) e as negociações entre ambos (Fernandes Alves, 2003). Tanto em Portugal como em Espanha, a emigração era vista como algo temporário que tinha em vista melhorar as condições de vida da população e, foi em 1975, com a morte de Franco, que muitos exilados regressaram à sua terra natal, ao fim de 36 anos de ditadura (Gil de Sousa, 2013).

2.4. Ditadura de Salazar e a Emigração

No dia 29 de março de 1947¹, a emigração legal é suspensa em todo o país pelo ministro do Interior Cancela de Abreu, em que esta é autorizada apenas quando existem acordos bilaterais assinados entre Portugal e outros países estrangeiros. Assim, Cancela Abreu, com vista em controlar a emigração, cria a Junta Nacional de Emigração a 28 de outubro de 1947 (Sobral dos Santos, 2014), onde António Manuel Batista assume a sua presidência de 1949 até 1968. Durante todo este período este não via a emigração como algo que prejudicasse a nação (Pereiro, 2009). A Junta Nacional da Emigração tinha vários objetivos gerais que serviam de apoio à negociação de acordos sobre a emigração, assim como estava encarregue de propor o contingente de emigrantes autorizados a sair do país para cada profissão e cada região do país (Sobral dos Santos, 2014).

¹ Decreto-lei nº36199 do Ministério do Interior- Gabinete do Ministro. DG, Iª Série, nº72, 29 de março de 1947

Segundo Sobral dos Santos (2014), os serviços administrativos da Junta Nacional de Emigração estão divididos em dois: a Secretaria, encarregue do expediente e da execução dos despachos e das ordens; e dos Serviços Tutelares e de Inspeção, responsáveis pela proteção do emigrante e do regressado desde o embarque até à chegada, e pela fiscalização das normas de emigração. Posto isto, a Junta Nacional de Emigração fica responsável pelas entradas e saídas antes dos embarques, de forma a evitar a intromissão de intermediários privados nesta fase do processo migratório.

É em 1960 que a emigração clandestina deixa de ser penalizada pelo governo português (Marques Santos, Leitão, & Ramos, 2010). Em 1962, quando o estado português começou a olhar para a emigração como um problema real, começou a tentar controlar o número de pessoas que emigrava legalmente e a tentar travar a emigração clandestina através das Junta de Emigração (Pereiro, 2009). A Junta de Emigração recebe fortes críticas da parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do Ministério das Corporações e da Previdência Social (Pereira, 2014).

Figura 10- Emigração clandestina



Fonte: Imagem retirada de (O Emigrante- Mundo Português, 2020)

Em 1966 quem fazia a travessia ilegal da fronteira poderia ter uma pena de 8 anos na prisão, altura em que a luta da polícia contra os emigrantes ilegais era conhecida publicamente (Pereiro, 2009). No ano seguinte, o ministro das Corporações, Henrique

Veiga de Macedo, declara que a emigração “conduz a uma modificação mais rápida da mentalidade dos empresários, obrigados assim à racionalização de métodos e das estruturas que ela causa e que não devem ser minimizadas, a uma distribuição mais salutar e natural da mão-de-obra entre os setores agrícola, industrial e dos serviços”² (Pereira, 2014). Até 1968, Salazar oculta publicamente o fenómeno migratório (Pereira, 2014) e, nesse mesmo ano quando este foi substituído por Marcelo Caetano, a emigração ilegal foi perdoada e deixou de ser tabu, tendo sido marcado pelo fim da perseguição a quem praticava este ato ilegal. No ano seguinte a emigração voltou novamente a ser sancionada com multas elevadas e direito a prisão (Dias & Anica, 2017).

Em 1969, Marcelo Cetano chama a atenção do Conselho de Ministros, para o facto de a repressão da emigração ter conduzido a um aumento da emigração clandestina, ficando os trabalhadores expostos à exploração no estrangeiro, o que se convertia num inconveniente para o prestígio do país³. Neste ano, não são apenas os constrangimentos orçamentais que se fazem sentir, mas também o não investimento na gestão da emigração do Estado Salazarista no domínio da proteção das populações mais desprotegidas. No início dos anos 70, um grupo de jovens não afiliados no Partido Único entram para o Governo como secretários de Estado, tentando articular a emigração com o projeto modernizador. Assim, tentam retirar à Junta de Emigração a responsabilidade que estes têm da política de emigração (Pereira, 2014). No quadro 8, é possível verificar o número de portugueses que entraram em França, desde 1957 a 1974:

Quadro 3- Entrada anual de portuguese em França (1957-1974)

Anos	Emigração Total para a França segundo o INE
1957	3 102
1958	4 694
1959	3 542
1960	3 593
1961	5 446
1962	8 245
1963	15 233
1964	32 641
1965	57 319
1966	73 419
1967	59 415
1968	46 515

² Intervenção do Deputado Henrique Veiga de Macedo na Assembleia Nacional, 7 de dezembro de 1967, DS, 108, págs. 246-247

³ Ata do Concelho de Ministros para os assuntos económicos de 29 de julho de 1969, AMAI/GM, cx. 396

Anos	Emigração Total para a França segundo o INE
1969	27 234
1970	21 962
1971	10 023
1972	17 800
1973	20 692
1974	10 568
Total	421 443

Fonte: Estatísticas Demográficas do Instituto Nacional de Estatística (1957-1974), em (Pereira, 2014).

Em 1970 foi o fim da Junta de Emigração tendo sido substituído pelo Secretariado Nacional de Emigração (SNE), cujo objetivo era diminuir o fluxo migratório, aumentando a melhoria do nível de vida das pessoas que mais necessitavam, sendo que a partir deste ano a emigração, tanto legal como ilegal, diminuiu (Dias & Anica, 2017). O principal objetivo era recrutar os trabalhadores que estavam emigrados e segui-los estritamente até ao seu local de trabalho, favorecendo o seu regresso ao país de origem (Pereira, 2014). Assim, foram milhares de portugueses que foram impedidos de emigrar, ainda por cima com todas as restrições que foram implementadas, como por exemplo a obrigatoriedade de existir alguém no país de chegada que fosse do mesmo meio familiar, tornando-se, assim, uma forma do Estado Novo negar os direitos impostos na legislação, que era justificada pela insuficiência de recursos humanos. Entre todas as razões para emigrar clandestinamente, podemos salientar a fuga ao serviço militar, a intervenção das câmaras municipais na legalização da emigração, as inúmeras regras que existiam para emigrar legalmente e os inúmeros processos administrativos que existiam na JE, Junta de Emigração (Pereira, 2009). Em 1971, foi recomendado pelo Ministro do Interior, Gonçalves Rapazote, que a repreensão da emigração clandestina se focasse especialmente nas mulheres, nas crianças e nos “mancebos antes de cumprido serviço militar”⁴ (Pereira, 2014).

A emigração teve o seu lado positivo: aumentou os salários dos trabalhadores em Portugal e diminuiu o excedente de mão-de-obra, aumentou as condições de trabalho devido ao facto dos trabalhadores ameaçarem os seus patrões de emigrarem se não aumentassem os salários e diminuíssem o tempo de trabalho, pois lá fora,

⁴ Relatório do Chefe do Posto da PIDE da fronteira de Monção, em 20 de Novembro de 1965, IANTT/PIDE/DGS,SC 218CI (1), Secretariado Nacional da Emigração, 1177, pasta 2

nomeadamente em França, era muito fácil arranjar emprego (Pereiro, 2009). A emigração clandestina era abençoada pelo sítio onde se localizavam os pontos de troca de mercadoria e pelas condições climáticas que se faziam sentir (Dias & Anica, 2017). Em 1980, os países de eleição para os emigrantes são os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália, entre outros (Pestana da S. F. Sena, 2011).

CAPÍTULO 3- FRONTEIRA

O conhecimento do espaço físico da fronteira, o silêncio e a discrição são algumas das características do contrabando, o que fazia com que houvesse um favorecimento dos contactos entre os mesmos e entre classes de opositores políticos e algumas vítimas do franquismo (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009).

3.1. Fronteira

Entende-se por Fronteira o limite geográfico e territorial entre localidades, o afastamento entre sociedades ao longo dos anos onde podemos observar um grande conjunto cultural da população. No caso da fronteira luso-espanhola, esta é constituída por população maioritariamente idosa, com fracas acessibilidades e onde os regimes políticos de ambos os países dificultavam as relações transfronteiriças. Contudo, quando estes regimes políticos ditatoriais acabaram, com a entrada de Portugal e Espanha na Comunidade Económica Europeia, houve uma alteração na forma de as pessoas verem a fronteira, com a livre circulação de bens, pessoas e serviços (Ferreira da Cunha, 2016). Assim, devido à carência, a população também considerava a fronteira um lugar de trocas sociais, económicas e também culturais (Peres de Castro, 2003). Podemos, também, definir fronteira como algo que delimita um país de forma política, jurídica ou geopolítica, dividindo, também, as fronteiras culturais (M. Uriarte, 1994). A fronteira deixou de ser apenas uma linha e passou a ser considerada um elo entre as comunidades dos dois países (Charrié, 2000), sendo também esta região vista como deprimida (Reigado, 2002).

Segundo Barañano, García, Cátedra & Devillard (2007), podemos definir fronteira como um território que se situa na margem e que delimita um lugar sempre vinculado a determinada soberania. Para além disso, é na fronteira que podemos verificar grandes rivalidades que surgem entre os dois estados na “terra de ninguém” e que é patrulhada por militares e guardas que asseguram a diferenciação entre os dois estados e a sua segurança (Hinfray, 2010).

Fronteira é o território que se localiza junto à margem de um país e impõe limites geográficos, políticos e culturais. Pode também ser definida como algo que delimita a demarcação dos dois povos, sendo assim chamada de raia. Até aos anos 90, a fronteira

era considerada uma “ameaça permanente” (Ferreira, Monteiro, Neves, & Aguiar, s. d.). Posto isto, podemos considerar como algo que delimita o território nacional e as “individualidades políticas” e que, assim, distingue as diferenças que neles existem (Cunha, 1999). Simões (2016) define fronteira como algo que marca territórios político-administrativos e que define relações entre os estados, permitindo ou impedindo a circulação de bens ou pessoas. Assim, são três os elementos que nos ajudam a definir este conceito: a fronteira que separa os dois estados; as estruturas que ajudam a protegê-lo; e as zonas fronteiriças. A fronteira deve ser vista como uma zona e não como uma linha, que tem a condição dupla de separação e proximidade (Liberato, Alén, & Liberato, 2020). Na figura 13, está representada a fronteira física entre Portugal e Espanha:

Figura 11- Fronteira Portugal/Espanha



Fonte: Elaboração Própria

A fronteira luso-espanhola foi palco de inúmeros intercâmbios comerciais que foram impedidos pela própria fronteira, mas também pelo contrabando. O contrabando, terrestre ou marítimo, e o comércio, foram duas das principais atividades que constituíram as principais fontes da economia na fronteira. Não é possível separar o contrabando do comércio fronteiriço visto que ambos se favorecem mutuamente, e também pela inexistência de postos de vigilância e controlos aduaneiros ao longo da fronteira (Medina García, 2008). Esta, é conhecida por ser uma das mais antigas e

estáveis da Europa e, também, uma das mais longas, sendo que a cooperação entre os dois Estados sempre existiu, havendo projetos conjuntos (Bataillou, 2009). A fronteira portuguesa conta com uma extensão de 1232 km, desde Caminha até Vila Real de Santo António (Aguiar, 2020). As fronteiras são normalmente constituídas por um reduzido número de pessoas, e constitui um tipo de barreira política e económica onde, por vezes, os habitantes são obrigados a cortar qualquer tipo de relações com os habitantes do outro lado da fronteira. Isto não se sucede quando as fronteiras são “abertas” e as populações dos dois lados da raia têm relações familiares e também económicas e culturais (Sarmiento, 1994). Resumindo, as fronteiras são espaços de “ligação e zonas de passagem” (Rego, Mendes, Rebelo, & Magalhães, 2011), que dispõe de elementos políticos, culturais, sociais e económicos, mas onde encontramos barreiras que dificultam as relações entre Estados. Apesar disto, as populações conseguem explorar as populações que estão do outro lado da fronteira e comparar os preços que aí estão a ser praticados, estimulando o comércio entre os dois países (Policarpo & Mogóllon, 2015). O contrabando viu-se favorecido na fronteira luso-espanhola devido à boa acessibilidade, não se verificando grandes obstáculos naturais intransponíveis (Aguiar, 2015).

As fronteiras são definidas como espaços fixos onde podemos encontrar moradores, turistas e diversos tipos de comércio, e onde observamos que os índices de desenvolvimento são bastante baixos sendo os habitantes maioritariamente idosos e imigrantes. Além disso, podemos ver as fronteiras como um lugar de trocas, onde existem as mais variadas culturas, economias e sociedades (Castrogiovanni & Gastal, 2006). Nos últimos anos, a fronteira constitui um dos principais fatores chave para o aparecimento de diversos géneros linguísticos conseguindo uma vasta uniformidade na população (Carrasco González, 2018). Deste modo, a fronteira é capaz de agrupar um grande conjunto de pessoas, com nacionalidades diferentes (García, 2018).

Nessa perspetiva, entende-se por área fronteira o espaço que dispõe de características económicas e sociais que são afetadas pela proximidade que existe com a fronteira internacional (Cardoso, 1986). A zona da fronteira e os fronteiriços podem, também, ser chamados de “cultura híbrida” ou “terceiro país” tendo os seus habitantes uma capacidade excecional para alterar e criar a sua própria cultura e tradições (Amante, 2017). Assim, a fronteira é um recurso gerido pelo Estado central e pela população local (Cunha, 2006).

A fronteira, do ponto de vista da raia, é algo que faz com que haja um muro entre culturas e, do ponto de vista da área raiana é algo que constituído pelas fronteiras culturais e eliminação do muro que existe entre as fronteiras (M. Uriarte, 1994). Para além disto, a fronteira é considerada um espaço perigoso e que é vigiado constantemente, pela sua falta de respeito e de fidelidade ao Governo Português e às autoridades locais (Cunha, 2006). As estruturas transfronteiriças têm como objetivo melhorar as condições de vida da população raiana e promover os seus interesses com a criação de emprego na fronteira ou com a partilha de características económicas e sociais (Liberato, Liberato, Alén, & Rivera Búa, 2020). Segundo Blasco (2013), as fronteiras são fatores determinantes na criação e na evolução de qualquer tipo de destino turístico. Assim, a fronteira toma duas realidades: é temporal e histórica. A fronteira histórica estabilizou-se ao longos de séculos (Aguiar, 2020), existindo uma cooperação transfronteiriça entre as populações vizinhas socialmente próximas (Amante, 2007).

A fronteira pode ser vista de três pontos de vista diferentes. No ponto de vista geográfico, a fronteira é um marco territorial que divide dois países em termos políticos e históricos. Do ponto de vista legal, a fronteira é vista como uma linha imaginária que limita poderes e a aplicação de leis que limitam os espaços territoriais, como resultado de negociações internacionais. Por fim, do ponto de vista económico, a fronteira é considerada como algo comercial (Liberato, Alén, Liberato, & Domínguez, 2018).

3.2. Turismo Transfronteiriço

Turismo Transfronteiriço é também considerado o deslocamento de pessoas do seu local habitual de residência para as cidades fronteiriças por diversos motivos como diversão, doença, visita a familiares e/ou amigos, tratando-se de um conceito turístico que alimenta outros produtos turísticos (Jurado-Almonte & Pazos-García, 2018). O turismo transfronteiriço é o tipo de turismo que abrange um espaço maior do que a fronteira em si, mas que é apenas um lugar de passagem dos turistas e que inclui os dois lados da fronteira. O espaço transfronteiriço é promovido pelo setor turístico pela sua imagem rural e pré-moderna, sendo um fator que atrai bastantes turistas. Para além disto, as características existentes na região transfronteiriça, ajudam-nos a entender as ligações culturais desenvolvidas ao longo dos anos entre as comunidades (Hernández-Ramirez, 2017). As redes transfronteiriças sofreram uma quebra devido à emigração que

se fez sentir em Portugal e Espanha, perdendo assim a sua importância e densidade na raia (Baía, 2018). Em relação ao turismo transfronteiriço no Norte de Portugal/Galiza, a fronteira é vista como um terceiro país, habitado por aqueles que lutaram nas guerras e que foram ameaçados por regimes políticos (Pereira & Pereiro, 2014).

A Eurocidade Chaves-Verín é considerado, atualmente, um projeto pioneiro na Península Ibérica, mas também um projeto ligado ao turismo transfronteiriço. Este tem como objetivo primordial criar um produto turístico voltado para a fronteira, onde os turistas conhecem toda a história da fronteira. A Eurocidade apresenta relações de proximidade e afinidade, e a oportunidade de crescimento e de desenvolvimento económico (Liberato, Alén, Rivera Búa, & Liberato, 2020). A oferta turística da região transfronteiriça pode também oferecer ao turista ligações com o turismo militar, o enoturismo ou até mesmo rotas gastronómicas ou turismo comercial (Pereira & Pereiro, 2014). A região de Norte de Portugal/Galiza partilham padrões históricos, culturais, geográficos e económicos (Pereiro & Silva, 2000), assim como o que torna estas duas regiões uniformes é o seu carácter periférico no que diz respeito aos centros de decisão política e económica de Portugal e Espanha (Liberato, Liberato, & Alén, 2020).

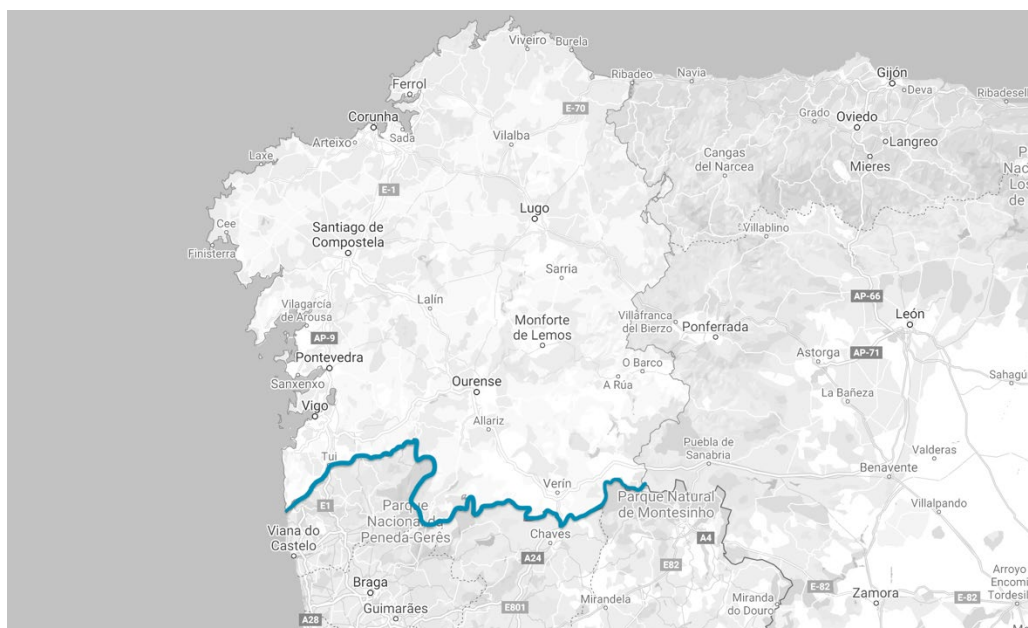
3.3. Turismo de Fronteira

O Turismo de Fronteira é um tipo de turismo que se centra principalmente na visita da população vizinha, com vista em encontrarem outras culturas e costumes nas cidades da fronteira (Jurado-Almonte & Pazos-García, 2018). Quando falamos em turismo de fronteira falamos num turismo que é praticado na linha de fronteira entre dois países, onde os turistas se centram em visitar as populações de um lado e do outro da fronteira. Neste caso, a oferta turística centra-se na história das populações e nos aspetos culturais que definem os habitantes e onde podemos ver enfatizados as diferenças históricas e culturais que se faziam sentir em povoações (Hernández-Ramirez, 2017).

Segundo Paixão (2006), para que o turismo de fronteira exista e seja bem-sucedido, é necessário construir um sistema de integração entres os dois territórios dos dois lados da fronteira, visto que o turismo desempenha um papel maioritário neste processo. Apesar disto, o turismo de fronteira também apresenta alguns efeitos negativos como o aumento do custo de vida na fronteira, a perceção negativa que a população raiana pode criar, e outros efeitos como o vandalismo, a prostituição e o crime

organizado (Liberato, Alén, Liberato, & Domínguez, 2018). Na figura 19, está representada a fronteira física Norte de Portugal/Galiza:

Figura 12-Fronteira Norte de Portugal/Galiza



Fonte: Elaboração Própria

A Raia Luso-Espanhola tem vindo a desenvolver-se ao longo dos anos, com a construção de novas infraestruturas e a cooperação transfronteiriça, o que resulta na ampliação de novas atividades e serviços turísticos (Jurado-Almonte & Pazos-García, 2018).

A fronteira acaba por ser um atrativo turístico que também é capaz de criar um itinerário para quem o visite (Jurado-Almonte & Pazos-García, 2018), e serve para limitar o território e controlar o movimento das comunidades da fronteira (Lindomar Albuquerque, 2013).

A fronteira sofreu uma grande alteração com o aparecimento da União Europeia. O comércio local sofreu um considerável impacto e muitos dos guardas fiscais viram-se obrigados a deixar o seu local de trabalho e de habitação (Godinho, 2003). Com o passar dos anos, as zonas fronteiriças acabam por se tornar um ponto de interesse turístico, atraindo as pessoas pelos seus inúmeros recursos turísticos, como castelos, museus e monumentos que poderão ser visitados (Paül Carril & Trillo Santamaría, s. d.). Com a entrada na União Europeia, a fronteira deixou de sofrer com os impactos económicos e sociais, criando infraestruturas e diversos equipamentos que ajudaram no

desenvolvimento sociocultural da fronteira. Foi também nesta altura que deixaram de existir os centros de vigilância fronteiriça e também as atividades que até então eram praticadas, como o contrabando (Cavaco, 1997).

CAPÍTULO 4- HISTÓRIA DO CONTRABANDO

4.1. Início do Contrabando

Ao longo da história, o contrabando e o comércio na fronteira foram considerados as principais atividades profissionais na raia. A má rede dos caminhos existentes, o carácter intervencionista das autoridades de ambos os países, que pediam aos contrabandistas impostos bastante altos para estes movimentarem pessoas e mercadorias, e o autoabastecimento, foram algumas das razões para a desaceleração o comércio terrestre em Portugal e Espanha (Rovisco, 2009). Durante séculos o contrabando foi considerado um dos principais e mais importantes recursos na economia das povoações da raia, estando ligado ao processo de construção do Estado Moderno (Medina García, 2009).

No século XI, cerca de mil pessoas instalaram-se no Couto Misto, constituindo-se como território autónomo. O Couto Misto consolidou-se quando a Galiza se uniu ao Reino de Leão e, mais tarde, ao Reino de Castela, fazendo com que os habitantes. Assim, o Couto Misto tornou-se uma zona de comércio livre entre Portugal e Espanha, sendo uma “autoestrada de contrabandistas” e denominado por “caminho privilegiado” (Carretero, 2018). O início do contrabando começa com a ocupação militar na primeira metade do século XIII, quando as primeiras normas apareceram com o intuito de regular as trocas comerciais entre Portugal e Espanha, fazendo com que esta atividade se torna aos olhos de muitos uma atividade proibida e que tinha de ser parada pelas autoridades (Medina García, 2008). O contrabando da fronteira luso-espanhola está relacionado com a própria fronteira, sendo a origem do mesmo coincidente com a ocupação militar dos “puertos secos”.

No início do século XIX começou a ser proibida a circulação de produtos que não estavam sujeitos às taxas e consequentes impostos, o que fez com que o contrabando se comesse a impôr na fronteira, tornando-se, assim, um “instrumento de gestão económica” (Ferreira, Monteiro, Neves, & Aguiar, s. d.).

4.2. I Guerra Mundial

Entre 1915 e 1922, a crise de subsistência apresentava dois papéis: o de empobrecimento, pois a população mais carenciada estava cada vez mais pobre; e, por

outro lado, enriquecia as classes mais abastadas quando estas recorriam ao comércio ilegal para conseguir sobreviver à crise da guerra. Nesta altura, o contrabando começa a ter um papel mais ativo em todas as regiões do país, com especial intensidade nas zonas fronteiriças, onde o produto mais contrabandeado era o volfrâmio, produto que a população alemã procurava, tornando-o assim mais lucrativo (Reis de Castro, 2019).

Quadro 4- Cronologia e Sentidos dos Produtos Contrabandeados, no Norte de Portugal/Galiza

Ano	Portugal/Espanha	Espanha/Portugal
1936	Café; Ovos; Óleo; Azeite; Farinha; Arroz	-
1950	Café	Amêndoa; Óleo; Arroz
1960	Café	Amêndoa; Óleo; Arroz; Bacalhau; Farinha; Pescada
1970	Café; Carne de boa qualidade	Bananas; Pescada; Carne de má qualidade; Marisco; Bacalhau; Figos; Passas; Arroz; Chocolates; Bolacha Baunilha
1980	Café; Carne de boa qualidade	Bananas; Pescada; Carne de má qualidade; Marisco; Bacalhau; Figos; Passas; Arroz; Chocolates; Bolacha Baunilha

Fonte: Aguiar (2020)

A promulgação das primeiras normas que regulavam as trocas comerciais com Portugal contribuiu para que o contrabando fosse considerado um crime. Apesar disto, o contrabando foi favorecido pela existência de diferenças substanciais, pelos preços que eram praticados dos dois lados da fronteira e pela corrupção que existia nos postos de vigilância fronteiriços. Os fluxos comerciais sofrem uma grande reviravolta em 1640, devido ao facto de a Guerra da Sucessão de Espanha afetar negativamente estes fluxos em ambos os países. O contrabando mostrava um carácter acomodado pois era flexível ao ponto de conseguir adaptar-se a várias particularidades das zonas transfronteiriças, e também à mudança do tipo de mercadorias, pontos de venda, organização e meios de transporte (Medina García, 2009).

Em meados do século XIX, apesar de haver mudanças nos produtos contrabandeados, alguns mantinham-se constantes, são exemplo disso o gado bovino, os cereais, o vinho, a aguardente, as peles e os tecidos que passavam de Espanha para Portugal. Podemos também apontar que produtos como o açúcar, azeite, perfumaria, confeção e figos secos eram também contrabandeados de Espanha para Portugal antes da Guerra Civil Espanhola (Godinho, 2009). A fronteira entre a Galiza e Portugal, conhecida como Raia Seca, era usada como ponto para contrabandear produtos como medicamentos, dinheiro, comida, eletrodomésticos, metais, armas e, mais tarde,

imigrantes. Entre Chaves e Verín existiam aldeias onde os habitantes não sabiam a que país pertenciam. Isso deve-se ao facto do estreito vínculo cultural e linguístico entre as duas partes da fronteira e à sua própria indefinição tipográfica (Carretero, 2018). As épocas festivas eram a altura em que se notava um aumento nos produtos contrabandeados mais precisamente nas uvas passas, no bacalhau e das bebidas alcoólicas (Alves Pacheco, 2016).

Figura 13- Antigo Contrabandista



Fonte: Elaboração Própria fotografada em encenação teatral (07/03/2020)

Entre 1930 e 1940, o contrabando começou a ser visto como um ciclo vicioso que prejudicava a maioria da população rural da raia, mais precisamente os membros mais debilitados economicamente e socialmente, que reforçam a estratificação social (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009). E o contrabando tradicional foi favorecido pela fronteira luso-espanhola pois, quando começou a haver problemas no movimento de mercadorias de forma legal, devido à guerra e aos impostos, a passagem

de produtos ilegais começou-se a acentuar mais (Medina García, 2009). Nesta altura, o contrabando de ovos marca um ano muito complicado na crise de subsistências, sendo que o peixe podia ser considerado contrabando, mas não era proibido legalmente (Reis de Castro, 2019).

4.3. Estado Novo e a Guerra Civil Espanhola

Em 1929, o salário do povo português cai e chega a haver uma desocupação territorial que dura todo o ano e, em 1930, são impostas organizações corporativas na agricultura como organismos de coordenação económica, e existem várias legislações que promulgam, por exemplo o povoamento florestal e as colónias agrícolas (Freire & Fonseca, 2009). A organização comunista estava sempre atenta aos refugiados políticos que estavam instalados no Norte de Portugal, pois temiam que estes tivessem algum tipo de conexão com outros instalados nas montanhas e, também, com os contrabandistas (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009). Durante a sua ditadura, Salazar centrou-se na defesa da independência do país, na defesa das colónias e da defesa do regime (Damião, 2005).

Salazar impôs, a partir da década de 30, um regime de racionamento que tinha como objetivo controlar a distribuição e o consumo de produtos alimentares, que consistia em recolher os bens e distribuí-los pela população de acordo com as suas necessidades. Isto fez com que houvesse várias greves, marchas e motins como forma da população mostrar o descontentamento ao Estado e, recorrendo também ao contrabando e ao mercado negro como forma de subsistência das famílias (Freire & Fonseca, 2009). É também nesta altura que verificamos que as apreensões relacionadas com o contrabando diminuíram, o que resultou num aumento das atividades ilegais praticadas no país (Castro, 2016).

Assim, a raia portuguesa foi objetivo de uma extrema vigilância para impedir que a população portuguesa se relacionasse com a população espanhola e também para vigiar a passagem ilegal de mercadorias. Como consequência das trocas e vendas ilegais, primeiramente a Polícia Internacional Portuguesa controlava as entradas e saídas nacionais e estrangeiras e, em 1933, passa a ser PVDE. Após este aperfeiçoamento no controlo da fronteira, a Secção Internacional é criada com o propósito de fiscalizar a fronteira (Freire & Fonseca, 2009).

Figura 14- Produtos Contrabandeados



Fonte: Elaboração Própria, fotografada no Espaço Memória e Fronteira, em Melgaço (04/02/2020)

Em 1936, altura em que aconteceu o golpe de estado militar em Espanha e consequente Guerra Civil, o contrabando passou a ser um elemento fulcral para a sobrevivência da população e seu enriquecimento, pois muitos dos produtos, como o pão, o café ou a farinha, que anteriormente existiam no país deixaram de existir (Antunes Simões, 2006). Foi neste ano, com o começo da Guerra Civil Espanhola, que o contrabando empobreceu e uma das razões para isso acontecer foram os produtos espanhóis começarem a ser mais baratos que os produtos portugueses. Apesar dos espanhóis não terem muito poder de compra, os produtos de primeira necessidade mais procurados era o feijão, o azeite e o café, e muitos destes procuravam também o tabaco que eram passados na fronteira sem os guardas fiscais se aperceberem. De Espanha os contrabandistas traziam produtos como a seda, a roupa interior de mulher, a amêndoa e os sabonetes que eram vendidos em segredo sem serem mostrados à pessoa que os ia comprar (Gomes, 2015).

Os comerciantes, que eram sustentados pelos contrabandistas, dinamizavam com as trocas comerciais com altos lucros, e negociavam com os representantes de Estado com a troca de pesetas. Por sua vez, o contrabando representou para as classes subalternizadas uma espécie de resistências, visto que era possível, com este, superar as dificuldades sentidas nas famílias e também porque era possível criar alternativas económicas (Simões, 2009). Nesta altura eram mais os produtos contrabandeados para Espanha. As localidades portuguesas que eram escolhidas para esta atividade tinham de reunir elementos como a proximidade com localidades que fizessem parte de Espanha, as condições de vida complicadas e o isolamento geográfico (Freire & Fonseca, 2009).

Em meados da década de 1940, Franco estabeleceu um sistema de racionamento alimentar e de bens essenciais e também a criação de novas inspeções fiscais na fronteira, assim como o Estado Novo já tinha imposto. Esta foi a primeira vez na história que ambos os Estados estão em sintonia. Assim, o maior controlo fronteiriço refletiu-se em inúmeras medidas da parte do Governo Português para tentar combater e acabar com o contrabando, sendo nesta altura que se consegue ver bem a importância que a política tinha na prática do contrabando (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009).

Medidas/iniciativas tomadas pelo Governo Português:

1. Melhoria nas infraestruturas de controlo nas fronteiras, isto é, a construção de novos postos de vigilância e melhoramento dos materiais de informadores fiscais, por exemplo;
2. Reorganização da vigilância, ou seja, a PIDE dispunha de controlo integral sobre o processo de política reprimindo também alguns casos de contrabando sendo que os próprios guardas fiscais passaram a integrar a GNR e a PIDE;
3. Aumento das medidas de coação contra quem praticava o contrabando, apesar de haver mais casos de reforço de medidas já implementadas do que das novas.

No final de 1940 podemos ver que o contrabando de alimentos começa a entrar em declínio devido ao novo produto mais contrabandeado na altura, o café. Este produto era passado para Portugal através de cavalos pois, assim, permitia que fosse transportada uma quantidade mais elevada e sucessivamente vendida a preços mais altos na fronteira

do país (Rovisco, 2014). O café foi um dos produtos que “deteve maior peso no contrabando de exportação” servindo também de base para a criação de diversas indústrias de torrefação (Alves Pacheco, 2016).

Nesta altura, o serviço de fiscalização de fronteiras é aperfeiçoado: as autoridades dos dois lados da fronteira apertam a vigilância e a repressão. Em 1941, as “Bases para a atuação dos Serviços de Repressão da Exportação Ilegítima dos Géneros Alimentícios”, que foi criada pela Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícola, cria instituições focadas na repressão do contrabando e, além de começar a haver um aumento da vigilância no terreno, são tomadas medidas como (Freire & Fonseca, 2009):

- Passa a ser obrigatório a população ter um manifesto referente às populações agrícolas;
- É criado um guia para ajudar no transito de todos os géneros destinados aos concelhos transfronteiriços;
- E os proprietários de veículos passam a ser responsáveis por estes quando utilizados em ações ilícitas para transporte de mercadorias.

Em 1943, é criado um posto definitivo da GNR com o intuito de combater o contrabando e manter a ordem pública que, apesar de serem levadas a sério, são contornadas pela população para darem continuidade a esta atividade. Assim, as mercadorias eram passadas de diversas formas como por exemplo escondidas nas tranças dos cabelos das mulheres; o percurso era feito de forma a escapar aos guardas civis; ou até mesmo, as mercadorias eram, por vezes, enviadas em burros que seguiam o caminho sozinhos. Tudo isto fazia parte das rotas de contrabando, e tudo isto fazia com que as mercadorias chegassem ao destino final (Freire & Fonseca, 2009).

Existiu uma mudança nas atividades do contrabando devido ao facto de, em meados dos anos 50, terem sido introduzidas inúmeras inovações na indústria do café, de ter havido uma melhoria nos transportes e também nos sistemas de distribuição dos mesmos. Entre muitas das causas desta mudança, podemos destacar as melhorias das técnicas de produção e distribuição na indústria do café, com a ampliação dos canais de distribuição e a introdução dos motorizados, sofrendo assim uma generalização pois muitos dos “novos” contrabandistas andavam atrás de rápidos rendimentos, o que tornou o contrabando uma profissão igual às outras que eram praticadas (Medina García,

2009). Nesta época, para o transporte de café, começaram a ser utilizados cavalos, sendo que a população começou a diferenciar dois tipos de contrabandistas: os macoteiros eram os que transportavam o café às costas em mochilas; e os cafezeiros eram os contrabandistas que transportavam o café a cavalo (Rovisco, 2009).

Entre a Guerra Civil Espanhola (1936-1939) e a II Guerra Mundial (1939-1945), houve um reforço nas estruturas estatais na fronteira dos dois países. Tanto em Portugal como em Espanha, para controlar o contrabando e para perseguir os refugiados políticos, foram aumentadas as forças policiais e judiciais, o que fez com que começasse a haver uma espécie de ligação entre o contrabando e os refugiados, havia não só passagem de mercadorias como também de pessoas (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009). Produtos como o volfrâmio e o minério (Freire & Fonseca, 2009), a carne, o café, o açúcar, o sabão ou o azeite fizeram com que houvesse uma intensificação no fluxo entre Portugal e Espanha, o que fazia com que o tráfico de alimentos fosse mais perigoso devido ao facto do aumento da vigilância na fronteira. Numa única noite, os contrabandistas chegavam a passar a fronteira mais que uma vez, com cerca de 400 quilos, o que implicava fazerem o mesmo percurso tornando mais fácil serem apanhados pelos guardas fiscais (Godinho, 2009). Muitos dos habitantes da raia tornaram-se ricos pois especializaram-se na retirada do volfrâmio (material apreciado pelos alemães para o fabrico de armas e para iluminação bélica) das minas e passando de um valor de 13 pesetas antes da guerra, para 300 pesetas durante a Guerra (Carretero, 2018).

Também o café era muito procurado nesta altura, mas também o tráfico de gado se tornou um dos produtos mais procurados devido ao facto de ser comprado a baixo preço, consequência de em Portugal as pessoas serem indemnizadas por cabeça abatida. Assim, as mercadorias que circulavam no país eram diversas e eram feitas com burros que faziam a travessia sozinhos (Ferreira, Monteiro, Neves, & Aguiar, s. d.).

A Guerra Civil Espanhola foi um dos principais impulsionadores do contrabando tradicional (Medina García, 2009). Um dos principais produtos passados pela fronteira para Espanha era o contrabando de volfrâmio e também de indivíduos que tentavam passar até França ou Alemanha. Os principais produtos contrabandeados era o café e o tabaco que eram comprados pelos contrabandistas portugueses, assim como produtos como a carne, feijões e ovos que eram produzidos pelo próprio contrabandista, ou seja, o lucro ia inteiramente para ele. Estes produtos eram passados pela fronteira debaixo das

roupas de trabalho e, dos contrabandistas espanhóis eram adquiridos produtos como a seda ou perfumes (Lavado Piedade, 2006).

As consequências da guerra mudaram de forma significativa o modo de vida da povoação raiana pois, produtos essenciais em ambos os lados da fronteira escassearam devido ao facto de existirem, nos dois lados da raia, regimes de racionamento controlado, regulados e fiscalizados pelos oficiais, provocando, assim, grandes períodos de fome e miséria. Para combater estes tempos difíceis que se faziam sentir nos dois países, foram adotadas algumas estratégias-como o contrabando-que ajudaram o povo raiano a ultrapassar esta época de extrema miséria (Godinho, 2009). Durante certo tempo existiam produtos, mais precisamente bens alimentares, tabaco e tecidos, que eram trazidos para Portugal a preços bastante mais baixos e acessíveis dos que eram praticados no país (Neto, s. d.). Podemos observar que as fronteiras apresentam variados conflitos de várias dimensões e subordinações dos Estados e das populações locais. Assim, a Raia Luso-Espanhola, ao longo dos anos de formação do Estado português e espanhol, apresenta-nos várias assimetrias de poder (Lindomar Albuquerque, 2013). Quando Salazar mostrou o seu apoio a Franco, a própria fronteira tornou-se numa barreira, e em 1939 assinou-se um “Tratado de Amizade e Não-Agressão” tendo este como principal objetivo entregar todos aqueles que mostravam ir contra o Estado, tanto Português como Espanhol (Godinho, 2017).

Durante o Estado Novo, suspeitava-se que muitos espanhóis se instalaram em Portugal, mais precisamente na fronteira, sendo designados por “agentes comunistas”. Muitos dos refugiados que eram apanhados eram catalogados como “prisioneiros políticos” ou até mesmo “indocumentados” (termo usado pela polícia portuguesa e que significava alguém que contornava a lei). A organização comunista estava sempre atenta aos refugiados que estavam instalados no Norte de Portugal, pois temiam que estes tivessem algum tipo de conexão com os refugiados que estavam instalados nas montanhas da fronteira e, também, com os contrabandistas. O Estado Novo português e a ditadura franquista impuseram medidas específicas nas fronteiras e na fiscalidade dos respetivos Estados, alterando a estrutura da prática do contrabando e, assim, a economia da povoação da raia (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009). Também o trabalho agrícola era muito mal pago e bastante precário, o que conduzia a que os salários fossem cada vez mais baixos. Isto tudo fazia com que a população, mais

precisamente os homens, fossem obrigados a procurar outros empregos, dedicando-se à prática do contrabando durante a noite, altura em que a linha da fronteira era menos vigiada (Ferreira, Monteiro, Neves, & Aguiar, s. d.).

Figura 15- Um dos meios de transporte utilizado pelos contrabandistas



Fonte: Elaboração Própria fotografada em encenação teatral (07/03/2020)

A seguir à Guerra Civil Espanhola, os salários desceram em relação ao período pré-guerra, o que fez com que a inflação subisse, com um “aumento de 13% dos preços nos primeiros anos do pós-guerra. Em Portugal, devido à guerra, foram impostas senhas de racionamento e por outras inúmeras regras impostas pelo Governo, com o intuito de preservar a Fazenda Nacional. Assim, o contrabandista teve de se adaptar, pois o contrabando de bens começou a fazer-se em paralelo com o contrabando de pessoas. O contrabando passa a ser reconhecido como a principal ocupação dos habitantes da raia

permitindo que fosse possível entender a forma fluída da noção de espaço económico nacional que opera nos limites territoriais entre dois Estados (Godinho, 2009). Franco acabou com a permeabilidade e proibiu a intercâmbio e o comércio de fronteiras, sendo que os pastores eram os únicos que tinham autorização para passar a raia. A Galiza rural, no pós-guerra, sofria uma pobreza extrema, devido à falta não só de medicamentos ou gasolina, mas também de produtos alimentares, luz e aparelhos elétricos e, até produtos como o café, ou objetos como os isqueiros, eram considerados de luxo. Isto fez com que este tipo de contrabando, denominado como “contrabando de barriga”, se tornasse uma “consequência direta desta desigualdade” em ambos os lados da fronteira (Carretero, 2018).

Durante o pós-guerra, o “grande contrabando”, mais precisamente a passagem ilegal de cereais, carne e azeite, e o acesso a cargos públicos, foram as principais fontes de compromisso da legitimidade social por parte da ditadura de Franco (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009). Em relação à emigração, esta atividade iniciou-se no início dos anos 50 e deveu-se à falta de trabalho e extrema pobreza que se fazia sentir na fronteira luso-espanhola e também alguns contrabandistas, nesta altura, viram-se obrigados a emigrar devido à repressão pós-guerra (Medina García, 2009). Entre os motivos da grande emigração estão as questões socioeconómicas e as questões que estão ligadas ao regime, havendo entre 1950 e 1970 um crescimento das pessoas que emigravam, também fazendo-se sentir um crescimento nesta altura na emigração clandestina (Alves Pacheco, 2016). São inúmeras as famílias e habitantes da raia que, durante o pós-guerra, se dedicaram ao contrabando utilizando lanchas para descarregar produtos e para tecer uma rede de transporte terrestre para outro tipo de distribuição, nomeadamente o narcotráfico. O contrabando tornou-se o eco da miséria quando os habitantes do lado espanhol da fronteira tinham senhas de racionamento e, assim, passavam fome, enquanto do lado português da fronteira, os habitantes contavam com todo o tipo de alimentos e medicamentos, desfrutavam de todo o tipo de “bondades das colónias africanas”. Assim, o contrabando “nasceu por inércia e contava com a bênção de toda a comunidade” (Carretero, 2018).

Figura 16- Contrabandista



Fonte: Elaboração Própria fotografada em encenação teatral (07/03/2020)

Com o passar do tempo, os produtos contrabandeados foram mudando em função das necessidades dos habitantes da raia sendo que, após a Guerra Civil Espanhola, os produtos mais contrabandeados de Portugal para Espanha eram produtos de primeira necessidade como o pão, a farinha, o arroz e o açúcar (Simões, 2009). A partir de 1950, o contrabando muda completamente, deixando de contrabandear apenas bens de primeira necessidade (“contrabando de barriga”) e passando a contrabandear também produtos como o cobre, sucata, arame, estanho, entre outros (“zucata”). Da Galiza para Portugal, produtos como o tabaco, polvo, uvas passas, cobre, sucata, arame e cola, começam a ser movidos de um lado para o outro da fronteira, sendo que as pessoas que moviam este tipo de produtos eram chamadas de “freteiros”. A cada “frete” estes

portadores recebiam 200 pesetas. Assim, a economia espanhola ganhou outra dimensão e a economia portuguesa começou a ficar deprimida, o que resultou a ida e volta do contrabando (Carretero, 2018). Nesta altura, as peças para automóveis tornaram-se também bastante queridos, assim como as máquinas de costura e o tabaco americano, o gado e a carne, de Portugal para Espanha e vice-versa (Conceição Cabanas, 2009).

Em 1960, os contrabandistas portugueses percebem que o tabaco que era proveniente de Portugal, eram um dos produtos mais procurados. Ser contrabandistas nesta altura era motivo de orgulho e de ciúme por parte de muitos galegos pois estes eram apoiados pelas autoridades e pelos políticos e, ainda dispunham de apoio social. Mais tarde devido a guerra nas colónias de Angola e Moçambique, estes fretes passaram ter forma humana, por consequência da saída de portugueses por causa da miséria e para escapar ao serviço militar (Carretero, 2018). Além do tabaco, nos anos 70, o café, as sedas, as bombazines, os instrumentos agrícolas e as máquinas de costura eram artigos bastante procurados pelos espanhóis (Pinheiro Campanha Baptista, 2004). Também a partir dos anos 70, viu-se um aumento na importação de bananas, assim como na de mobiliário, marisco e peixe congelado e fresco (Alves Pacheco, 2016).

4.4. Início de uma nova era no contrabando

Em 1986 Portugal e Espanha entraram na Comunidade Económica Europeia. O Tratado de Schengen (Peres de Castro, 2003) fez com que comesse a haver uma livre circulação de pessoas, mercadorias e capitais entre os dois países, e o contrabando a partir daí foi menos praticado, passando a ser apenas uma memória, presente nas pessoas (Freire & Fonseca, 2009). Podemos afirmar que Portugal, até à entrada na CEE, passou por períodos bastante difíceis: não existia uma política agrícola moderna e os meios rurais estavam cada vez mais pobres. Ainda assim, podemos destacar pontos positivos como aumentos na demografia do país e indústria pesada estava em constante crescimento (Peres de Castro, 2003).

O comércio que é feito na fronteira luso-espanhola, além de permitir a livre circulação de produtos, permite aprofundar as relações entre as pessoas da raia, “interlaçando-as de forma múltipla, numa modalidade que não é só tráfico de bem, mas que se insere num tecido mais vasto de inter-relações”. Como tudo isto era feito de forma

secreta, acabava por ser gerada uma certa cumplicidade e aprofundada as relações entre os habitantes da raia (Godinho, 2009).

O desaparecimento do contrabando afetou diretamente as relações que havia entre as populações da raia como a percepção e opinião que estes tinham em relação à prática do contrabando (Valcuende del Río & Cáceres Fera, 2009). Um dos principais fatores contribuíram para a quebra no contrabando foi a entrada de Portugal e de Espanha na União Europeia (Medina García, 2009), também pôs fim à fronteira e às barreiras alfandegárias que até então faziam parte da população local (Ferreira, Monteiro, Neves, & Aguiar, s. d.), deixando de haver necessidade de as pessoas contornarem o imposto sobre as mercadorias (Alves Pacheco, 2016).

CAPÍTULO 5- TURISMO DE CONTRABANDO

Os troços da fronteira ganharam valor de troca, “num mecanismo”, quando serviram apenas para sobreviver. O contrabando tornou-se património cultural quando adquiriu características emblemáticas, tornando-se, também, alvo de interpretação e musealização da memória desejada. Os agentes locais apresentam o passado como uma herança válida o que permite a continuidade “mesmo numa situação em que o presente está esvaziado e os continuadores partiram” (Godinho, 2009).

Conseguir patrimonializar o contrabando é uma tarefa muito complicada sendo que este é considerado património cultural imaterial e é preciso compreender as emoções e as recordações que continuam tão vivas na memória de quem fez parte do contrabando, pois o importante são as pessoas e as suas histórias e tradições (Aguilar, 2016).

Apesar de a fronteira deixar de representar um elevado valor económico, a população que aí habita, está constantemente a honrá-la e a tentar que esta não caia no esquecimento. Assim, transformando-a em recurso turístico e recurso patrimonial, a população raiana recorre ao contrabando, às suas práticas e à emigração para que, a nível local, seja possível a sua patrimonialização e emblematização (Amante, 2017). Como forma de honrar o contrabando, a população da raia ergueu uma estátua em sua homenagem e também criou uma “rota do contrabando”, o que fez com que o processo de patrimonialização do contrabando e dos contrabandistas acontecesse no fim desta época (Valcuende del Río & Cáceres Fera, 2009). Também os postos fiscais se converteram num importante património imaterial (Alves Pacheco, 2016).

Ao longo do tempo, a Eurocidade Chaves-Verín tem vindo a desenvolver algumas rotas, como a rota do contrabando, tornando a fronteira mais difusa (Liberato, Liberato, Alén, & Rivera Búa, 2020).

5.1. Patrimonialização do contrabando

Existem símbolos, como as bandeiras, as estátuas, os monumentos e até os uniformes dos polícias da fronteira e os seus postos de trabalho, que no espaço da fronteira turística ajudam a evidenciar e marcar o passado do contrabando (Hernández-Ramirez, 2017). A construção de museus dedicados à recriação do contrabando, servem

para fazer uma caracterização e preservação da história do mesmo (Antunes Simões, 2006), através de objetos que a simbolizam e recorrendo a um conjunto de pessoas, sendo este contrabandistas ou filhos dos mesmo, que contam a sua história e as suas memórias (Amante, 2017).

Atualmente, o que os turistas mais procuram é sentir na pele o que os contrabandistas sentiam e, assim, optam por participar nas recriações das rotas do contrabando e onde podemos também ver recriados mitos e lendas narrados pelos próprios contrabandistas (Ferreira, Monteiro, Neves, & Aguiar, s. d.). A transformação do contrabando e da fronteira em património cultural ajudou a que a ativação do património fosse de certa forma global, obedecendo a uma lógica através da qual os elementos relacionados com o contrabando e com a fronteira ganhem valor turístico (Hernández-Ramirez, 2017). Estas rotas são o que permitem a transformação da fronteira e do contrabando num produto de consumo, permitindo que se conheça a ruralidade do passado, onde vários contrabandistas se vestem a rigor para representar a sua própria história (Amante, 2017).

No quadro 2, estão discriminados os museus existentes em Portugal que se dedicam à prática do contrabando

Quadro 5- Museus dedicados ao Contrabando em Portugal

Nome do Museu	Localização do Museu
Espaço Memória e Fronteira/Museu do Contrabando e da Emigração Clandestina	Melgaço
Museu do Contrabando	Quadrizais-Sabugal
Museu do Café	Campo Maior
Museu do Pão	Seia
Museu de Vilar de Perdizes	Vilar de Perdizes
Museu do Rio	Alcoutim

Fonte: Horta Rodrigues (2013)

O contrabando é considerado, depois do seu desaparecimento, património cultural imaterial onde se destacam as histórias que as pessoas contam e a realidade por que estas passaram, mesmo depois de “extinto”. É uma fonte de união das pessoas que habitam na raia luso-espanhola e que faz com que fique na memória de toda a população (Ferreira, Monteiro, Neves, & Aguiar, s. d.). É descrito como algo que, depois de extinto, permanece nas tradições de uma região, através das suas memórias e das rotas que fizeram parte das travessias dos contrabandistas (Castro, 2016).

5.2. Iniciativas

Várias são as iniciativas de patrimonialização que existem atualmente, entre os quais destacamos a criação de museus e centros de interpretação da fronteira e do contrabando, a recuperação da memória por vezes perdida dos modos de vida da população raiana, a organização de rotas, eventos e festas tradicionais que simbolizam a população e a criação de estátuas que simbolizam o contrabando e a fronteira (Hernández-Ramirez, 2017).

O importante na musealização do contrabando é a recolha do património literário e das tradições, identidades e história (Ferreira, Monteiro, Neves, & Aguiar, s. d.). O Espaço Memória e Fronteira visa patrimonializar e musealizar todas as memórias dos habitantes de Melgaço e do lado espanhol, recriando as histórias conhecidas através de documentos, objetos e documentários, onde os atores são a própria população (Aguiar, 2016).

No quadro 3, estão discriminados os museus existentes em Espanha, que são dedicados ao contrabando.

Quadro 6- Museus dedicados ao Contrabando em Espanha

Nome do Museu	Localização do Museu
Museo del Contrabando y de las Regiones Fronterizas	Sallent de Gállego, província de Huesca
Zumalakarregi Museoa	Ormaiztegui, Guipúzcoa, no País Vasco
Museo Etnográfico “González Santana”	Olivença, província de Badajoz
Museo del Bandolero “Serraría de Ronda”	Ronda, província de Malaga
Museo Casa de la Aduana	Puerto de la Cruz, Tenerife, Ilhas Canárias

Fonte: Horta Rodrigues (2013)

5.3. A Literatura e o Contrabando

Inúmeros são os autores portugueses que falam sobre o contrabando nos seus livros, um tema intemporal que ainda hoje está bem presente nas nossas vidas, apesar de ter sido bastante alterado do tipo de contrabando que era praticado antigamente.

Miguel Torga, no conto “Fronteira” mostra-nos um pouco o que era esse contrabando e a fronteira, das dificuldades pelas quais as pessoas passavam e podemos ver a dureza da mesma:

“Quando algum não regressa, e por lá fica varado pela bala de uma lei que Fronteira não pode compreender, o coração da aldeia estremece, mas não hesita. Desde que o mundo é mundo que toda a gente ali governa a vida na lavoura que a terra permite. E, com luto na alma ou no casaco, mal a noite escurece, continua a faina. A vida está acima das desgraças e dos códigos. De mais, diante da fatalidade a que a povoação está condenada, a própria guarda acaba por descrever da sua missão hirta e fria na escuridão das horas. E se por acaso se juntam na venda do Inácio uns e outros – guardas e contrabandistas –, fala-se honradamente da melhor maneira de ganhar o pão: se por conta do Estado a vigiar o ribeiro, se por conta da Vida a passar o ribeiro”(Torga, 1944).

No livro “Cinco Dias, Cinco Noites” (também adaptado para o cinema por José Fonseca e Costa em 1985) de Manuel Tiago, pseudónimo de Álvaro Cunhal enquanto prosista, publicada depois da Revolução de 25 de Abril de 1974, fala-nos sobre a passagem pela fronteira na época Salazarista. O protagonista, André com 19 anos, foge da prisão e é obrigado a fugir de Portugal. No Porto, este conhece um contrabandista e passador que o vai ajudar a passar a fronteira de Trás-os-Montes. É na passagem pela fronteira que estes demoram cinco dias e cinco noites a fazer a travessia, passando por montes e despistando qualquer controlo da guarda. Aqui, podemos também ver os modos de circulação que são ordenados pelos agentes do Estado assim como os procedimentos que os contrabandistas usavam para escapar à Guarda Fiscal (Neves, 2009).

“Com 19 anos incompletos, André viu-se forçado a emigrar. Arranjaram-lhe dinheiro, deram-lhe um endereço para o Porto e disseram-lhe que aí se resolveria a passagem de fronteira para Espanha. As coisas não foram, porém, assim tao fáceis. No Porto, as pessoas a quem ia recomendado garantiram de princípio nada poderem fazer. Só depois de duas enervantes semanas de espera acabaram por indicar um tal Lambança, contrabandista, que se dizia disposto a levar André para Espanha, mediante o pagamento de mil escudos.”(Tiago, 1998).

O livro “Nas Margens do Medo” publicado recentemente por Domingos Lopes, em dezembro de 2018, fala-nos da história de Manolo e João Comprido, e do que estes tinham

de fazer e de passar para sobreviver, dos instrumentos que utilizavam para se defenderem durante a travessia, fosse de animais como de pessoas.

“A navalha tinha o poder misterioso de acabar com a vida de outros animais e das próprias pessoas nas mãos de quem lhe quisesse dar esse fim. Era o símbolo do poder quase mágico que vinha desde o fundo da vida dos homens (...). Cada contrabandista tinha a sua noite e o seu modo de operar. Pelos serviços prestados, o sargento Ramirez recebia consoante o número de homens e passagens que fizessem. Manolo e João Comprido atravessavam a fronteira meia dúzia de vezes por mês.”(Lopes, 2018)

“A Noite e a Madrugada” de Fernando Namora, publicado em 1950, é um romance que nos fala sobre mundo ilegal do contrabando raiano, a luta de camponeses pelos baldios e do medo que os homens sentiam se fossem apanhados e o terror de serem presos pela guarda, assim como o perigo pelo qual passavam ao atravessar rios. Fernando Namora retrata-nos, também, o tipo de pessoas que praticavam o contrabando, de ambos os lados da raia.

“Foi então que ouvir alguma coisa batida pela corrente: uma mistura de um vulto humano e de um volume informe, que as águas expeliam com frenesi de encontro à margem, para os traga de novo, cuspiendo-os, rejeitando-os. (...) Com as noites claras e as sendas desimpedidas, apesar dos ventos e das nuvens caprichosas, os caminhos da fronteira animavam-se: guardas, contrabandistas e soturnas caravanas de mendigos. Velhas e inválidos repelidos das suas terras. A velhas eram quase sempre espanholas sujas, resingonas, de quem o povo temia o mau-olhado. Os mendigos, antes de vencerem a aspereza dos barrocais, descansavam nas lajes, junto dos casebres da planície.” (Namora, 1996).

J. Rentes de Carvalho em “La Coca”, fala também sobre o contrabando e as riquezas que os indivíduos que o praticavam conseguiam ganhar e do percurso que as suas personagens faziam desde o ponto de partida, até entregarem a mercadoria no seu destino. No seguinte excerto, e diferente dos anteriores, podemos ver como o contrabando era visto aos olhos do filho de um guarda fiscal.

“Onde meu pai ia e voltava na sua ronda, vigiando o rio, assestando o binóculo nos vapores quando um movimento lhe parecia suspeito, ou quando os tripulantes desciam pelo portaló. Frustrado por ter de apreender o pequeno contrabando da meia dúzia de maços de cigarro presos dentro das calças, ou da garrafa de uísque apertada no sovado, e ao mesmo tempo assistir impotente ao tráfico de vinho, do volfrâmio, das mercadorias, que os seus chefes e alguns colegas acobertavam. Vira-os ganhar fortunas com o contrabando no começo da guerra, contruir casas apalaçadas, subir de posto, receber medalhas por bons serviços, enquanto ele – que por natureza e educação tinha a lei por dogma – se gastava a pedir inquéritos urgentes, a apresentar queixas, a fazer listas, a escrever relatórios”(Rentes de Carvalho, 2011).

CAPÍTULO 6- ROTAS DE CONTRABANDO

Definimos como rotas, um atrativo que tem como objetivo a recriação do território, mas que não tem a ver com a realidade histórica e cultura do destino em si, e são recriadas com o intuito dos turistas reviverem momentos passados ou desempenharem figuras que participavam nesses mesmos itinerários. Por vezes as rotas são baseadas em mitos ou lendas, levando o turista a viajar por lugares peculiares (Hernández Ramírez, 2011).

No quadro 4, é feita uma análise pormenorizada das principais rotas do contrabando em Portugal:

Quadro 7- Descodificação das Principais Rotas do Contrabando

Locais Geográficos	Principais Usos
Castro Laboreiro Raia Seca	Vários caminhos a pé ligavam Espanha. Nas primeiras décadas estes caminhos foram usados para transporte do café. Eram percorridos nos dois sentidos, principalmente por mulheres
Montes do Laboreiro Os contrabandistas usavam como referência o marco fronteiro, para saber onde deveriam levantar a carga Raia Seca	Foram essencialmente usados para o contrabando de gado e de bananas já nas últimas décadas. Facilitava o acesso de camiões A zona de Alcobaça, no sopé dos Montes de Laboreiro era local de passagem de muitas mulheres contrabandistas
Rio Trancoso Estreito e pedregoso, quando não tinha muita água era atravessado a pé. Em caso de cheia, dado ser estreito, cortavam uma árvore para fazer de ponte	Rio afluente do Rio Minho. Desagua no Rio Minho junto a Cevide, onde se situa o marco nº1. Dada a facilidade de ultrapassar este rio, por ele passou muita mercadoria. Na última década ficou conhecido pelo contrabando de bananas
Rio Minho	Rio internacional e de fronteira. Conhecido pelos seus barcos denominados batelas que passavam essencialmente café para Espanha e amêndoa para Portugal

Fonte: (Aguiar, 2020)

6.1. Objetivo das rotas de contrabando

As rotas do contrabando têm como objetivo levar os participantes numa viagem pelo contrabando tradicional, utilizando os meios de transporte que os contrabandistas usavam e passando pelas experiências que estes viveram (Silva, 2009). Estas rotas realizam-se com o objetivo de mostrar os valores que o contrabando trouxe do ponto de vista simbólico, como por exemplo a coragem e a determinação dos contrabandistas da altura, e também político (Cunha, 2009). É através destas rotas, que no passado foram usadas por verdadeiros contrabandistas, que é possível mostrar o valor, tanto

patrimonial como turístico, que a raia tem. Transformadas agora em rotas culturais, antigamente eram rotas económicas. Estas são passadas de geração em geração, resultando num enorme trabalho dos atores locais, com o intuito de mostrar aos turistas o que acontecia naquela época (Amante, 2017).

Figura 17- Rota 1: Galegos - Caminho da Fontañera- atravesso para a Pitaranha- Fuente Escura- Casiñas- San Pedro



Fonte: Elaboração Própria

Em algumas ocasiões são os próprios contrabandistas e até os guardas fiscais que, a pé, a burro, a cavalo ou de bicicleta, conduzem as visitas. Estas visitas servem para promover e divulgar as mais-valias históricas e culturais das regiões tendo duração de 2 ou 3 dias propositadamente. O propósito da musealização do contrabando insere-se na mercantilização e objetificação da memória do contrabando (Silva, 2009). Por entre estas representações, podemos ver valores como a coragem, o sacrifício e os castigos dos contrabandistas, representados pelos autores ou até mesmo pelos próprios (Cunha, 2009).

eram entregues à Guarda Civil. Alguns dos contrabandistas tentavam subornar os guardas de modo a comprarem a sua liberdade.

Figura 19- Rota 3: Porto da Espada- Registo- Penha da Gaia- Galegos- Pomar Velho ou Caminho da Fontañera- Fontañera

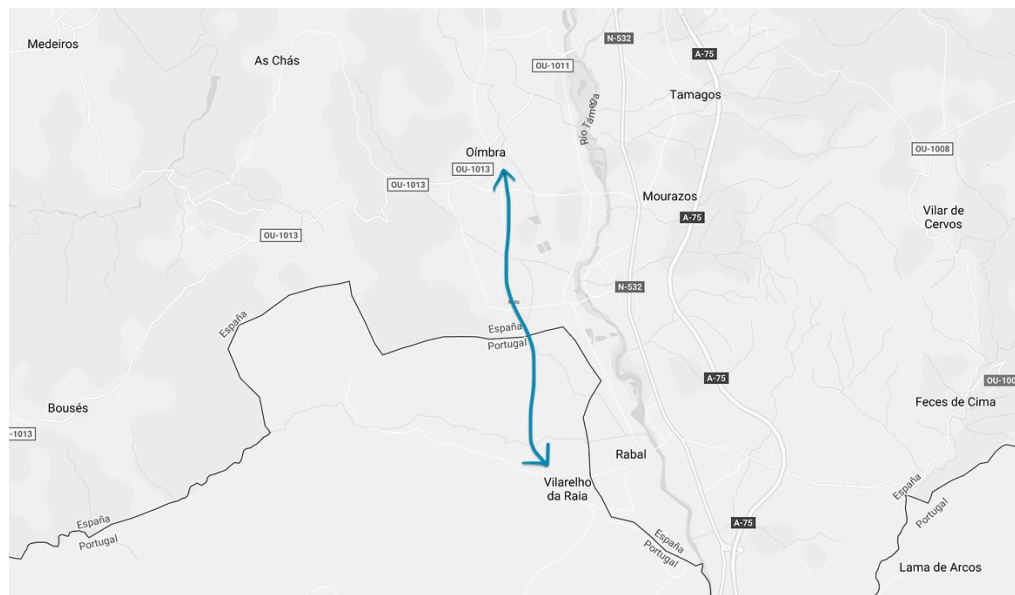


Fonte: Elaboração Própria

Após sentirmos o que era ser contrabandista, e para tornar esta experiência ainda mais enriquecedora, foi-nos oferecido um farnel que consistia em pão com sardinha enlatada e vinho, para também vivenciarmos a satisfação destas pessoas após passarem com sucesso a fronteira e entregarem os produtos que levavam, este era um dos “prémios”.

Durante estas encenações os turistas são surpreendidos com as histórias que os atores locais têm para partilhar. Estas são preparadas cuidadosamente por avós, pais, filhos e netos, onde são recriados papéis de contrabandistas e de guardas, onde é possível ver e vivenciar a bravura, a valentia e o esforço que estes tinham de mostrar todos os dias para conseguir que o trabalho fosse bem feito, tanto do lado dos contrabandistas como dos guardas (Amante, 2017).

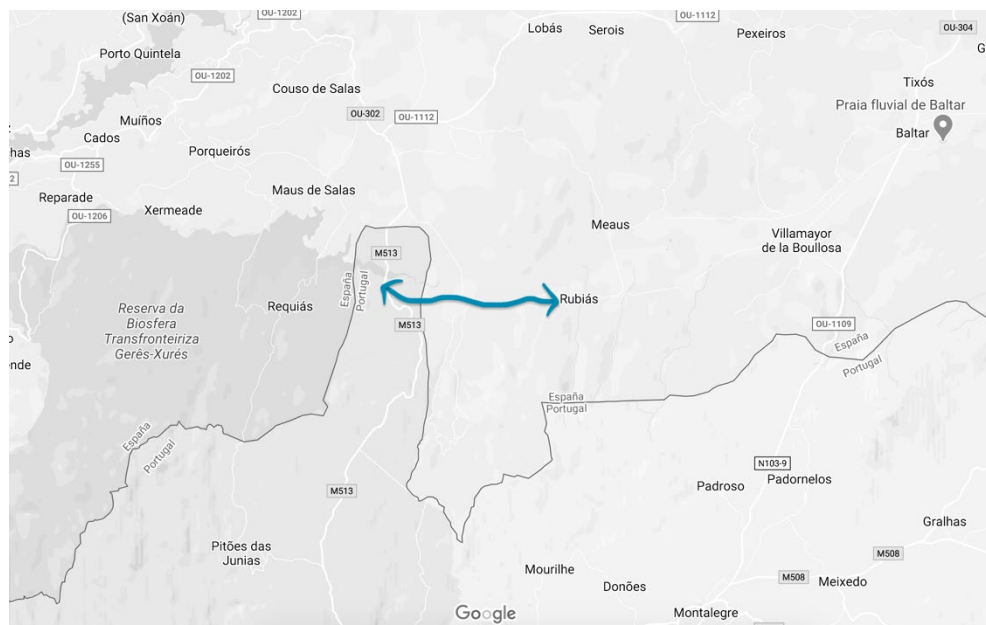
Figura 20- Rota 4: Vilarelho da Raia-Oímbra



Fonte: Elaboração Própria

As rotas do contrabando têm como finalidade mostrar a quem participa nelas o que foi o contrabando e o passado marcado pela pobreza e falta de liberdade (Hernández-Ramirez, 2017). O processo de criação das rotas apoia-se, sobretudo, na memória dos que participaram na atividade do contrabando implicando uma redelimitação do espaço e do tempo, dependendo da promoção local e da sua patrimonialização (Godinho, 2003).

Figura 21- Rota 5: Tourém-Rubías



Fonte: Elaboração Própria

CAPÍTULO 7- ENQUADRAMENTO EMPÍRICO METODOLÓGICO

O presente trabalho de investigação aborda o turismo de contrabando como uma interessante proposta de produto turístico na região Norte de Portugal/Galiza, onde o principal objetivo passa por compreender a sua importância na região.

O presente estudo teve início na revisão da literatura, tendo sido a pesquisa e recolha de dados feita através da internet, considerando artigos, dissertações de Mestrado, teses de Doutoramento e publicações relacionadas com o tema principal, o Turismo de Contrabando. De seguida, procedeu-se a uma organização de toda a informação já recolhida, com o intuito de definir os temas-chave. A revisão da literatura foi uma fase muito importante para este estudo pois ajudou a compreender os conceitos base e o aprofundamento dos mesmos. Na fase final do estudo, foram realizadas entrevistas com diferentes personalidades ligadas ao turismo e ao contrabando.

O método aplicado foi o qualitativo e, sendo este um método bastante rigoroso (Augusto, 2014), foi necessário elaborar uma entrevista semiestruturada, com perguntas abertas e perguntas fechadas. Foram aplicadas entrevistas a dez individualidades, tendo como principal objetivo gerar conhecimentos (Brinkmann, 2012) sobre o tema estudado.

7.1 Método qualitativo

Segundo Minayo (2004), a abordagem qualitativa responde a perguntas específicas. O método qualitativo caracteriza-se pelos seus objetivos relacionados com a compreensão de alguns aspetos e dos seus métodos. Alguns investigadores, os objetivos e os métodos deste tipo de abordagem podem ser imprecisos, por exemplo as amostras são poucas e não representam a população no geral, não têm rigor e é difícil perceber como estão as descobertas (Bricki & Green, 2009). Segundo Denzin & Lincoln (1994), em termos de quantidade, intensidade e frequência, a palavra qualitativa implica uma ênfase em processos e significados que não são medidos rigorosamente.

A palavra qualitativa é utilizada para descrever as formas de investigação que utilizam dados qualitativos, assim como etnografia, estudos casos ou metodologia de histórias de vida (Rodríguez, Flores, & Jiménez, 1999), sendo que a expressão é utilizada

como termo para agrupar diversas estratégias de investigação que partilham características semelhantes (Bogdan & Bilken, 1994).

A investigação qualitativa procura compreender as inter-relações que acontecem na vida real, tornando-se essencial que o investigador não perca a capacidade de relacionar a interpretação e o desenvolvimento do acontecimento (Meirinhos & Osório, 2010). Contudo, a pesquisa qualitativa direciona a investigação para casos ou fenómenos em que as condições contextuais não se conhecem (Skate, 1999).

7.2 A Entrevista

Segundo Vilelas (2017), a entrevista é uma forma específica de interação social, tendo como principal objetivo a recolha de dados para uma investigação. Os seus métodos são caracterizados pelo contacto direto entre o investigador e os entrevistados mas também por uma fraca diretividade por parte dele, assim sendo, se estes métodos forem aplicado de forma correta, o investigador é capaz de obter informações bastante ricos (Campenhoudt, Marquet, & Quivy, 2019). Segundo Manzini (2004), entende-se por entrevista semiestruturada, o tipo de entrevista onde as questões são previamente elaboradas. A entrevista é planeada e preparada teoricamente com habilidade técnica no que diz respeito à transcrição e à análise de dados (Duarte, 2004). A entrevista é muito utilizada nas abordagens qualitativas, sendo que a entrevista semiestruturada é a mais escolha pois com ela é possível uma análise mais pormenorizada da informação (Liberato, Alén, Liberato, & Domínguez, 2018).

Segundo Yin (2005), a entrevista é a fonte de informação mais importante e fulcral nos estudos caso, e é uma das formas mais comuns de compreender outros seres humanos (Fontana & Frey, 1994), tornando-se instrumento para a captação de descrições e interpretações que as pessoas retém sobre a realidade. Durante a execução de uma entrevista, o entrevistador coloca as questões a partir de uma sistematização e interpretação adequada, de forma a que o entrevistado consiga dar as respostas mais pertinentes (Meirinhos & Osório, 2010).

Flick (2004) caracteriza a entrevista semiestruturada como importantes pois não limita o ponto de vista nem a forma ou a sequência como são tratados certos assuntos,

assim como a entrevista semiestruturada não segue uma ordem pré-estabelecida na formulação das questões, existe uma maior flexibilidade nas respostas fornecidas pelo entrevistado.

No quadro seguinte são apresentados os entrevistados, a entidade que estes representam, e os detalhes das entrevistas aplicadas:

Quadro 8- Entrevistas Realizadas

Nº entrevista	Entidade	Data	Duração
1	Eurocidade Chaves-Verín	06/03/2020	00:14:03
2	FAUP	21/04/2020	00:42:02
3	UTAD	06/05/2020	00:47:02
4	UTAD	07/05/2020	00:33:02
5	Câmara Municipal de Caminha	13/05/2020	00:54:08
6	Universidade do Minho	05/06/2020	01:07:30
7	Universidad de Extremadura	08/06/2020	00:16:02
8	Câmara Municipal de Montalegre	08/06/2020	00: 26:09
9	ISCET	19/06/2020	00:58:15
10	ISCSP	16/07/2020	Resposta por escrito

Fonte: Elaboração Própria

Numa fase inicial da realização das entrevistas, procedeu-se ao contacto com os potenciais entrevistados, de forma a perceber se tinham interesse em participar na investigação. O contacto, em alguns dos casos, foi feito via e-mail e em outros via telefone, onde foram explicados o propósito e o objetivo da investigação e a importância que cada um teria no desenvolvimento e na realização da presente dissertação. Posto isto, as entrevistas foram realizadas individualmente e presencialmente, através da plataforma Zoom, mas também por escrito, sendo que a gravação das mesmas foi previamente solicitada a cada um dos entrevistados.

No quadro 10 são apresentadas as duas categorias principais e as subcategorias aplicadas ao longo das entrevistas.

Quadro 9- Categorias Integrativas das Entrevistas

Categorias Principais	Subcategorias
Contextualização do Turismo de Contrabando	Contrabando Turismo de Contrabando Potencialidade Turística do Contrabando Perceber se o contrabando pode ser uma das principais fontes de turismo Desenvolvimento as rotas de contrabando
Avaliação do Turismo de Contrabando	Constrangimentos deste tipo de turismo Projetos futuros Papel da população Perceber se a população tem um papel ativo Balanço turístico do contrabando

Fonte: Elaboração Própria

7.3 Análise das entrevistas

Numa primeira fase, a entrevista focou-se na contextualização do contrabando e do turismo de contrabando, estando presentes as definições e as potencialidades deste tipo de turismo, tendo sido importante perceber se o contrabando, o turismo de contrabando e as rotas constituem fatores de desenvolvimento nos destinos da raia norte (Portugal/Galiza).

Quadro 10- Fundamentação do guião da entrevista

Questões	Autores
1. O que é para si o contrabando e o turismo de contrabando?	(Medina García, 2004), (Peres de Castro, 2003), (Rovisco, 2009), (Godinho, 2009), (Dorfman, 2009), (Alves Pacheco, 2016)
2. Acha que o contrabando, as rotas e o turismo de contrabando constituem fatores de desenvolvimento dos destinos da raia norte (Portugal e Galiza)?	(Ferreira, Monteiro, Neves, & Aguiar, s. d.), (Aguiar, 2016), (Alves Pacheco, 2016)
3. Quais as reais potencialidades turísticas do Contrabando?	(Antunes Simões, 2006), (Ferreira, Monteiro, Neves, & Aguiar, s. d.), (Castro, 2016)
4. Hoje, pode-se dizer que o contrabando é uma das principais fontes de turismo? Ou, poderá ser?	(Amante, 2017), (Liberato, Liberato, Alén, & Rivera Búa, 2020)
5. O que tem vindo a ser desenvolvido, ao nível das rotas, para tornar este tipo de turismo bem-sucedido?	(Cunha, 2009), (Amante, 2017), (Hernández-Ramírez, 2017), (Godinho, 2003).
6. Que constrangimentos existem no Turismo de Contrabando?	(Antunes Simões, 2006)
7. Que projetos podem vir a ser desenvolvidos para a promoção do turismo de contrabando?	(Amante, 2017), (Hernández-Ramírez, 2017), (Godinho, 2003)
8. Qual o papel da população raiana no desenvolvimento do turismo de contrabando?	(Valcuende del Río & Cáceres Fera, 2009), (Cunha, 2009)
9. Acha que a comunidade raiana tem um papel fundamental e ativo na promoção deste tipo de turismo? Porquê?	(Hernández-Ramírez, 2017), (Antunes Simões, 2006), (Ferreira, Monteiro, Neves, & Aguiar, s. d.)
10. Pode fazer um balanço turístico do contrabando enquadrado na região transfronteiriça Norte de Portugal/Galiza?	(Liberato, Alén, Liberato, & Domínguez, 2018), (Liberato, Liberato, & Alén, 2020), Liberato, Alén, Rivera Búa, & Liberato, 2020)

Fonte: Elaboração Própria

Numa segunda fase, é feita uma avaliação do turismo de contrabando, onde os entrevistados apontam algumas iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidas no que diz respeito às rotas ligadas ao contrabando e, também os constrangimentos deste tipo de turismo. Após esta análise, são apresentados alguns projetos futuros a virem ser desenvolvidos na área, assim como ideias para que estes sejam exequíveis. Posto isto, é importante percebermos, do ponto de vista dos entrevistados, o papel da população raiana e se esta tem um papel ativo na promoção do turismo de contrabando. Por último, é feito o balanço turístico na zona do Norte de Portugal/Galiza.

7.3.1 Contrabando

O contrabando é uma experiência exclusiva da fronteira que se caracteriza pela comercialização de produtos fora do quadro oficial dos dois Estados, sendo considerado, assim, uma oportunidade para a população raiana (E1/E2/E5).

“O meu pai era um homem dos sete ofícios, para além de uma mercearia, de uma taberna e dos campos e da pesca, tínhamos pesqueiras no rio (são aquelas construções em pedra para armar a rede e a lampreia e o salmão), e havia um barco. As pesqueiras, curiosamente, eram mesmo em frente ao posto do guarda fiscal pois a guarda fiscal era também um parceiro interessado no negócio. As luvas que recebiam dos contrabandistas eram bastante mais do que os salários que tinham e eu lembro-me quantas vezes de ser pequeno e ir com o meu pai pois tinha mercadoria para passar no rio e onde eu ficava à espera dele era precisamente no posto do guarda fiscal, onde eles de vez em quando faziam umas comezainas.” (E2)

Sendo uma passagem ilegal de mercadorias que tem como autores a população de Portugal e Espanha, que tinha como objetivo a sobrevivência das famílias, o contrabando começou a existir quando a fronteira nasceu, no século XIII (E6/E7/E8/E9). Em suma, o contrabando foi uma prática económica, que tinha como principal estratégia a sobrevivência da população raiana (E10).

“Os materiais transacionados eram os mais diversos que se pode imaginar, desde meias de vidro, aquelas meias de senhora com a costura atrás que eram muito apreciadas, até motores desmontados ou prata ou volfrâmio ou café, que era muito vulgar, ou barras de ouro. Também havia bancos que por lavagem de dinheiro, suponho, usavam os esquemas de contrabando para passar valores para bancos estrangeiros.

Portanto aquilo era um sem fim de surpresas e o divisor comum do contrabando era a ilegalidade.”(E2)

7.3.2 Turismo de Contrabando

Atualmente, o turismo de contrabando, embora ainda seja um turismo não muito procurado, está a ser bastante valorizado nas zonas fronteiriças do país (E4) e tem de ser mais bem explorado (E5).

“O turismo de contrabando neste momento é uma forma de dinamização dos percursos terrestres e de revitalização dos percursos terrestres e de revitalização também destas aldeias.”(E8)

Para que o turismo de contrabando seja bem-sucedido, é necessário convertê-lo num produto turístico e promovê-lo (E1) fazendo uma recriação teatral do que se passava antigamente na zona raiana, na época de Salazar (E3).

“O turismo vive de uma ficção qualquer, eu digo isto porque essa familiaridade que tenho com o tema, nunca imaginei nem por sombras associar ao turismo. Sei que em Castro Laboreiro há um grupo que organiza caminhadas na montanha e que de vez em quando mete o contrabando também.”(E2)

Na perspetiva de um dos entrevistados, o turismo de contrabando deriva da “patrimonialização do fenómeno do contrabando”, sendo que este é uma forma de dinamizar os percursos terrestres e de revitalizá-los (E8). Resumidamente, o turismo de contrabando é uma forma da população raiana se definir, reativando as rotas que usavam antigamente e transformando essas rotas em percursos para os turistas conheçam um pouco das culturas e dos costumes raianos (E10).

“Eu fiz a apresentação de um livro, na Feira do Livro, que lhe pode ser muito interessante para falar sobre o contrabando de droga, é o “La Coca”, escrito por Rentes de Carvalho. Embora o livro se passe em Caminha e Lanheses, e apesar de não se passar em Melgaço, eu próprio conheço muito bem as histórias, e as pessoas que andavam no contrabando do tabaco em Melgaço sabiam disso. Era-lhe completamente vedado porque eram autênticas máfias, estamos a falar de coisas globais, por exemplo o Cartel de Medellín estava envolvido, era violento, houve mortes.”(E2)

7.3.3 Fatores de Desenvolvimento dos Destinos da Raia Norte

Todos os entrevistados concordam que o contrabando, as rotas e o turismo de contrabando são fatores de desenvolvimento dos destinos da raia norte. O contrabando só existe na raia e, é uma só rota, um só trilho (E1). Este é um tipo de turismo que vive de construções e de narrativas, e é-nos possível conhecer os traços das culturas de cada região através dos percursos que são feitos, da gastronomia, das vivências e da visita a locais e museus que foram construídos com o propósito de manter viva a memória do contrabando (E2).

“O turismo vive de construções, de narrativas, que depois servem de chamariz para esse tipo de experiências e como é uma atividade de andar de um lado para o outro, articula-se, suponho eu, com um dos objetivos deste tipo de turismo que são os passeios (o tracking, andar na montanha), porque o contrabando normalmente andava por sítios escondidos e por caminhos menos conhecidos e esse perfume de coisa ilegal, coisa quase heroica, e o facto de poder ter contadores de histórias que a experienciaram ou que tiveram uma relação mais direta com isso, torna essa narrativa mais real.”(E2)

Na verdade, as dimensões culturais, artísticas e sociais que estão ligadas ao contrabando podem ajudar a valorizar este tipo de turismo, podendo ter também um papel de desenvolvimento económico nas recriações que são feitas (E4). No caso do Espaço Memória e Fronteira em Melgaço, a ideia principal foi retratar o que era o contrabando, tendo a primeira abordagem sido bastante boa, embora não se soubesse como é que a população iria reagir ao ver algo que foi tão importante nas suas vidas exposto num museu. A verdade é que as pessoas viviam do contrabando e tornou-se o principal objetivo de o Espaço Memória e Fronteira relembrar as formas de contrabando e as experiências e conhecimentos dos raianos (E5).

“(...) creio que isso tem a ver genericamente com os traços culturais de uma determinada região, esse é um deles e depois turismo vive de percursos, vivências, gastronomia, de visitas a locais e a equipamentos e museus. É o caso de Melgaço, onde tem um museu de contrabando e de fronteira. Creio que o museu não está diretamente envolvido em nenhuma organização de eventos relacionados com esse tipo de experiências, mas há outras pessoas, por exemplo o pessoal do rafting, que quando se desce o rio no rafting, o contrabando é um tema que é abordado.”(E2)

As rotas são algo que ficam na memória das pessoas. Marcam experiências e sensações e são percursos normalmente extraordinários. As rotas falam, dizem-nos coisas que por vezes não é possível explicar (E6). É necessário transformar o turismo de contrabando num novo recurso (E7) e num atrativo que tenha como base a recriação de diversos momentos (E8). O grande problema existente no turismo de contrabando, é a falta de colaboração das entidades locais (E9), é necessário que os políticos locais usem o poder que têm para usar este tipo de turismo como motor de desenvolvimento local e regional, que tem como intuito atrair as pessoas pela sua curiosidade de conhecer os principais segredos de uma prática que foi ilegal (E10).

“São um atrativo, principalmente quando se fazem na base da recriação de alguns momentos. (...) apostamos muito pouco em animadores socioculturais, apostamos muito na população que tem a capacidade de recordar o ensinamento, a história e o conhecimento e isso eu penso que traz uma carga genuína e uma carga muito pessoal e muito afetiva.”(E8)

7.3.4 Potencialidades do Turismo de Contrabando

O turismo de contrabando apresenta inúmeras potencialidades. Tem uma oferta diversa e é um produto genuíno e diferente de todos os outros (E1), onde conhecemos o passado de várias gerações (E3). É fulcral desenvolver rotas e circuitos que mostrem às pessoas os tempos passados e os sentimentos vividos quando se fazia a travessia de Portugal para Espanha (E4).

“Os percursos ao longo do rio Minho são lindíssimos, e embora o tema possa ser o contrabando, se for ver o rio numa altura quente, pode dar uns belos mergulhos lá. (...) Pode ser uma viagem de barco, pode ser a gastronomia, pode ser no meio do percurso encontrar uma capela românica e falar-se nisso.”(E2)

Os turistas procuram experiências diferentes e é por isso que o turismo de contrabando se diferencia. Este é um turismo que foge ao que as pessoas estão acostumadas a fazer, fazendo com que os turistas vivenciem algo único (E5), e para que não caia no esquecimento é necessário apostar na divulgação boca-a-boca (E6).

“O contrabando é um produto turístico. Já não estamos na fase em que era uma atividade económica, neste momento estamos a tentar que a experiência passe também,

e estamos a tentar produzir novos conceitos, mas estamos a tentar que quando as pessoas passam para o lado de Espanha, ou vice-versa, que mesmo do lado português, haja uma pequena experiência daquilo que é a cultura do lado de cá, o que é a gastronomia.”(E8)

O turismo de contrabando é um “fenómeno generalizado em toda a raia”. Está muito presente nas memórias, nas lendas, nas histórias, nos contos e nas crenças, por isso o contrabando tem potencialidades turísticas, é possível ligá-lo a outras vertentes como a gastronomia. Por exemplo, os contrabandistas praticavam o contrabando de barriga, certos tipos de produtos, para que a sua família não passasse fome, então é necessário ligar esses produtos à prática do turismo de contrabando (E7).

“(…) ser um percurso e não como outros onde há uma visita pontual a um lugar ou uma experiência única como por exemplo uma prova de vinhos. Aqui é claramente uma via sacra, vai se andando e vão-se encontrando os tais temas paralelos.”(E2)

Sendo o contrabando um produto turístico, é necessário, neste momento, produzir conceitos e experiências inovadoras tanto do lado português como do lado espanhol. É preciso usar as recordações que estão presentes na população, como os produtos que eram contrabandeados, as emoções que os contrabandistas sentiam quando eram apanhados pela guarda ou quando eram obrigados a fugir desta. É necessário apostar em animadores socioculturais, porque a população ainda é capaz de recordar o ensinamento e a história (E8). O importante é os turistas fazerem as rotas que antigamente eram usadas pelos contrabandistas, como por exemplo, a rota do volfrâmio que era um produto bastante usado em Portugal (E9), é necessário apostar na musealização e na teatralização desta prática tao antiga (E10).

7.3.5 Principal Fonte de Turismo

Segundo os entrevistados, o turismo de contrabando não é uma das principais fontes de turismo, mas poderá ser, se se fizer do contrabando algo que tenha um grande impacto na população local e no destino (E1), e se se juntar a outros tipos de turismo, como o turismo gastronómico ou o turismo de natureza (E2), de forma a que seja um atrativo da fronteira (E3).

“Hoje em dia, são outras coisas e, portanto, como tema do contrabando tem que ver com a existência de fronteiras, eu acho que é preciso puxar por essa coisa que é uma fronteira para expandir o tema para experiências e para vivências dos tempos de hoje.”
(E2)

O contrabando é sempre associado à fronteira (E4) e é necessária usar isto para que o turismo de contrabando seja mais bem explorado enquanto ainda existem as memórias das pessoas (E5), os relatos de vida e os objetos (E6). É também necessário transformar este turismo em algo sustentável e que não caia no esquecimento (E7), é necessário usar o encanto que este tem e as histórias que a população raiana ainda sabe contar (E8).

“A raia terá sempre este encanto e terá sempre um conjunto de histórias que as pessoas terão vontade de visitar. A isso podemos juntar a travessia de pessoas que se fazia muitas vezes para França e que aproveitava muitos destes locais, os chamados carneiros, que muitas vezes eram enganados também em territórios de fronteira, há muita gente aqui de Montalegre que pensou que estava a chegar a França e estava a chegar a “France”, mas em Bragança.”(E8)

Apesar de ainda ser o turismo gastronómico ou o turismo de natureza, os tipos de turismo que prevalecem na zona da fronteira, o turismo de contrabando vai ganhando notoriedade e é considerado uma mais valia no território interior (E8), embora ainda haja poucas pessoas a interessar-se sobre o tema (E9).

7.3.6 Rotas e Iniciativas Desenvolvidas

Já são algumas as rotas e as iniciativas que têm vindo a ser desenvolvidas, diretamente ligadas ao turismo de contrabando. O necessário neste momento é que as empresas de turismo de Portugal e Espanha comecem a criar pacotes turísticos que incluam rotas ligadas ao contrabando (E1), é necessário aproveitar todos os estudos e todos os trabalhos de investigação sobre a fronteira, para que os produtos turísticos sejam bem-sucedidos e de forma a desenhar um produto que inclua as associações locais, as juntas de freguesias e os museus (E3). Além disso, pode-se associar o turismo de contrabando ao turismo de natureza, onde exista também a possibilidade da exploração das rotas a pé e durante a noite, com o intuito de amplificar a experiência do

turista (E4). Candidatar o turismo de contrabando à UNESCO, também é uma ideia dada por um dos entrevistados, de forma a que ganhe outra notoriedade, visto que tem uma enorme potencialidade devido ao facto de ser um projeto que une os dois países e de forma a que este se torne mais intrusivo (E6).

“Mas o futuro deste tipo de turismo terá também muito a ver com os alojamentos sobretudo mais pequenos, as casas de turismo rural nas aldeias, tem uma capacidade muito grande de dinamizar estes eventos”(E8)

Atualmente, há stakeholders que associam as recriações e as tematizações do contrabando ao desenvolvimento de uma espécie de oferta integrada, onde esta é associada a uma “experiência mais alargada sensorial da paisagem” (E4). Contudo, há empresas que se dedicam à recriação das rotas, algumas que são institucionalizadas, outras patrocinadas pelas câmaras municipais e outras por empresas turísticas e particulares (E7). Posto isto, o mais importante, além de fazer com que as pessoas da raia sintam orgulho no que se está a fazer por elas (E6), é a segurança, o envolvimento das populações locais e a associação do turismo de contrabando a outros tipos de turismo, como por exemplo o turismo religioso, que inúmeras vezes já se cruzaram (E8).

“A associação Ao.Norte tem feito coisas extraordinárias. Outra coisa que é muito importante fazer, mas não se faz, é fazer com que as pessoas da terra tenham orgulho naquilo que se está a fazer.”(E6)

As rotas de Montalegre ou de Melgaço são as rotas de contrabando mais faladas e as mais atrativas, pois ninguém da população tem vergonha do que fizeram, mas sim honra e orgulho (E9).

“Em toda a raia luso-espanhola há muitos trabalhos de investigação sobre a fronteira. Então muitos desses trabalhos feitos por académicos, ou locais, serviram de base para pensar num produto e numa experiência turística.”(E3)

7.3.7 Constrangimentos do Turismo de Contrabando

O tempo é apontado como o principal constrangimento do turismo de contrabando, devido ao envelhecimento da população que realizada as travessias (E8). Já não há muitos contrabandistas que estejam vivos, apenas as memórias que passaram de pais para filhos (E9), do contrabando de sobrevivência (E5).

“O que é hoje a ilegalidade, porque desde as pessoas que atravessam o Mediterrâneo para vir para a Europa, parece o contrabando de gado no passado. Então essas questões permanecem e são eternas, o que é a fronteira e a ilegalidade e acho que os pacotes locais de turismo, que se baseiam em histórias locais e nos atores que ainda existem para as contar, em equipamentos como é o Museu de Melgaço.”(E2)

Outro dos principais constrangimentos apontados é a falta de oferta integrada em produtos turísticos já existentes (E3/E1), assim como a falta de interlocutores locais, isto é, a população local, maior parte das ocasiões, não se dispõe a partilhar os seus ensinamentos e as suas memórias com os turistas (E6). Além disso, as rotas para serem verdadeiras e genuínas, tem de ser feitas à noite, o que dificulta bastante pois alguns dos trajetos tornam-se perigosos (E8).

“As pessoas não acreditam. Há um problema de conceito, de que a fronteira possa ser um atrativo, e que a fronteira social e as memórias do contrabando, possam ser eventualmente uma mais valia para o turismo. Este é o primeiro constrangimento.”(E4)

7.3.8 Futuros Projetos

A construção de museus que representem o contrabando ou centro de interpretação e o living history, são algumas ideias projetos que podem ser trabalhados futuramente de forma a promover o turismo de contrabando (E3).

“O que está a ser desenvolvido, pelo menos para estes lados do Norte, são museus, centros de interpretação, rotas e living history.”(E4)

Criar uma escola de contrabandistas, onde sejam ensinadas todas as histórias, ensinamentos e memórias a outras pessoas, para que o contrabando não caia no esquecimento quando já não existirem contrabandistas, e tornar o contrabando sustentável; e candidatar o contrabando, como já foi referido, a património imaterial da humanidade (E1). Além disso, algo que seria vantajoso para o turismo de contrabando seria criar pacotes turísticos onde estivessem incluídos um conjunto de conferências, onde os conferencistas fizessem caminhadas na zona de fronteira, ouvindo as histórias no auditório de Chaves, por exemplo, e fundir o turismo de contrabando com o enoturismo e o turismo gastronómico (E4).

“Encenações além da rota haver encenações, um repositório com documentação relativa ao contrabando, nomeadamente multimédia, e encontros abertos que não sejam só encontros de contrabandistas para turistas, mas sim para contrabandistas entre si poderem conversar.”(E6)

Todos os anos se realiza em Melgaço, no Espaço Memória e Fronteira, um festival de cinema, onde o próprio museu tem servido para trabalhos cinematográficos, documentários e residências fotográficas, tornando-se uma forma de promoção do turismo de contrabando (E5), ou até mesmo encenações no decorrer das rotas ou a criação de um repositório de documentação relativa ao tema (E6). Resumindo, é importante, em relação aos projetos que têm vindo a ser desenvolvidos para a promoção deste tipo de turismo, integrar o turismo de contrabando em produtos já desenvolvidos (E8).

“O Espaço Memória e Fronteira tem servido para outros projetos, nomeadamente para uma série de documentários. Há um festival que se realiza todos os anos, que é um festival de cinema.”(E5)

7.3.9 Papel da População Raiana

A população raiana tem um papel fulcral no desenvolvimento do turismo de contrabando (E1), mas é preciso que eles sintam orgulho no que faziam, de forma a sentirem-se à vontade para mostrarem os recantos e os caminhos que faziam quando contrabandeavam os produtos (E8).

“Sei de histórias que se pensa serem reais, que as pessoas andavam de um lado para o outro a avisarem-se umas às outras que vinha a guarda, e para lhes dar tempo de transportar as coisas e, assim, salvar a carga. O contrabando foi uma atividade tão fundamental, tão complicada, que quando é preciso passar carga para o Rio Minho passa-se. É uma atividade muito complexa e nós estamos quase sempre focados num aspeto do contrabando que é o tal trilha, enquanto o contrabando tem mais facetas que isso.”
(E6)

A população raiana são os verdadeiros protagonistas do turismo de contrabando e, em muitos casos como em Vilarelho da Raia (Chaves), são eles quem conduz os turistas pela antiga rota (E10), e não há melhor para os turistas que ouvir as histórias contadas na

primeira pessoa (E5). Não há produtos sem informação (E6), e o que está a acontecer neste momento é que as memórias se estão a perder, e é necessário criar registos ou pequenos documentários para que o contrabando não seja esquecido (E2).

“Eles começam a ter este orgulho a mostrar o que fazem, o que sabem, e são essenciais porque eles conhecem os recantos e os caminhos como ninguém. Facilmente alteram uma rota por outra porque está mais frio e eles sabem que pelo caminho mais baixo funciona melhor e não estão tão expostos, quando chove escolhem caminhos mais altos e consegue-se passar com mais facilidade e com menos risco. Eles são a alma destes produtos.”(E8)

Contudo, a população não continua sem pensar no contrabando como produto turístico (E9) e, com o passar do tempo, a imagem do que era o contrabando vai-se desvanecendo, mudando (E3). Apesar disto, também é apontado como nulo o papel da população, porque é algo que se está a fazer mal, é necessário incluir a população na promoção turística do contrabando (E7). É importante salientar que, se nos referimos aos representantes locais, nomeadamente os presidentes da câmara ou os presidentes da junta como população local, estes desempenham um papel de sistematização das ofertas e, por exemplo, da apresentação pública e o estabelecimento de programas, mas também no desenvolvimento de um conjunto de atividades ligadas à animação cultural e comunitário de grupos etários cuja idade é mais avançada (E4).

“Nós envolvemos a população nisto e eles são muito importantes pois não há nada como contar e ouvir a história na primeira pessoa.”(E5)

7.3.10 Papel Ativo e Fundamental da População Raiana

A população raiana tem um papel ativo e, sem dúvida, fundamental na promoção do turismo de contrabando. Se não fossem eles a acreditar neste tipo de turismo, não daria os frutos que dá (E1).

“Se falarmos da comunidade e da população, que eu acho que é a parte mais importante, eu acho que sim porque é esta comunidade raiana que vai marcar a diferença e são eles que vão falar, daí termos de os envolver e o turista tem de chegar e ter contacto com estas pessoas e ouvir as histórias na primeira pessoa.”(E5)

Além do mais, se queremos que o turismo de contrabando funcione (E7), e tem tudo para funcionar porque é um turismo que vem das pessoas (E3), tem de haver um processo de valorização do contrabando por parte dos mais novos pois, para além de serem eles quem vê, quem faz e quem escreve sobre o tema (E6), também são eles que detêm uma parte importante da divulgação, que é a promoção boca-a-boca (E4). É, também, a comunidade raiana que marca a diferença nas rotas turísticas, e são eles quem os turistas querem ouvir a contar as experiências e as memórias, havendo um maior envolvimento das duas partes (E5).

“Não é uma questão de orgulho simples, se não for trabalhado com alguma sensibilidade para que as pessoas tenham a noção que não fizeram nada de mal, e que era uma luta pela sobrevivência e por isso é que estes produtos têm de ser bem embrulhados, não no sentido de expor, mas sim de recordar, reviver, valorizar a memória.”(E8)

Também os raianos as apontados como trunfos do marketing e da promoção territorial (E8). A população raiana é a principal interessada que este turismo resulte, tornando-se assim, um dos principais dinamizadores na parte da divulgação (E5) pois, sem eles, o turismo de contrabando não faz sentido (E10).

“As pessoas até se referiam ao contrabando com muito orgulho e até com muita saudade de alguns tempos duros, tempos em que, de alguma forma, existiam algumas solidariedades locais, que hoje em dia não existem.”(E4)

7.3.11 Balanço Turístico

O balanço turístico que é feito do contrabando enquadrado na região transfronteiriça Portugal/Galiza é bastante positiva, e pode ser uma aposta, apesar de este tipo de turismo não ser um turismo de massas (E5).

“(...) pela experiência que tenho, faço um balanço positivo, pelas pessoas que nos procuram e pelas pessoas que nos visitam e que através daquele espaço conseguem conhecer o passado, e tudo aquilo foi construído pela gente de lá. Por exemplo, aquela réplica do colete que nós temos lá (no Espaço Memória e Fronteira, em Melgaço) e que servia para esconder o café para o passar pela fronteira, eu tive de ir a Braga a uma

senhora que sabia como se fazia, descreveu-nos e nós fomos a uma costureira e depois a senhora validou a peça.”(E5)

Aliás, não há valores económicos do que era o contrabando antigamente, mas é certo que as regiões onde o contrabando era praticado eram regiões melhores que as restantes a nível económico (E8).

“Não tenho valores económicos de como era aquele expoente do contrabando propriamente dito, em alturas de alguma hegemonia económica que aconteceram em territórios como estes porque as aldeias onde existia o contrabando viviam 10 ou 20 vezes melhor do que as outras”. (E8)

No quadro 12, é apresentada uma síntese dos resultados das entrevistas:

Quadro 11– Síntese dos resultados das entrevistas

Temas	Conclusões	Entrevistados
Contrabando	-Experiência exclusiva da fronteira -Caracterizada pela comercialização de produtos -Objetivo a sobrevivência de famílias -Passagem ilegal de mercadorias -Nasceu quando a fronteira nasceu, no séc. XII	E1/E2/E5 E6/E7/E8/E9
	-Não é muito procurado, mas valorizado nas zonas fronteiriças do país -É necessário convertê-lo num produto turístico -Deriva da patrimonialização do fenómeno do contrabando -Forma da população raiana se definir	E4 E1 E7 E10
Fatores de desenvolvimento	-Turismo de vive de construções e narrativas -Papel de desenvolvimento económico -Rotas marcam experiências e sensações -Transformar o contrabando num recurso -Falta de colaboração das entidades locais -É necessário transformar este turismo num motor de desenvolvimento local e regional	E2 E4 E6 E7 E9 E10
Potencialidades do contrabando	-Produto genuíno -Turismo que é diferente do que as pessoas costumam fazer -Oferta diversa -Presente nas memórias, lendas e crenças da população -Apostar na musealização e teatralização -Recordações usadas no turismo	E1 E5 E1 E7 E10 E8
Principal fonte de turismo	-Poderá ser um dos principais fatores de desenvolvimento -Transformar o contrabando em algo sustentável -Mais valia no território interior -Juntar este turismo ao de natureza ou ao gastronómico	E1 E7 E8 E2
Desenvolvimento ao nível de rotas	-Começar a criar pacotes turísticos que incluam as rotas ligadas ao contrabando -Candidatar o contrabando à UNESCO -Explorar as rotas a pé e de noite -Fazer com que a população da raia sinta orgulho no que se está a fazer por eles -Envolver a população local	E1 E6 E4 E6 E8

Constrangimentos do turismo de contrabando	-Tempo -Poucos contrabandistas -Falta de oferta -Falta de interlocutores locais -Rotas noturnas são mais genuínas, mas mais perigosas	E8 E9 E3/E1 E6 E8
Futuros projetos	-Construção de museus -Património Imaterial da Humanidade -Living history -Escola de contrabandistas -Encenações de rotas	E3 E1 E3 E1 E6
Papel da população raiana	-Papel importante e único -Verdadeiros protagonistas -Principal transmissor das histórias -Papel nulo na promoção do turismo de contrabando	E1 E10 E5 E7
Papel fundamental e ativo da população raiana	-Papel fundamental e ativo -Papel importante da divulgação boca-a-boca -População principal interessada -População raiana é um trunfo de marketing	E1/E3/7 E4 E5 E8
Balanço turístico	-Balanço positivo -Pico de procura entre maio e setembro -Produto com muito potencial -As pessoas procuram o Espaço Memória e Fronteira, com o intuito de conhecer o passado da população raiana	E5/E8 E8 E1 E5

Fonte: Elaboração Própria

CAPÍTULO 8- CONCLUSÕES FINAIS

8.1 Conclusões do estudo teórico

Desde há séculos, o contrabando e a emigração constituem as maiores atividades económicas na zona da fronteira que separa Portugal e Espanha, e que englobavam diversos membros das famílias (Gonçalves, 2008).

O contrabando foi usado, no século XX, como principal fonte de sobrevivência da população. Era uma atividade clandestina entre a população dos dois lados da fronteira, e era considerada uma profissão honrada, mas de risco e sacrifício (Rovisco, 2009). A importação e exportação entre Portugal e Espanha era uma transação ilegal aos olhos do Estado, onde a convivência com a Guarda Fiscal e a Guarda Civil era algo obrigatório para o bom funcionamento das transações. O contrabando era uma transação ilegal de produtos entre as duas fronteiras da Península Ibérica, até meados de 1993 (Silva, 2009). A população portuguesa justificava a prática do contrabando com as dificuldades económicas sentidas diariamente (Simões, 2016). Era usado para a população escapar à pobreza extrema (Godinho, 2009), tornando-se uma estratégia de subsistência dos habitantes locais (Antunes Simões, 2006). O contrabandista sempre foi visto como alguém que viola as leis e o bom funcionamento do Estado (Zysman Quirós, 2009), tornando-se um criminoso aos olhos da Guarda Fiscal (Aguilar, 2020). Com o passar dos anos o contrabando acaba por se tornar uma atividade honrada e respeitada, e a principal atividade da zona raiana (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009).

A importância do contrabando é associada à sobrevivência da população portuguesa e da população espanhola, a qual só se pode compreender através de testemunhos de antigos contrabandistas (Aguilar, 2020). A compra e venda de produtos, era alterada consoante a mudança de produtos contrabandeados, reajustando-se as hierarquias sociais da zona da fronteira (Freire , Rovisco, & Fonseca, 2009). O contrabando é a principal fonte de rendimento da população, ajudando as populações a ultrapassar as dificuldades económicas (Freire & Fonseca, 2009). Os homens desempenhavam um papel fulcral no desenvolvimento do contrabando, no transporte dos produtos mais variados, sendo conhecidos durante anos por trabalhadores

transfronteiriços (Gomes, 2015). O contrabando era uma atividade que a população começava desde muito nova (Alves Pacheco, 2016), quando estes iam buscar produtos a Espanha para comercializar em Portugal (Aguilar, n. d.).

O contrabando estava dividido em vários tipos: o pequeno contrabando servia de complemento para a agricultura (Lavado Piedade, 2006), sendo uma atividade muito lucrativa para a economia portuguesa (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009); o grande contrabando, praticado pela população que detinha um poder económico maior (Reis de Castro, 2019), era desempenhado por grandes e pequenas sociedades dos meios rurais. Este tinha como objetivo recolher o maior número de receitas de forma a conseguirem investir em meios de defesa contra os guardas (Conceição Cabanas, 2009); o contrabando de gado consistia na passagem ilegal de gado, sendo algo difícil de controlar devido ao elevado número de gado que era transportado (Pinheiro Campanha Baptista, 2004); o contrabando de sobrevivência, era praticado por camponeses dos dois lados da fronteira (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009) e também era conhecido por contrabando de bens de primeira necessidade (Reis de Castro, 2019). Estes contrabandistas também chamados de contrabandistas de barriga, não tinham patrão, e o contrabando era o principal meio de sobrevivência (Conceição Cabanas, 2009); as classes mais baixas praticavam o conhecido contrabando de subsistência ou contrabando familiar, e era praticado por mulheres e crianças, que passavam a fronteira com o intuito de comprar bens de primeira necessidade (Domingues & Rodrigues, 2009); o contrabando profissional, aquele que era praticado por comerciantes de rua, em que estes compravam e vendiam dos dois lados da fronteira luso-espanhola (Domingues & Rodrigues, 2009); o contrabando tradicional era praticado também por mochileiros (Conceição Cabanas, 2009), estes foram os contrabandistas mais importantes da história pois tinham como objetivo primordial a integração social e os materiais, ficando conhecidos por saberem os hábitos e percursos dos guardas fiscais e civis (Medina García, 2005); as quadrilhas eram constituídas por dois ou mais contrabandistas que vendiam e compravam café (Rovisco, 2009), onde mais tarde faziam as travessias a cavalo (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009); apelidados de carneiros, estes contrabandistas galegos foram os responsáveis pela criação de uma rede de tráfico de emigrantes (Carretero, 2018), levando a um aumento nos salários e uma diminuição da mão-de-obra

em Portugal (Conceição Cabanas, 2009); os contrabandistas de aluguer era responsáveis por subordinar os guardas, de forma a conseguirem que os produtos fossem transacionado com sucesso (Rovisco, 2014); o contrabando de camião era feito por caminhos de terra e com a ajuda dos guardas fiscais (Domingues & Rodrigues, 2009); por fim, o contrabando mais exigente era o contrabando de carro, caracterizado pelo elevado volume de cargas transportadas (Pinheiro Campanha Baptista, 2004).

As mulheres, chamadas de pisqueiras (Carretero, 2018), assumiam um papel também muito importante na prática do contrabando. Estas vendiam e distribuíam os produtos que eram contrabandeados pelos maridos (Medina García, 2004), mas quando estes faleciam ou eram obrigados a emigrar, as mulheres contrabandistas assumiam o seu papel nesta prática, contrabandeando café, azeite, laranjas, chocolates, entre outros (Carretero, 2018). As mulheres contrabandistas eram conhecidas por mulheres do carreiro e pertenciam à faixa etária que nasceu em 1940 (Rovisco, 2009), contrabandeando os produtos debaixo das saias que vestiam ou das tranças que faziam nos seus cabelos (Aguilar, 2016). Este tipo de contrabando estava diretamente ligado à subsistência doméstica até ao início do século XX (Valcuende del Río & Cáceres Feria, 2009).

A Guarda Fiscal, em Portugal, e a Guarda Civil, em Espanha, foram criados com o intuito de fiscalizar os impostos e os rendimentos públicos (Reis de Castro, 2019). A relação entre estes e os contrabandistas era vista de forma positiva porque o contrabando era algo útil não só para os contrabandistas, mas também para a Guarda Fiscal. A Guarda Fiscal tinha como função controlar as entradas e saídas de produtos e de pessoas de forma ilegal, vigiar as alfândegas e armazéns, proteger o comércio e fiscalizar (Reis de Castro, 2019). Para além disto, estes cobravam aos contrabandistas consoante as cargas e a altura do mês (Gonçalves A., 2006-2007), sendo que o seu papel consistia essencialmente em controlar a clandestinidade sentida na zona da raia luso-espanhola (Castro, 2018). Os postos da Guarda Fiscal estavam localizados perto da fronteira (Sarmento, 1994), tentando estes apreender o maior número de carga possível, levando estas apreensões a leilão (Domingues & Rodrigues, 2009). A convivência com a guarda tinha uma elevada importância na Raia Molhada pois estes estavam encarregues de toda a fiscalização e repressão existente (Alves Pacheco, 2016). Assim, os Guardas Fiscais eram visto pela população raiana como pessoas de fora da comunidade,

independentemente de habitarem na mesma aldeia que eles (Conceição Cabanas, 2009). O controlo da Guarda Fiscal desceu drasticamente durante a I Guerra Mundial, altura em que era mais difícil o controlo dos contrabandistas (Reis de Castro, 2019). 1933 foi o ano em que a Guarda Fiscal foi oficialmente extinta devido à entrada de Portugal na União Europeia e consequente Acordo de Livre Circulação de Pessoas e Bens (Almargem, s. d.).

Desde muito cedo, século XI, que o contrabando está presente em Portugal, sendo considerado uma das principais atividades profissionais da raia ao longo da história. Este começa a ser praticado em Portugal e Espanha na primeira metade do século XIII, altura em que começam a existir os primeiros regulamentos de trocas comerciais entre os dois países (Medina García, 2008).

No século XIX, a livre circulação de produtos começa a ser proibida na Península Ibérica, facto que leva a um aumento do contrabando (Ferreira, Monteiro, Neves, & Aguiar, s. d.). A crise de subsistência deu-se durante a I Guerra Mundial, quando o empobrecimento que se fazia sentir por entre a população, enquanto que entre as classes mais abastadas tinham de recorrer ao comércio ilegal de produtos para conseguirem sobreviver. Aqui, o contrabando começa a ser cada vez mais praticado em Portugal, altura em que a população alemã procurava produtos como o volfrâmio no nosso país (Reis de Castro, 2019). É no século XIX que os produtos contrabandeados entre os dois países da Península Ibérica mudam, sendo que o bovino, os cereais, o vinho, as peles e os tecidos dão lugar a produtos como o açúcar, o azeite, a confeção, os figos secos e a perfumaria, produtos passados de Espanha para Portugal antes da Guerra Civil Espanhola (Godinho, 2009).

As ditaduras de Salazar, em Portugal, e a de Franco, em Espanha, trouxeram inúmeros entraves às populações portuguesa e espanhola, que tiveram de procurar no contrabando um meio de sobrevivência. Nesta altura os salários caem, e é imposto por Salazar um regime de racionamento, que tem como objetivo racionar e controlar a distribuição e consumo de produtos alimentares em todo o país (Freire & Fonseca, 2009). A zona da fronteira foi alvo de um acrescido controlo de forma a impedir a troca de bens alimentares entre Portugal e Espanha (Freire & Fonseca, 2009).

Em 1936, o contrabando passa a ser um elemento de enorme importância para a sobrevivência da população, na altura em que deflagra o golpe de estado militar em Espanha, fruto da Guerra Civil (Antunes Simões, 2006). Nesta altura Franco estabelece

um sistema de racionamento alimentar e de bens essenciais, fazendo com que os dois estados estivessem em sintonia (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009). Os produtos eram mais contrabandeados de Portugal para Espanha devido ao isolamento geográfico e as condições de vida da população portuguesa (Freire & Fonseca, 2009). O café, em 1940, é o produto mais procurado e o mais contrabandeado. Passando de Espanha para Portugal, serviu de base para a criação de indústrias de torrefação (Alves Pacheco, 2016).

No ano seguinte, existe um aumento na vigilância da fronteira, passando a ser obrigatório a população ter um manifesto referente às populações agrícolas. Também é criado um guia que tinha como intuito ajudar o trânsito entre concelhos e os proprietários dos veículos tornar-se-iam responsáveis se estes fossem usados para ações ilícitas (Freire & Fonseca, 2009).

Com o deflagrar das duas guerras, a Guerra Civil Espanhola e a II Guerra Mundial, as fronteiras foram reforçadas com o intuito de controlar o contrabando e de perseguir os refugiados políticos (Lanero Tábuas, Míguez Macho, & Rodríguez Gallardo, 2009). A procura do volfrâmio e do minério acentuou-se, tornando os habitantes da raia ricos devido à elevada exploração de volfrâmio nas minas (Carretero, 2018). Também a Guerra Civil Espanhola foi um dos principais impulsionadores do contrabando na Península Ibérica, sendo que produtos como o café e o tabaco eram passados pela fronteira debaixo das roupas de trabalho da população raiana (Lavado Piedade, 2006).

Após a Guerra em Espanha, os salários da população desceram, começando a haver uma maior travessia ilegal de pessoas, tornando o contrabando de bens e de pessoas uma das principais ocupações da população da fronteira (Godinho, 2009). Durante o pós-guerra são inúmeras as famílias portuguesas que se dedicam ao contrabando, tornando-se este um eco da miséria da população (Carretero, 2018).

O contrabando perde força em 1986, altura em que os dois países deste estudo entram na Comunidade Económica Europeia, e o comércio na fronteira começa a ser legal, afetando diretamente as relações que existiam entre a população raiana (Peres de Castro, 2003). Isto resulta num incremento das relações entre a população portuguesa e a população raiana (Godinho, 2009), passando o contrabando a fazer apenas parte da memória da população raiana (Freire & Fonseca, 2009).

Atualmente, em países como o Egito e a Líbia, o contrabando ainda é muito usado por criminosos, como forma de maximização de lucros, não sendo usado como meio de sobrevivência das populações. Nestes países distinguimos quatro tipos de contrabando: o contrabando de mochila; o contrabando noturno; o contrabando feito pelo mar; e, por fim, o contrabando feito pelo deserto. As pessoas que praticam o contrabando nestes países têm idades compreendidas entre os 17 e os 40 anos e são conhecidos como juventude sem medo, levando consigo armas (Hüsken, 2017).

Como forma de honrar o contrabando, este é transformado num recurso turístico e patrimonial, construindo museus, símbolos, estátuas e monumentos dedicados ao tema e desenvolvendo rotas que servem de reconstrução e preservação da história de uma prática antiga e acarinhada (Hernández-Ramirez, 2017). Estas construções são feitas com o intuito dos turistas poderem sentir o que os contrabandistas sentiam, quando estes optam também por fazer a recriação das rotas, pelos caminhos que antes eram usados para a prática ilegal do contrabando (Ferreira, Monteiro, Neves, & Aguiar, s. d.). Em Portugal existem sete museus dedicados ao tema, enquanto que em Espanha são cinco (Horta Rodrigues, 2013).

Para além do que foi referido, alguns autores portugueses escolhem o contrabando como tema principal dos seus livros, facto que ajuda também no processo de patrimonialização do mesmo, visto que o desejo dos turistas em recriarem as rotas que são descritas nos livros é acrescida. Após o seu desaparecimento, o contrabando foi transformado em património cultural imaterial, destacando-se a memória da população raiana (Ferreira, Monteiro, Neves, & Aguiar, s. d.).

Já foi referido que as rotas do contrabando têm como principal objetivo a recriação da história e das memórias da população (Hernández Ramírez, 2011). Estas mostram valores do ponto de vista económico, assim como a determinação e coragem de quem comercializou produtos ilegalmente. Os principais autores destas recriações são os próprios contrabandistas e os seus filhos que, com orgulho e honra, mostram aos turistas aquilo pelo que passaram para singrarem na vida (Cunha, 2009). Assim, as recriações são baseadas nas memórias da população, marcadas pela pobreza e pela falta de liberdade, e tem como principal objetivo mostrar aos turistas o que acontecia naquela época (Amante, 2017). Muitas destas visitas são guiadas por ex-contrabandistas e guardas fiscais, tornando a visita mais interessante, e ajudando a promover e divulgar as rotas

históricas do contrabando (Silva, 2009). Assim, são mostrados através de ações alguns sentimentos associados às travessias (Cunha, 2009).

A fronteira é um ponto fulcral na prática do contrabando e da emigração. Esta delimita um lugar e a demarcação de dois povos, que deve ser vista como uma zona, tendo sido palco de intercâmbios comerciais (Barañano, García, Cátedra, & Devillard, 2007). A fronteira de Portugal conta com uma extensão de 1.232 km, desde Caminha até Vila Real de Santo António (Aguilar, 2020). O turismo transfronteiriço é considerado um deslocamento de pessoas do seu local de residência para as cidades transfronteiriças, enquanto o turismo de fronteira é o tipo de turismo que se centra na visita da população vizinha, com o intuito de se descobrir as suas culturas e os seus costumes (Jurado-Almonte & Pazos-García, 2018).

A Eurocidade Chaves-Verín é um projeto pioneiro da Península Ibérica que tem como objetivo criar um produto que seja focado na fronteira e na história da população (Liberato, Liberato, Alén, & Rivera Búa, 2020). A zona fronteiriça partilha valores históricos, culturais, geográfico e económicos (Pereiro & Silva, 2000), tornando-as regiões contínuas (Liberato, Liberato, & Alén, 2020).

Por fim, a emigração, vista como uma ameaça à soberania do Estado, foi um dos fenómenos mais importantes do século XX (Koser, 2010). Os emigrantes procuravam fora de Portugal uma melhor qualidade de vida, devido ao descontentamento sentido em relação à mão-de-obra (Pereira, 2014). O Brasil foi o país escolhido entre o século XVII e XIX, onde os salários nas principais cidades eram três vezes superiores aos de Portugal, e onde a economia estava em crescimento. A emigração sofre uma quebra entre 1890 e 1891 devido à crise internacional, e antes da II Guerra Mundial é observado um pico na emigração devido ao surto económico (Monteiro, M. Pedreira, Telo, Garrido, & Barreto, 2020). Após a II Guerra Mundial, França era o principal país escolhido para a população portuguesa emigrar, visto que os salários eram elevados e os horários reduzidos (Aguilar, 2016).

A consideração da emigração em Portugal pode ser dividida em três partes: a emigração que se prolonga até ao fim da II Guerra Mundial; o período que remete à criação da Junta de Emigração; e o período entre 1960 e 1970 (Dias & Anica, 2017). Desde muito cedo que a emigração é vista como algo temporário tanto em Portugal como em Espanha, e tinha como objetivo primordial melhorar a qualidade de vida da população

de ambos os países (Gil de Sousa, 2013). Entre 1950 e 1988, registaram-se 1,275,000 movimentos clandestinos em direção a França e Alemanha (B. Baganha, 2015). Também no século XX se observou uma adesão das mulheres à emigração, havendo mais mulheres a emigrar do que homens (Pestana da S. F. Sena, 2011). Em Portugal, em 1947, é criada a Junta da Emigração, com o objetivo de penalizar a emigração clandestina e apoiar a negociação de acordos sobre a emigração (Sobral dos Santos, 2014). Em 1960 a emigração clandestina começa a ser penalizada em Portugal, altura em que começa a ser controlado, na fronteira, quem entrava e quem saía do país (Marques Santos, Leitão, & Ramos, 2010). Posto isto, a emigração teve impactos positivos para Portugal como o aumento de salários e a diminuição do excedente de mão-de-obra, melhorando igualmente as condições de trabalho (Pereira, 2009).

8.2 Conclusões do Estudo Empírico

O turismo é um dos principais setores de atividade económica com maior relevância a nível nacional e internacional. Atualmente, o turismo e o contrabando em Portugal unem-se com o único objetivo de recriar as rotas usadas no passado e mostrar à população portuguesa, o que era o contrabando e os costumes que a população raiana tinha (Aguiar, 2016). O contrabando, com a abertura da fronteira, diminuiu drasticamente, visto que atualmente é possível adquirir qualquer tipo de produto de forma legal, tanto em Portugal como em Espanha.

Os entrevistados foram selecionados cuidadosamente, e todos estão ligados ao contrabando de alguma forma, seja pelo facto de os seus antepassados terem sido contrabandistas, seja pelo seu interesse pela zona fronteiriça. O desejo que estes têm de ver o turismo de contrabando, como um produto turístico bem-sucedido, ajudou a concluir que o presente estudo vem adicionar mais-valias ao seu futuro, e para o futuro da zona fronteiriça de Portugal/Espanha. O turismo de contrabando é, sem dúvida, um turismo em ascensão, que precisa de ser estrategicamente promovido, antes que as memórias ainda presentes entre a população se desvançam, sendo possível a sua emblematização e patrimonialização (Amante, 2017).

Alguns dos entrevistados permitiram construir uma ideia do que era o contrabando, mesmo não sendo possível a deslocação à zona raiana, pelo testemunho que deram, pelas aventuras que partilharam connosco que os pais passaram. Na Eurocidade Chaves-Verín, aquando da realização da rota do contrabando de Vilarelho

da Raia (Liberato, Liberato, Alén, & Rivera Búa, 2020), e no Espaço Memória e Fronteira, em Melgaço, foi possível compreender um pouco as memórias e estes costumes tão conhecidos.

Após a realização do estudo empírico, é possível concluir que o turismo de contrabando, se bem desenvolvido, pode ser um dos principais produtos turísticos da fronteira portuguesa. Com este tipo de turismo é possível, durante as rotas e a experiência dos turistas, melhorar os seus sentimentos em relação às mesmas.

O desenvolvimento de rotas terá de ser adequadamente desenvolvido e explorado, e o facto de o contrabando e o turismo de contrabando estarem diretamente ligados à população e ao que esta vivenciou no passado, é um ponto chave na promoção e realização do turismo de contrabando (Cunha, 2009). A população raiana apesar de, por vezes, não querer falar sobre o passado, quando fala é com orgulho do que fizeram e pelo que passaram. O turista procura sentir algo semelhante a sensações de outras pessoas, e o turismo de contrabando é um tipo de turismo que fornece esses sentimentos, a dor, o medo, a honra e o orgulho de ser contrabandista. Nas rotas que hoje são recriadas, é oferecida ao turista a possibilidade de percorrer os caminhos que outrora eram realizados pelos contrabandistas, levando réplicas das mercadorias transacionadas (Amante, 2017). É nestas rotas que é possível recriar o passado da população portuguesa, marcado pela extrema pobreza e falta de liberdade (Hernández-Ramirez, 2017), e onde as recordações estão vivas nas memórias daqueles que praticaram o contrabando (Aguiar, 2016).

As principais entidades, sediadas no Norte de Portugal, compreendem que o turismo de contrabando se não for rapidamente desenvolvido e bem explorado, pode cair no esquecimento devido ao facto de a população estar a envelhecer e com eles desaparecem as memórias. Estes compreendem que o turismo de contrabando tem uma oferta diversa e que o mais importante é este ser um produto genuíno e familiar, passado de pais para filhos. Poderá ser associado a outros tipos de turismo como o gastronómico, na perspetiva do enriquecimento da experiência turística. O importante, de momento, é que as entidades criem *packagings* turísticos em Portugal, incluindo rotas de contrabando, realizadas a pé e durante a noite, aumentando a sensação de perigo, sentida pelos contrabandistas (Antunes Simões, 2006).

As recriações das rotas levam ao desenvolvimento da oferta integrada, sendo que algumas das empresas que se dedicam ao tema são patrocinadas pelas entidades municipais. A construção de mais museus e centros de interpretação é apontado como um dos pontos principais para que a patrimonialização do contrabando seja bem-sucedida, assim como a criação de uma escola de contrabandistas (perspetiva artística), com o intuito de passar os saberes para os mais novos, de modo a que o contrabando não caia no esquecimento (Antunes Simões, 2006). O festival de cinema que se realiza todos os anos em Melgaço, e que tem como o objetivo a promoção do turismo de contrabando, poderia ser usado como ideia para diferentes pontos ao longo da fronteira portuguesa. É possível a recriação do que era a prática do contrabando através de documentários onde nos mostrem as rotas em si, mas também documentários onde sejam os próprios contrabandistas a contar aos turistas, e também aos habitantes da zona raiana, aquilo pelo que passaram e a vida dura que levavam durante a ditadura de Salazar, vestindo-se a rigor com as roupas que usavam habitualmente. Isto permite que o turista conheça a ruralidade do passado, permitindo que o contrabando se transforme num produto de consumo (Amante, 2017).

É importante que a população raiana não se esqueça do que passou e que transmita ao próximo todas as memórias e sensações vivenciadas, para que o turismo de contrabando e o contrabando possam continuar presente nos dias de hoje e no futuro de Portugal. A população gosta de falar do que viveu, apesar de não o fazer com qualquer pessoa. Estes são considerados um trunfo no marketing e na promoção territorial, sendo a principal fonte de dinamização na divulgação. É possível, com a criação dedicada ao tema do contrabando, que a população ganhe mais confiança e vontade de falar sobre aquilo que vivenciou. E é possível, com esta construção, que as pessoas se interessem mais e tenham vontade de realizar atividades ligadas ao contrabando, de descobrirem por elas próprias o que é que o contrabando representava entre a população.

Existem inúmeros tipos de rotas que estão ligadas ao contrabando. Estas rotas poderão ser feitas a pé, por entre os caminhos que contam histórias, caminhos onde aconteceram tragédias como a morte de um Guarda Fiscal ou a morte de um contrabandista. E são estas pequenas curiosidades que levam o turista a querer saber cada vez mais sobre a prática do contrabando, a querer descobrir todos os desgostos e descontentamentos, mas também a alegria vivenciada pelos contrabandistas. Não há

nada como ouvir pela própria boca do contrabandista durante estas rotas turísticas todas as histórias e memórias que ainda estão presentes por entre a população. Em Castro Laboreiro existe um museu dedicado ao contrabando, em relação ao qual, no início a população não confiava muito, mas com o passar do tempo os próprios foram começando a deixar pertences ligados à prática, à porta do museu, para que estes ajudassem a mostrar aos turistas o que era o contrabando. As pessoas acabam por ficar envolvidas nestes projetos de tal forma, que a vergonha dá lugar à curiosidade e à vontade de ajudar a que todos museus e documentários sejam bem-sucedidos, e acabam por se sentir orgulhosos do que faziam antigamente.

Nem todos os entrevistados conseguiram fazer um balanço turístico. Apesar disto, este é um balanço positivo na região transfronteiriça, apesar de o turismo de contrabando não ser um turismo de massas. Este poderá ser uma aposta por parte das entidades locais, mesmo não havendo valores económicos do que o contrabando era no passado. É necessário criar *packagings* turísticos que envolvam o turismo de contrabando, para que este se torne um tipo de turismo procurado em Portugal.

Baseando-se nas limitações que foram referidas, foram encontradas algumas propostas para serem aplicadas futuramente.

Em termos académicos, é recomendável o desenvolvimento de estudos sobre a relação entre a emigração e o contrabando, estudos que aprofundem este tema, o turismo de contrabando, porque na realidade são escassos, e que descrevam e investiguem as memórias da população, de forma a que o turista vivencie e ouça histórias quase perdidas. É através destas memórias que é possível cativar o turista, este interessa-se por fatos e eventos reais. Para além disto, os estudos futuros deverão incidir não só na fronteira Norte de Portugal/Galiza, mas também na restante área fronteiriça de Portugal.

De forma a promover e a desenvolver o turismo de contrabando, aconselha-se a criação de rotas de contrabando em vários pontos da fronteira de Portugal/Espanha, sendo também interessante construir teatros que demonstrem os diferentes passos do contrabando, assim como criar living history (Antunes Simões, 2006). As rotas criadas poderão ser transformadas em safaris pela montanha, feita em jipe, ou poderão ser feitas caminhadas ao longo da fronteira de Portugal/Espanha. A realização de encontros entre contrabandistas, para que estes possam partilhar o que passaram, as memórias, as histórias, as dores que sentiram. É deveras importante que, para que o turismo de

contrabando seja bem-sucedido, as pessoas sintam orgulho no que se está a fazer por elas, para as honrar. Assim, também será vantajosa a organização de conferências onde os oradores sejam os contrabandistas, e onde haja encenações por parte destes, com apresentação de documentários e livros ligados ao contrabando.

A criação de *packagings* literários também será uma mais-valia para o turismo de contrabando. Será interessante criar um produto turístico que inclua a rota de contrabando, sendo estas travessias feitas a cavalo ou de burro, ou então numa batela, assim como a teatralização de momentos passados por contrabandistas e por guardas fiscais (Aguiar, 2016), assim como a realização de *packagings* turísticos que fundam o turismo de contrabando com o enoturismo e o turismo gastronómico. Na zona da Eurocidade de Chaves-Verín, poderá associar-se ao turismo de contrabando, o turismo termal, muito procurados nesta zona transfronteiriça do país.

Em termos de divulgação do turismo de contrabando, seria uma aposta a realização de documentários e pequenos vídeos, que retratem o que era esta prática, onde os próprios contrabandistas descrevam as memórias que retém (Ferreira, Monteiro, Neves, & Aguiar, s. d.). É importante que a população seja envolvida nestas promoções.

Posto isto, é importante aplicar questionários a turistas no decorrer das rotas turísticas, por forma a compreender quais os pontos a melhorar, e a sua realização fora destas recriações, com o intuito de entender o que deverá ser criado futuramente que complemente este tipo de turismo.

Conclui-se que o turismo de contrabando poderá tornar-se um produto de sucesso na região fronteiriça de Portugal/Espanha, com a partilha da população, do orgulho que estes sentem, e da vontade dos turistas de participarem na história dos antigos contrabandistas. O contrabando é e sempre será uma fonte de orgulho e de felicidade da população raiana, representando as suas tradições e as suas histórias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, L. (2015). *Routes de la Contrebande dans le Régions Frontalières Galice-Portugal (Melgaço): la Muséalisation de la Mémoire et des Traditions*. Tese de Douturamento, Universitat de Girona, Girona.
- Aguiar, L. (2016). Memória do Contrabando e Emigração Clandestina em Melgaço: Patrimonialização e Musealização. *Percursos & Ideias. Revista Científica do IS CET*, 7, 44-50.
- Aguiar, L. (2020). Os Patrimónios Alimentares nas Rotas do Contrabando. *Revista Turismo e Desenvolviemnto*, 33, 101-119.
- Aguiar, L. (n. d.). Smuggling memories as intangible heritage: The cultural tourism, benefits from a sustainable development. The case study of Melgaço. Obtido de https://www.academia.edu/28795911/Smuggling_memories_as_Intangible_Heritage_The_Cultural_Tourism_benefits_from_a_sustainable_development._The_Case_Study_of_Melga%C3%A7o
- Almargem. (s. d.). Rota do Contrabandista: Alcoutim. Loulé. Obtido de <http://www.viaalgarviana.org/wp-content/uploads/2015/07/Rota-do-Contrabandista-PT.pdf>
- Alves Pacheco, M. (2016). *Contrabando: a indústria número um, à beira mar ou à beira Minho: um estudo de caso sobre as práticas contrabandistas em Monção (anos 50-70 do século XX)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Minho, História.
- Amante, M. d. (2007). *Fronteira e identidade: construção e representação identitárias na raia luso-espanhola*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Amante, M. d. (2017). Fronteiras, Cultura e Práticas do Quotidiano: Perspectivas a Partir da Antropologia. Em C. Rina Simón, *Procesos de Nacionalización e Identidades en la Península Ibérica* (pp. 292-307). Cáceres.
- Antunes Simões, M. D. (2006). Fronteras estatales y relaciones sociales en la frontera hispano-portuguesa. El caso de Barrancos y Oliva de la Frontera. *Gazeta de Antropología*.
- Augusto, A. (2014). Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência. *Forum Sociológico*, 24, 73-77.
- Baganha, M. (2015). Portuguese Emigration After World War II. 5-13.
- Baía, J. (2018). (I)mobilidades e transformações das redes transfronteiriças numa zona raiana. *Fronteiras e Topografias do Poder: culturas da raia e economias possíveis, entre discursos e práticas*, (p. 5). Lisboa.

- Barañano, A., García, J. L., Cátedra, M., & Devillard, M. J. (2007). *Diccionario de Relaciones Interculturales Diversidad y Globalizacion*. Madrid: Editorial Complutense S. A.
- Bataillou, C. (2009). Les Territoires Transfrontaliers: Des Espaces Pertinents D'observation Des Mobilités Touristiques. Em F. Dias, *O Futuro do Turismo-Território, Património, Planeamento* (pp. 97-112). Vila Nova de Gaia: Estratégias Criativas.
- Blasco, D. (2013). *Tourism Destination Zoning and Governance in Border Regions*. Tese de Douturamento em Psicologia, Universitat de Girona.
- Bogdan, R., & Bilken, S. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Bricki, N., & Green, J. (2009). A Guide to Using Qualitative Research Methodology. Obtido de <https://fieldresearch.msf.org/handle/10144/84230>
- Brinkmann, S. (2012). Qualitative research between craftsmanship and McDonaldization. A keynote address from the 17th Qualitative Health Research Conference. *Qualitative Studies*, 3, 56-68.
- Cáceres Fera, R., & Valcuende del Río, J. M. (2009). Vivendo de La Frontera: Redes Sociales y Significación Simbólica del Contrabando. Em D. Freire, E. Rovisco, & I. Fonseca, *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola* (pp. 197-218). Nelson de Matos.
- Campenhoudt, L., Marquet, J., & Quivy, R. (2019). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Cardoso, A. (1986). As Zonas Fronteiriças entre Portugal e Espanha no Processo de Integração Económica. *Estudos de Economia*, VI, 111-128.
- Carrasco González, J. M. (2018). Variedades fronteiriças entre Espanha e Portugal. *Fronteiras e Topografias do Poder: culturas da raia e economias possíveis, entre discursos e práticas*, (p. 4). Lisboa.
- Carretero, N. (2018). *Farinha*. Desassossego.
- Castro, M. (2016). Jogos de Sombra: as problemáticas da informalidade e das práticas do contrabando. *Estrema. Revista Interdisciplinar de Humanidades*, 21-43.
- Castro, M. (2018). Controlo, vigilância e repressão: a evolução da Guarda Fiscal em Portugal (1885-1945). *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 185-205.
- Castrogiovanni, A., & Gastal, S. (2006). Fronteiras e Turismo: Tensionando Conceitos. *IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL*. Caxias do Sul.

- Cavaco, C. (1997). Fronteira Portugal-Espanha e Individualidade Territorial. *Finisterra*, 63, 159-166.
- Charrié, J. P. (2000). La Frontière luso-espagnole. De la frontière à l'espace transfrontalier. Em L. Trigal, & F. Guichard, *La frontera hispano-portuguesa: Nuevo espacio de atracción y cooperación* (Vol. Serie Monografias y Estudios). Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques.
- Conceição Cabanas, A. M. (2009). Carregos- Estudo do Contrabando na Raia Central. *IV Congresso Português de Sociologia*.
- Cunha, L. (1999). Contrabando e Guerra Civil: Memórias de uma Terra de Fronteira. Em J. J. Pujadas Muñoz, E. M. Díaz, & J. Pais de Brito, *Símpoio I Globalización, Fronteras Culturales y Políticas y Ciudadanía* (pp. 89-97).
- Cunha, L. (2006). *Memória Social em Campo Maior: Usos e Percursos da Fronteira*. Lisboa: Etnográfica Press.
- Cunha, L. (2009). Memórias de Fronteira: O Contrabando como Explicação do Mundo. Em D. Freire, E. Rovisco, & I. Fonseca, *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola*.
- Damião, A. M. (2005). Relações Portugal/Espanha Durante a Guerra Civil (1936-1939). *Lusíada*, 2, 207-214.
- Denzin, N., & Lincoln, Y. (1994). *Handbook of Qualitative Research*. Sage Publications.
- Dias, M. d., & Anica, A. (2017). Emigração Clandestina Durante o Estado Novo. *Omnia*, 7, 95-109.
- Domingues, J., & Rodrigues, A. (2009). Contrabando na Raia Seca do Laboreiro. *Boletim Cultural de Melgaço*, 225-250.
- Dorfman, A. (2009). A Cultura do Contrabando e a Fronteira como um Lugar de Memória. *Estudios Históricas*, 1.
- Duarte, R. (2004). Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar em Revista*, 24, 213-225.
- Fernandes Alves, J. (2003). *Perspectiva Histórica da Emigração Portuguesa*. Âncora Editores.
- Ferreira da Cunha, N. (2016). *Cooperação Transfronteiriça no Noroeste Peninsular: A Eurocidade Chaves-Verín*. Relatório de Estágio, Universidade de Lisboa-Faculdade de Letras.

- Ferreira, L., Monteiro, A., Neves, A., & Aguiar, L. (s. d.). O contrabando de fronteira-
contributo para o desenvolvimento turístico da Raia. Obtido de
https://www.academia.edu/6394205/LF_O_Contrabando_de_Fronteira_Contributo_para_o_Desenvolvimento_Turistico_da_Raia
- Flick, U. (2004). *Introducción a la Investigación Cualitativa*. Madrid: Morata.
- Fontana, A., & Frey, J. (1994). Interviewing: The Art of Science. Em N. Denzin, & Y. Lincoln, *Handbook of Qualitative Research* (pp. 361-376). Sage.
- Freire, D., Rovisco, E., & Fonseca, I. (2009). *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola*. Lisboa: Nelson de Matos.
- Freire, D., & Fonseca, I. (2009). O Contrabandista, já se sabe, era da oposição. Em D. Freire, E. Rovisco, & I. Fonseca, *Contrabando da Fronteira Luso-Espanhola* (pp. 219-253).
- García, M. (2018). Refundaciones transfronterizas del partido comunista en el exilio. España-Portugal, 1940. *Fronteiras e Topografias do Poder: culturas da raia e economias possíveis, entre discursos e práticas*, (p. 8).
- Gil de Sousa, C. M. (2013). Interculturalidade numa família espanhola exilada em França na época de Salazar. *E-Revista de Estudos Interculturais*, p. 2.
- Godinho, P. (2003). Do Estado cego à fronteira invisível: na senda de um problema. V *Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*. Bragança.
- Godinho, P. (2009). "Desde a idade de seis anos, fui muito contrabandista". Em D. Freira, E. Rovisco, & I. Fonseca, *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola* (pp. 29-56). Nelson de Matos.
- Godinho, P. (2017). Das Unidades de Análise no Estudo de Fronteiras: Escalas de um Caso Ibérico. Em C. Rina Simón, *Proceso de Nacionalización e Identidades en la Península Ibérica* (pp. 309-324). Cáceres.
- Gomes, C. (2015). *Raia Molhada: Contrabandistas- Emigrantes, Exilado e Deportados*. Lisboa: Edições Colibri.
- Gonçalves, A. (2006-2007). Caminhos de Inquietude. A Organização do contrabando no concelho de Melgaço. *O Miño, Unha Corrente de Memória*, (pp. 243-249).
- Gonçalves, A. (2008). Memórias do Contrabando no Concelho de Melgaço. *Boletim Cultural de Melgaço*, 33-39.
- Góis, P., & Marques, J. C. (2011). A Evolução do Sistema Migratório Lusófono: Uma Análise a partir da Imigração e Emigração Portuguesa. *RILP: Revista Internacional em Língua Portuguesa*, 24, 213-231.

- Góis, P., & Marques, J. C. (2016). A Emigração Portuguesa e o Sistema Migratório Lusófono. Complexidade. *OBIMID*, (pp. 6-12).
- Hüsken, T. (2017). The Practice and Culture of Smuggling in the Border of Egypt and Libya. Em *International Affaris* (Vol. 93). Oxford University Press.
- Hernández Ramírez, J. (2011). Los caminos del patrimonio. Rutas turísticas e itinerarios culturales. *Pasos. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 9, 225-236.
- Hernández-Ramirez, J. (2017). Turismo en la frontera: patrimonialización y cooperación transfronteriza en una periferia de la Unión Europea. *Etnográfica*, 21, 385-409.
- Hinfray, N. (2010). *Les espaces transfrontaliers, nouveaux territoires de projet, nouveaux pôles de développement au sein d'une Europe polycentrique ?* (1-367, Ed.) Université François Rabelais de Tours.
- Horta Rodrigues, J. T. (2013). *O Contrabando no Baixo Guadiana- A Raia, as "Gentes" e as Dimensões da Sobrevivência*. Dissertação, Universidade do Algarve- Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Arte e Humanidades, Gambelas.
- Ioannides, D., & Gyimóthy, S. (2020). The COVID-19 crisis as an opportunity for escaping the unsustainable global tourism path. *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, 22, pp. 624-632.
- Izacara Palacios, S. P. (2017). Migrant Smuggling on Mexico's Gulf Route. *Latin American Perspectives*, 44, 16-30.
- Jurado-Almonte, J. M., & Pazos-García, F. J. (2018). La Frontera como Recurso Turístico. Posibilidades del Bajo/Baixo Guadiana. *Revista de Estudios Andaluces*, 35, 1-34.
- Koser, K. (2010). Dimensions and Dynamics of Irregular Migration. *Population, Space and Place*, 16, 181-193.
- Lanero Tábuas, D., Míguez Macho, A., & Rodríguez Gallardo, Á. (2009). La "Raia" Galaico-Portuguesa en Tiempos Convulsos. Nuevas Interpretaciones sobre el control Político y la Cultura de Frontera en las Dictaduras Ibéricas 1936-1945. Em D. Freire, E. Rovisco, & I. Fonseca, *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola* (pp. 57-87). Nelson de Matos.
- Lavado Piedade, A. (2006). Contrabando: O Jogo do Jogo. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, 18, 295-317.
- Liberato, D., Alén, E., & Liberato, P. (2020). North of Portugal and Galicia (Spain) as Tourism Destinations: Residents' Evaluation. *IBIMA Business Review*, 2020, 1-12.

- Liberato, D., Alén, E., Liberato, P., & Domínguez, T. (2018). Governance and cooperation in Euroregions: border tourism between Spain and Portugal. *European Planning Studies*, 26(7), 1347-1365.
- Liberato, D., Liberato, P., & Alén, E. (2020). Tourist Experience Evaluation in a Cross-Border Region. *Education Excellence and Innovation Management: A 2025 Vision to Sustain Economic Development during Global Challenges* (pp. 16393-16405). Sevilla, Spain: 35th IBIMA Conference.
- Liberato, D., Alén, E., Búa, P., Liberato, P. (2020). Eurocity Chaves-Verín, Cross-border Tourism Experience in the Iberian Peninsula. In: Rocha Á., Abreu A., de Carvalho J., Liberato D., González E., Liberato P. (eds) *Advances in Tourism, Technology and Smart Systems. Smart Innovation, Systems and Technologies*, vol 171, pp. 655-668. Springer, Singapore. DOI: https://doi.org/10.1007/978-981-15-2024-2_56
- Lindomar Albuquerque, J. (2013). Fronteiras das Nações: Sentidos e Situações na Raia Luso-Espanhola. *Cadernos Ceru*, 23, 63-80.
- Lopes, D. (2018). *Nas Margens do Medo*. Âncora Editora.
- M. Pedreira, J. (2020). Tradição e Mudança: Ruralidade e Reconfiguração Social (1834-1890). Em N. G. Monteiro, J. M. Pereira, A. J. Telo, Á. Garrido, & A. Barreto, *História Social Contemporânea: Portugal 1808-2000* (p. 88). Lisboa: Objetiva.
- M. Uriarte, L. (1994). *La Cosodera: "Cultura de Fronteras y Fronteras Culturales" en la Raya luso-española*. Asamblea de Extremadura.
- Manzini, E. J. (2004). Entrevista: definição e classificação. *UNESP*.
- Marques Santos, P., Leitão, P., & Ramos, F. (2010). *A Legislação Portuguesa sobre a Emigração para o Brasil durante o Estaso Novo (1926-1974)*. CEPES.
- Medina García, E. (2004). Perfiles Estructurales del Contrabando Tradicional en la Frontera de Extremadura con Portugal. *Ars et Sapientia*, 14, 61-77.
- Medina García, E. (2005). Las Cuadrillas del contrabando tradicional en la frontera de Extremadura con Portugal (segunda parte). *El Filandar o Fiadeiro*, 16, 64-69.
- Medina García, E. (2008). Trabajadores fronterizos y transfronterizos en España y Portugal a lo largo de la historia. *Revista de estudios extremeños*, 64, 61-88.
- Medina García, E. (2009). Orígenes, características y transformación del contrabando tradicional en la frontera de extremadura con Portugal. Em D. Freire, E. Rovisco, & I. Fonseca, *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola* (pp. 131-164).

- Meirinhos, M., & Osório, A. (2010). O Estudo Caso como Estratégia de Investigação em Educação. *EDUSER: Revista de Educação*, 2(Inovação, Investigação em Educação), pp. 49-65.
- Minayo, M. (2004). *Caminhos do Pensamento- Epistemologia e Método*. São Paulo: Fiocruz.
- Monteiro, N. G., M. Pedreira, J., Telo, A. J., Garrido, Á., & Barreto, A. (2020). *História Social Contemporânea- Portugal: 1909-2000*. Lisboa: Objectiva.
- Namora, F. (1996). *A noite e a Madrugada*. Círculo de Leitores.
- Neto, A. (s. d.). A Rota do Contrabando. Obtido de https://www.academia.edu/31574241/A_ROTA_DO_CONTRABANDO
- Neves, J. (2009). Lambaça, o Contrabandista de Álvaro Cunhal. Em D. Freire, E. Rovisco, & I. Fonseca, *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola* (pp. 309-322). Lisboa: Edições Nelson de Matos.
- Niewiadomsky, P. (Maio de 2020). COVID-19: from temporary de-globalisation to a re-discovery of tourism? *Tourism Geographies: An International Journal of Tourism Space, Place and Environment*, 22, 651-656.
- O Emigrante- Mundo Português*. (30 de Setembro de 2020). Obtido de <https://www.mundoportugues.pt/publicado-livro-com-relatos-da-emigracao-clandestina-para-franca/>
- O Emigrante- Mundo Português*. (30 de Setembro de 2020). Obtido de <https://www.mundoportugues.pt/a-passagem-da-fronteira-de-vilar-formoso-a-salto-vai-ser-recordada-em-agosto/>
- Paül Carril, V., & Trillo Santamaría, J. M. (2011). ¿La frontera como atractivo turístico en destinos de interior? Notas sobre los municipios gallegos del occidente de la raja seca entre Portugal y Galicia. In: *XII Coloquio de Geografía del Turismo, Ocio y Recreación, Universidad Carlos III Madrid: Asociacion Española de Geografía*. Obtido de https://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/16486/frontera_paul_trillo_TERAP_2011.pdf
- Paixão, R. O. (2006). *Globalização, Turismo de Fronteira, Identidade e Planeamento da Região Internacional de Corumbá*. Tese- Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Paulo, H. (1998). O Estado Novo e a Emigração: Alternativas e Propostas. *Máthesis*, 7, 291-326.

- Pereira, V. (2009). Ineficiência, Fragilização e Duplicidade. O Velho Estado Novo perante a Emigração para a França (1960-1968). *Ler História*, 56, pp. 45-68.
- Pereira, V. (2014). *A Ditadura de Salazar e a Emigração. O Estado Português e os seus Emigrantes em França (1957-1974)*. Temas e Debates.
- Pereira, V., & Pereiro, X. (2014). Turismo transfronteiriço na Euro-região Galiza-Norte de Portugal. *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 21/22, 285-294.
- Pereiro, V. (2009). Ineficiência, Fragilização e Duplicidade. O Velho Estado Novo perante a Emigração para a França (1960-1968). *Ler História*, 56, 45-68.
- Pereiro, X., & Silva, P. (2000). A Re-elaboração da História como recurso estratégico na construção das identidades: Historiografias e Fronteiras. *Atas do VI Congresso de Antropologia de Iberoamérica* (pp. 85-96). Salamanca: Universidade de Salamanca: A. Espina Barrio.
- Peres de Castro, J. F. (2003). *Emigração & Contrabando*. Melgaço: Centro Desportivo e Cultural de São Paio.
- Pestana da S. F. Sena, A. (2011). Notas sobre a Emigração Portuguesa no Pós Guerra (1939-1945). *Revista de Estudios Extremeños*, III, 1.681-1.700.
- Pinheiro Campanha Baptista, D. (2004). Caminhos do Contrabando. *Centro de Estudos Ibéricos*.
- Policarpo, F., & Mogóllon, R. (2015). A Actividade Empreendedora na Fronteira Portugal-Espanha Alentejo-Extremadura. *XVII Seminário Luso-Espanhol de Ecónomia Empresarial*.
- Rego, C., Mendes, M. F., Rebelo, J., & Magalhães, G. (2011). Imigrantes em regiões de fronteira: um estudo exploratório sobre o caso da fronteira Luso/Espanhola. *XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais*. Salvador, Brasil.
- Reigado, F. (2002). Desenvolvimento Regional Transfronteiriço. Em J. Costa, *Compêndio de Economia Regional* (Vol. Coleção APDR).
- Reis de Castro, M. (2019). *Contrabando e Contrabandistas- Elvas na Primeira Guerra Mundial*. Imprensa de Ciências Sociais.
- Rentes de Carvalho, J. (2011). *La Coca*. Quetzal Editores.
- Rodríguez, G. G., Flores, J. G., & Jiménez, E. G. (1999). *Metodología de la Investigación Cualitativa*. Málaga: Ediciones Aljibe.

- Rovisco, E. (2009). La empresa más grande que tenía el gobierno portugués y es español era el contrabando. Em D. Freire, E. Rovisco, & I. Simões, *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola* (pp. 89-129).
- Rovisco, E. (2014). Contrabando na raia da Idanha: entre as máscaras da ilegalidade e os discursos nacionalistas. Em E. Godinho, I. Fonseca, & J. Baía, *Resistência e/y Memória. Perspectivas Ibero-americanas* (pp. 263-271). Lisboa.
- Salt, J., & Stein, J. (1997). Migration as a Business: The Case of Trafficking. *International Migration*, 35, 467-494.
- Sarmiento, J. C. (1994). A Fronteira Luso-Espanhola no Séc. XIX: Estabelecimento do seu Controlo. *Actas do II Encontro de Portalegre* (pp. 143-151). Portalegre: Associação de Professores de História.
- Sena, A. P. (2010). La práctica del contrabando en la raya del distrito de Portalegre (1850-1930). *Revista de Estudios Extremeños*, 1, 287-308.
- Silva, L. (2009). A Patrimonialização e a Turistificação do Contrabando. Em D. Freire, E. Rovisco, & I. Fonseca, *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola*.
- Simões Galvanese, M. (2013). *A Junta da Emigração: os discursos sobre a emigração e os emigrantes no Estado Novo do pós-Guerra (1947-1970)*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Simões, D. (2009). O Contrabando em Barrancos: memórias de um tempo de guerra. Em D. Freire, E. Rovisco, & I. Fonseca, *Contrabando na Fronteira Luso-Espanhola* (pp. 165-196). Nelson de Matos.
- Simões, D. (2016). *A Guerra de Espanha na Raia Luso-Espanhola*. Lisboa: Edições Colibri.
- Skate, R. (1999). Case Studies. Em N. Denzin, & Y. Lincoln, *Handbook of Qualitative Research* (pp. 236-247). Sage.
- Sobral dos Santos, I. (2014). *A Junta Nacional de Emigração e a Política de Emigração no Estado Novo*. Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas: Lisboa.
- Tiago, M. (1998). *Cinco Dias, Cinco Noites*. Edições Avante.
- Torga, M. (1944). Fronteira. Em *Novos Contos de Montanha*. Coimbra.
- Trump, aides flirt with China lab coronavirus conspiracy theory: But experts overwhelmingly say analysis of COVID-19's genome rules out the possibility it was engineered by humans*. (17 de Abril de 2020). Obtido em Outubro de 2020, de Aljazeera News.

- Valcuende del Río, J. M., & Cáceres Fera, R. (2009). Vivendo de la Frontera: Redes Sociales y Significación Simbólica del Contrabando. Em D. Freira, E. Rovisco, & I. Fonseca, *Contrabando na Fronteira Luso- Espanhola* (pp. 197-218). Nelson de Matos.
- Vieira, M.-I. (2017). A Passagem das Fronteiras e os seus Intervenientes na Prosa dos Autores Portugueses durante o Estado Novo. *Interdisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*, 6, 50.
- Vilelas, J. (2017). *Invesigação- O Processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Yeh, S.-S. (2020). Tourism recovery strategy against COVID-19 pandemic. *Tourism Recreation Research*, 7.
- Yin, R. (2005). *Estudo de caso: Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.
- Zysman Quirós, D. (2009). Algunas reflexiones sobre la historia de la “criminalidad” del delito de contrabando. Em I. Tedesco, & G. I. Anitua, *La cultura penal: Homenaje al Profesor Edmundo S. Hendler* (pp. 643-657). Buenos Aires: Ediciones del Puerto.

APÊNDICES

Apêndice A – Guião da Entrevista



ESCOLA
SUPERIOR
DE HOTELARIA
E TURISMO

Entrevista realizada por: Mariana Ferreira Amideo Carneiro Torres

Entrevista realizada no âmbito da Dissertação de Turismo de Contrabando, no Mestrado em Gestão de Turismo

Grupo 1.

Contextualização do Turismo de Contrabando

- 1.1 O que é para si o contrabando e o turismo de contrabando?
- 1.2 Acha que o contrabando, as rotas e o turismo de contrabando constituem fatores de desenvolvimento dos destinos da raia norte (Portugal e Galiza)?
- 1.3 Quais as reais potencialidades turísticas do Contrabando?

Grupo 2

Avaliação do Turismo de Contrabando

- 2.1 Hoje, pode-se dizer que o contrabando é uma das principais fontes de turismo? Ou, poderá ser?
- 2.2 O que tem vindo a ser desenvolvido, ao nível das rotas, para tornar este tipo de turismo bem-sucedido?
- 2.3 Que constrangimentos existem no Turismo de Contrabando?
- 2.4 Que projetos podem vir a ser desenvolvidos para a promoção do turismo de contrabando?
- 2.5 Qual o papel da população raiana no desenvolvimento do turismo de contrabando?
- 2.6 Acha que a comunidade raiana tem um papel fundamental e ativo na promoção deste tipo de turismo? Porquê?
- 2.7 Pode fazer um balanço turístico do contrabando enquadrado na região transfronteiriça Norte de Portugal/Galiza?